



**Instituto de Economia**  
**Universidade Federal de Uberlândia**

INSERÇÃO EXTERNA E COMPETITIVIDADE DA REGIÃO NORDESTE NO  
PERÍODO PÓS-ABERTURA COMERCIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO  
MÉTODO *SHIFT-AND-SHARE* E DE INDICADORES DE COMPETITIVIDADE  
REVELADA

FRANCISCA DIANA FERREIRA VIANA

UBERLÂNDIA  
2006

FRANCISCA DIANA FERREIRA VIANA

INSERÇÃO EXTERNA E COMPETITIVIDADE DA REGIÃO NORDESTE NO  
PERÍODO PÓS-ABERTURA COMERCIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO  
MÉTODO *SHIFT-AND-SHARE* E DE INDICADORES DE COMPETITIVIDADE  
REVELADA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação do Instituto de Economia da  
Universidade Federal de Uberlândia –  
IE/UFU, como requisito final para a obtenção  
do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof.Dr.Clésio Lourenço Xavier

UBERLÂNDIA  
2006

## **Agradecimentos**

A realização desta dissertação de mestrado, apesar de ter sido individual, contou com a participação de várias pessoas. Sei que estarei sendo injusta, por não citar o nome de todos aqueles que me ajudaram a concluir esta etapa tão importante da minha vida, no entanto, existem algumas pessoas que não posso deixar de expressar nominalmente meus agradecimentos.

Inicialmente, agradeço a Deus, que está ao meu lado, dando-me forças para enfrentar os desafios postos pela vida.

Aos meus pais e a minha irmã, dedico a eles todas as conquistas que me fizeram chegar onde estou.

Agradeço a Josué Taveira, pelo companheirismo, amizade, compreensão e, principalmente, pela confiança depositada em mim durante os períodos em que estive ausente em virtude dos meus estudos.

A todos os meus professores, pois eles são responsáveis pelo meu sucesso como estudante e, especialmente, agradeço as professoras Maria Cristina de Melo e Ana Maria Fontenele, que, mesmo distantes, não deixaram de me apoiar. E aos professores Flávio Vieira, Henrique Neder, Vanessa Petrelli e Niemeyer Almeida Filho, pelo apoio enquanto estive em Uberlândia.

Como não poderia deixar de ser, agradeço ao meu orientador, Clésio Lourenço Xavier, pelo incentivo, apoio, dedicação e conquistas.

Aos amigos André Luiz, Michelle Borges, Luciana Rosa, Keyla Barbosa, Daniel Caixeta, Tiago Sobel, Erlanda Maria, e a família Faria Silva, que contribuíram diretamente como profissionais ou como amigos para o término de mais uma etapa da minha vida.

Também, gostaria de expressar meus agradecimentos as bolsistas Samantha e Juliana pela preciosa ajuda na coleta dos dados.

Finalmente, agradeço a CAPES, por ter me concedido a oportunidade de ser estudante profissional.

“Que os meus ideais sejam tanto mais fortes quanto maiores forem os desafios, mesmo que precise transpor obstáculos aparentemente intransponíveis. Porque metade de mim é feita de sonhos e a outra metade é de lutas.”

(Vladimir Maiakovski)

# Sumário

INTRODUÇÃO .....	1
<b>CAPÍTULO I - INTEGRAÇÃO ECONÔMICA: REFLEXOS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA E SUAS REGIÕES.....</b>	<b>3</b>
1.1 – Introdução .....	3
1.2 – Teorias do Comércio Internacional: Uma Breve Resenha.....	4
1.3 – Impactos da Abertura Comercial na Economia Brasileira.....	9
1.4 – Impactos da Abertura Comercial Brasileira sobre as Regiões Brasileiras.....	15
1.5 – Considerações Finais .....	20
<b>CAPÍTULO II - REGIÃO NORDESTE: CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA E COMÉRCIO EXTERIOR.....</b>	<b>23</b>
2.1 – Introdução .....	23
2.2 – GTDN: Uma Proposta de Desenvolvimento para a Região Nordeste do Brasil	24
2.3 – Economia do Nordeste: Sua Evolução a Partir da Articulação do Estado.....	30
2.4 – A Estrutura Produtiva da Região Nordeste do Brasil: Uma Análise para as Décadas mais Recentes.....	34
2.5 – O Processo de Relocalização Industrial e a Região Nordeste como Fonte de Competitividade .....	39
2.6 – Região Nordeste do Brasil: Uma Análise de Sua Capacidade Exportadora.....	42
2.7- Considerações Finais .....	48
<b>CAPÍTULO III - REFLEXOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA PARA A REGIÃO NORDESTE DO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE INDICADORES DE COMPETITIVIDADE REVELADA.....</b>	<b>51</b>
3.1 – Introdução .....	51
3.2 – Notas Metodológicas .....	52
3.3 – Inserção Externa e Competitividade da Região Nordeste do Brasil no Período de 1995- 2004 .....	56
3.3.1 – Participação das Exportações Estaduais nas Exportações totais da Região Nordeste.....	56
3.3.2 – Índice de Concentração das Exportações por Setor.....	58
3.3.3 – Setores Mais Competitivos da Região Nordeste e de seus Estados .....	60
3.3.4 – Coeficiente de Especialização Relativa .....	82
3.3.5 – Comércio Intra-Setorial nos Estados da Região Nordeste .....	84
3.4 – Considerações Finais .....	86
<b>CAPÍTULO IV - ANÁLISE DIFERENCIAL-ESTRUTURAL: UMA APLICAÇÃO PARA A PAUTA DE EXPORTAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE E SEUS ESTADOS .....</b>	<b>88</b>
4.1 – Introdução .....	88
4.2 – Notas Metodológicas .....	89
4.3 – Aplicação do Método Diferencial Estrutural para o Nordeste e seus Estados...	96
4.4 – Considerações Finais .....	117
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>119</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>122</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Comércio Exterior do Brasil e Regiões do Mundo (%)	11
Tabela 2	Origem e Destino dos Fluxos de Comércio Externo (%), Anos Seleccionados.	11
Tabela 3	Composição das Exportações e Importações (%), Anos Seleccionados.	13
Tabela 4	Participação das Exportações Estaduais nas Exportações da Região (1995-2004)	57
Tabela 5	Índice de Concentração das Exportações dos Estados da Região Nordeste (1995-2004)	59
Tabela 6	Setores Mais Competitivos da Região Nordeste (1995/2004)	61
Tabela 7	Setores Mais Competitivos do Estado de Alagoas (1995/2004)	63
Tabela 8	Setores Mais Competitivos – Piauí (1995/2004)	64
Tabela 9	Setores Mais Competitivos – Maranhão (1995/2004)	65
Tabela 10	Setores Mais Competitivos – Sergipe (1995/2004)	66
Tabela 11	Setores Mais Competitivos – Paraíba (1995/2004)	68
Tabela 12	Setores Mais Competitivos – Rio Grande do Norte (1995/2004)	69
Tabela 13	Setores Mais Competitivos – Pernambuco (1995/2004)	72
Tabela 14	Setores Mais Competitivos – Ceará (1995/2004)	77
Tabela 15	Setores Mais Competitivos – Bahia (1995/ 2004)	81
Tabela 16	Coefficiente de Especialização Relativa da Região Nordeste (1995/2004)	83
Tabela 17	Indicador de Comércio Intra-Setorial	85
Tabela 18	Principais Setores da Pauta de Exportação do Mundo – 1995-1997 e 2000-2002 – (Em %)	97
Tabela 19	Principais Setores da Pauta de Exportação da Região Nordeste – 1995-1997 e 2000-2002 – (Em %)	98
Tabela 20	Análise Diferencial-Estrutural das Exportações da Região Nordeste – 1995-1997 e 2000-2002 – (Em US\$ 1.000).	99
Tabela 21	Principais Setores da Pauta de Exportação do Estado de Alagoas – 1995-1997 e 2002-2002 – (Em %).	101
Tabela 22	Análise Diferencial-Estrutural das Exportações do Estado de Alagoas – 1995-1997 e 2000-2002 – (Em US\$ 1.000).	101
Tabela 23	Principais Setores da Pauta de Exportação do Estado do Maranhão – 1995-1997 e 2002-2002 – (Em %).	103
Tabela 24	Análise Diferencial-Estrutural das Exportações do Estado do Maranhão – 1995-1997 e 2000-2002 – (Em US\$ 1.000).	103
Tabela 25	Principais Setores da Pauta de Exportação do Estado da Bahia – 1995-1997 e 2000-2002 – (Em %)	105
Tabela 26	Análise Diferencial-Estrutural das Exportações do Estado da Bahia – 1995-1997 e 2000-2002 – (Em US\$)	106
Tabela 27	Principais Setores da Pauta de Exportação do Estado do Ceará – 1995-1997 e 2002-2002 – (Em %).	107
Tabela 28	Análise Diferencial-Estrutural das Exportações do Estado do Ceará – 1995-1997 e 2000-2002 – (Em US\$).	108
Tabela 29	Principais Setores da Pauta de Exportação do Estado da Paraíba – 1995-1997 e 2000-2002 – (Em %)	109
Tabela 30	Análise Diferencial-Estrutural das Exportações do Estado da Paraíba – 1995-1997 e 2000-2002 – (Em US\$ 1.000).	109
Tabela 31	Principais Setores da Pauta de Exportação do Estado de Pernambuco – 1995-1997 e 2002-2002 – (Em %).	111

Tabela 32	Análise Diferencial-Estrutural das Exportações do Estado de Pernambuco – 1995-1997 e 2000-2002 – (Em US\$ 1.000).	112
Tabela 33	Principais Setores da Pauta de Exportação do Estado do Piauí – 1995-1997 e 2000-2002 – (Em %)	113
Tabela 34	Análise Diferencial-Estrutural das Exportações do Estado do Piauí – 1995-1997 e 2000-2002 – (Em US\$ 1.000)	114
Tabela 35	Principais Setores da Pauta de Exportação do Rio Grande do Norte – 1995-1997 e 2000-2002 – (Em %)	115
Tabela 36	Análise Diferencial-Estrutural das Exportações do Estado do Rio Grande do Norte – 1995-1997 e 2000-2002 – (Em US\$ 1.000)	115
Tabela 37	Principais Setores da Pauta de Exportação do Estado de Sergipe – 1995-1997 e 2000-2002 – (Em %)	116
Tabela 38	Análise Diferencial-Estrutural das Exportações do Estado de Sergipe – 1995-1997 e 2000-2002 – (Em US\$ 1.000)	117

## Resumo

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar, por meio de indicadores de comércio exterior, a evolução das exportações da região Nordeste e dos seus nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) no período de 1995 a 2004. Os objetivos específicos foram: contextualizar a inserção da economia nordestina na economia internacional; localizar, via cálculo de indicadores de competitividade, os setores mais dinâmicos, ou seja, aqueles que apresentaram maior grau de competitividade e especialização produtiva para cada estado nordestino e, para toda a região no período considerado; por fim, buscou-se analisar a evolução das exportações nordestinas através do método diferencial-estrutural. Concluiu-se que a pauta de exportação compõe-se basicamente de commodities e/ou de produtos de baixo valor agregado. A região possui uma pauta concentrada em poucos setores, embora as regiões de destino das exportações sejam dinâmicas. Mesmo assim, a região é bastante vulnerável às oscilações da demanda externa.

**Palavras-chaves:** Região Nordeste; Competitividade; Método *Shift-Share*.

## Abstract

The objective main this study it were to analyze, through of indicators' competitiveness of trade exterior, the exportations evolution of Northeast region and of the nine state (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) in the period of 1995-2004. The specifics objectives it were: contexting the insert's Northeast region in the national economy; locating, through of the computing of indicators' competitiveness, the sectors more dynamics, those that presented bigger productive, competitiveness and specialization to each state and region in the period in analyze; for last, it seeked to analyze the evolution of the exportations' region through of the sift-share method. It conclusion were that composition' exportations is of commodities and/or goods with small value in the international market. The region it owns a list of exportation focused in few goods, although the regions that buy the goods Northeast's regions are dynamics. The Northeast is very vulnerable the external demand.

**Key Words:** Northeast Region; Competitiveness; Shift-Share Method.



## INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990, os setores produtivos brasileiros, de uma forma geral, vêm procurando superar a concorrência estrangeira, adotando formas de ganhar competitividade, permanecer nos mercados conquistados e conquistar novos. Para, assim, adequar-se à nova ordem econômica, que, do lado da liberalização comercial, crê que a abertura dos mercados de bens aumenta o ritmo de crescimento econômico refletindo-se em um maior desenvolvimento econômico desses países.

Dentro desse contexto, o desafio que se coloca para países em desenvolvimento, como o Brasil, nos anos 1990 é: além de superar seus problemas estruturais, tais como desigualdades sociais, regionais, distribuição de renda, inserir-se em um mercado mundial intensamente integrado.

Um dos impactos fortemente explicitados com o processo de integração comercial brasileira foram as assimetrias regionais: de um lado, a abertura comercial abriu a possibilidade de ampliar as exportações de cada região brasileira; de outro, o aumento significativo das importações afeta negativamente as economias regionais. Dada a diversidade, em termos em nível de crescimento e desenvolvimento, existente na economia brasileira, cada região vem respondendo de forma deferente aos impactos desse processo. Dessa forma, a região Nordeste, que se caracteriza como uma das regiões mais pobres do Brasil, tanto em termos sociais quanto econômicos, vem, nos últimos anos, buscando ampliar e melhorar a qualidade de sua inserção externa.

A região Nordeste teve sua formação econômica fortemente influenciada pelo incentivo governamental, pois as políticas de desenvolvimento econômico e social implantadas pelo Estado impactaram de forma significativa o estágio de desenvolvimento alcançado pela região até o presente momento. Assim, a redução dessa participação do Estado na economia, como consequência da integração econômica brasileira, fez-se sentir de forma mais explícita nessa região.

Tendo como objeto de estudo a região Nordeste, o presente trabalho tem por objetivo geral analisar, por meio de indicadores de comércio exterior, a evolução das exportações da região Nordeste e dos seus nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) no período de 1995 a 2004. Os objetivos específicos são: contextualizar a inserção da economia nordestina na economia internacional; localizar, via cálculo de indicadores de

competitividade, os setores mais dinâmicos, ou seja, aqueles que mostraram maior grau de competitividade e especialização produtiva para cada estado nordestino e para toda a região no período considerado; por fim, busca-se analisar a evolução das exportações nordestinas por meio do método diferencial-estrutural.

A hipótese central deste trabalho é que a inserção externa dos estados nordestinos, após a abertura comercial brasileira, revelou uma melhora na pauta das exportações em decorrência de um maior grau de especialização e competitividade. Em outros termos, verificar-se-á em que medida um maior grau de abertura comercial produziu impactos setoriais positivos nas exportações do Nordeste.

A estrutura deste trabalho constitui-se de quatro capítulos, além desta introdução e das conclusões. No primeiro capítulo, mostram-se, basicamente, os impactos da integração econômica brasileira, via abertura comercial, no comércio exterior do país e de suas cinco regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul).

No segundo capítulo, de uma forma geral, discorre-se a importância desempenhada pelo Estado brasileiro no processo de crescimento e desenvolvimento da região Nordeste do Brasil, principalmente a partir dos anos 1960 com a elaboração de um documento pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que apontava os gargalos e as soluções para o desenvolvimento da região Nordeste.

No terceiro capítulo, analisa-se, por meio de indicadores de competitividade, o comércio exterior nordestino no período de 1995 a 2004, com o intuito de captar as possíveis mudanças que tenham ocorrido na pauta de exportação da economia do Nordeste no período em questão. Vale ressaltar que o presente trabalho priorizou a escolha de um período em que a abertura comercial brasileira já estava consolidada.

Finalmente, no quarto capítulo, para captar as mudanças ocorridas na estrutura produtiva e no ambiente sistêmico dos setores de exportação da região e de seus estados será analisada a evolução das exportações estadual e regional por meio da aplicação do método diferencial-estrutural.

# ***CAPÍTULO I - INTEGRAÇÃO ECONÔMICA: REFLEXOS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA E SUAS REGIÕES***

## **1.1 – Introdução**

Nas últimas décadas do século XX, a economia mundial passou por diversas transformações, que se fundamentaram na integração econômica, liberalização comercial e financeira, adotando o mercado como único impulsionador do desenvolvimento e bem-estar econômico. Com isso, os países em desenvolvimento, a partir dos anos 1970, aderiram a esse processo, fazendo da liberalização do mercado financeiro e de bens a condição necessária para a alavancagem do desenvolvimento econômico.

Mudanças trazidas por esse processo tiveram fortes repercussões nas economias em desenvolvimento, pois estas, até os anos 1970, adotavam um modelo de desenvolvimento em que a intervenção estatal dava-se de forma ativa na economia. Prova disto foi o modelo de substituição de importações adotado pelo Brasil e que vigorou até meados dos anos 1970. A partir de então, a nova ordem econômica mundial que se impõe leva a crer que tal tipo de modelo não se adequava mais às premissas que priorizavam o mercado como único instrumento de desenvolvimento.

Dessa forma, a partir dos anos 1980, os países em desenvolvimento vêm tentando adequar-se a esta nova ordem econômica, que, do lado da liberalização comercial, crê que a abertura dos mercados de bens aumenta o ritmo de crescimento econômico refletindo-se em um maior desenvolvimento econômico desses países.

A abertura comercial dessas economias teve como conseqüência a intensificação da competição, tornando a competitividade e a especialização produtiva como objetivo principal a ser alcançado, pois é com ganho de competitividade e aumento da especialização que estes países se inserem virtuosamente no comércio mundial de mercadorias.

Dentro desse contexto, o desafio que se colocava para países em desenvolvimento, como o Brasil nos anos 1990, é: além de tentar superar seus problemas estruturais, tais como desigualdades sociais, regionais, distribuição de renda, inserir-se em um mercado mundial intensamente integrado.

Este capítulo, de um modo geral, discute os impactos da integração econômica brasileira, via abertura comercial, na economia em sua totalidade e nas cinco regiões

que compõe o território brasileiro (Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul). Além disso, faz uma resenha da evolução dos principais modelos de comércio internacional.

O presente capítulo compõe-se de quatro itens além desta introdução. No item 1.2 – descreve-se uma resenha dos principais modelos de comércio internacional. No item 1.3 – faz-se uma discussão dos impactos do processo de abertura comercial na economia brasileira. No item 1.4 – estende-se a exposição dos impactos da abertura comercial brasileira para as cinco regiões que compõem o território nacional. E, por fim, o item 1.5 – mostra as considerações finais sobre o presente capítulo.

## **1.2 – Teorias do Comércio Internacional: Uma Breve Resenha<sup>1</sup>**

A idéia dos ganhos de comércio gerados pela abertura comercial tem como base a teoria das vantagens comparativas ricardianas, que, em sua versão original, adota os diferenciais de produtividade da mão-de-obra como elemento determinante dos ganhos de comércio entre os países.

Dessa forma, para o modelo ricardiano das vantagens comparativas, um país obteria ganhos de comércio se exportasse bens que implicassem um custo menor em sua produção em relação a outros bens, ou seja, aqueles bens em que o país revelasse uma produtividade maior de sua mão-de-obra.

A utilização de um único fator de produção como determinante do comércio entre os países limitou acentuadamente o modelo ricardiano, surgindo, assim, várias críticas que, mais tarde, enriqueceram sobremaneira este modelo.

Com base nessa limitação, Heckscher & Ohlin (1991) desenvolveram um modelo de comércio internacional, conhecido como modelo (H-O), que levou em conta, na determinação desse comércio, não somente os diferenciais de produtividade da mão-de-obra como também as diferenças nas dotações de capital e recursos naturais, visto que estes são fatores que determinam a produtividade da mão-de-obra.

Seguindo a lógica desse modelo, um país exportaria bens que utilizasse, em sua produção, intensivamente o fator mais abundante nesse país. Assim, se um país possui uma alta relação capital/trabalho, exportará bens capital-intensivos, de forma inversa, se um país apresentar uma baixa relação capital/trabalho, ou seja, se possui pouco capital por trabalhador, exportará bens intensivos em mão-de-obra.

---

<sup>1</sup> Este item baseia-se em: ARBACHE (2002)

Apesar de ser mais consistente que o modelo ricardiano, o modelo H-O não levava em conta os diferenciais de renda entre os países, obtidos por meio do comércio internacional, dessa forma, o modelo não podia explicar os efeitos da distribuição de renda entre os países. Esta questão foi incorporada ao modelo H-O pelo teorema de Stolper-Samuelson, fazendo com que o modelo H-O se tornasse modelo H-O-S.

A formulação teórica proposta pelo teorema de Stolper-Samuelson defende que a intensificação do comércio internacional pela abertura comercial, sob a hipótese de que a livre movimentação de bens, sem que haja movimentação dos fatores, afeta o preço relativo dos últimos como consequência de variações nos preços relativos dos bens. Considerando o caso de um país cuja pauta de exportação é composta, basicamente, por produtos mão-de-obra intensiva, os bens capital-intensivos são relativamente mais dispendiosos, e a mão-de-obra a eles associada, ou seja, a mão-de-obra qualificada também seria relativamente cara, com a abertura comercial esse país importaria os bens capital-intensivos, forçando o preço destes bens a se reduzir, o que se refletiria em uma redução no salário da mão-de-obra qualificada, cujo resultado seria o decréscimo das disparidades salariais.

Com essa constatação, Samuelson (1948) expandiu o modelo HOS por meio do que se convencionou chamar teorema da equalização dos preços dos fatores (EPF). partindo das hipóteses de que os fatores de produção exibem a mesma qualidade entre as economias; as economias apresentam as mesmas funções de produção; vigora a livre movimentação de bens; não existe custo de transporte; não existe livre movimentação dos fatores de produção; e não há especialização plena dos países naqueles bens nos quais possuem vantagem comparativa, o comércio entre os países pode chegar a um ponto de equilíbrio em que os preços reais dos fatores convergem para um mesmo valor, ou seja, haveria uma igualdade entre os retornos absolutos dos fatores de produção das diferentes economias.

Isto ocorreria porque a abertura comercial das economias impulsionaria a importação daqueles bens cujo custo de produção fosse mais elevado por serem intensivos no fator mais escasso, o que na ausência do comércio internacional resultaria em uma remuneração relativamente maior desse fator. Entretanto, com o comércio internacional, a oferta desses bens aumentaria, o que forçaria a queda na remuneração do fator intensivamente necessário para a produção desses bens.

Outra incorporação feita ao modelo H-O-S foi proposta por Rybczynski (1955), que considera a existência de dois fatores de produção em uma economia e

analisa os efeitos do aumento da oferta de um, quando se mantém constante a oferta do outro. O resultado foi que o aumento da oferta de um fator leva ao crescimento absoluto da produção do bem que o usa intensivamente e à queda absoluta da produção do outro bem. Isto implica uma piora nos termos de troca entre os bens, com redução do preço daquele que usa o fator de produção agora mais abundante.

Apesar de o modelo H-O-S ter incorporado os diferenciais de renda entre os países e as desigualdades salariais na determinação do comércio internacional, esse modelo ainda continua bastante limitado para representar a realidade, pois não leva em consideração uma série de questões que tem um peso significativo nas transações comerciais entre os países. Uma consequência dessa limitação é apontada por Arbache (2002) quando este autor ressalta que esse modelo não explica o crescimento do comércio internacional intra-industrial, ou seja, as exportações e das importações simultâneas de produtos pertencentes a uma mesma indústria.

A importância que esse tipo de comércio vem tendo, nas últimas décadas, tem ocasionado um grande interesse dos teóricos do comércio internacional sobre o assunto, o que deu espaço para o desenvolvimento da denominada nova teoria do comércio, cuja principal característica é a incorporação das hipóteses chamberlianais as teorias do comércio internacional. Tais hipóteses são: diferenciação de produtos; economias de escala e competição monopolística. A segunda hipótese tornou-se fator complementar aos modelos H-O na explicação dos determinantes do comércio.

Deve-se salientar que modelos de comércio chamberlianais supõem: a mesma tecnologia de produção para os países e que apenas dois tipos de bens são produzidos (um deles homogêneo, exibindo retornos constantes de escala, e outro diferenciado, que apresenta retornos crescentes de escala).

A existência de economias de escala, obtidas pela especialização por variedade, faziam com que os países pudessem produzir diferentes tipos de bens, que seriam comercializados internacionalmente. Dentre os principais expoentes da nova teoria do comércio, têm-se Krugman (1979, 1980); Lancaster (1980); e outros.

Para Krugman (1980), a importância dada às economias de escala no comércio internacional torna este o único fator responsável pelo comércio intra-indústria. O mesmo autor defende que, quando se considera a existência de custos de transportes, haverá maiores incentivos para concentrar a produção de bens manufaturados com retornos crescentes de escala em mercados maiores. Com a presença de economias de escala, espera-se que haja maiores remunerações para os trabalhadores das economias

maiores. A implicação disso seria que, se os custos de produção fossem os mesmos entre os países, seria mais interessante produzir próximo ao maior mercado para, assim, minimizar os custos de transporte.

Outros aspectos que vêm sendo largamente levados em consideração, quando se trata dos determinantes do comércio internacional, são as mudanças tecnológicas e as inovações dos produtos. Em relação a isso, Krugman (1986) mostrou um modelo denominado de *gap* tecnológico, que procura explicar por que países mais desenvolvidos produzem e exportam bens sofisticados e tecnologicamente mais avançados.

A questão da inovação tecnológica também é tratada por Vernon (1966) em seu modelo do ciclo do produto ou modelo norte-sul. Com base nesse modelo, o autor constatou que os países do hemisfério norte tenderiam a exportar bens recentemente inventados, e os países do hemisfério sul tenderiam a exportar bens tradicionais.

Arbache (2002, p.10) ressalta que:

“Para a nova teoria do comércio, as trocas norte/sul estão associadas ao comércio inter-indústria e se devem às vantagens comparativas determinadas pela intensidade de fatores de produção. O comércio norte/norte, por outro lado, baseia-se em economias de escala e em diferenciação de produto, e está essencialmente associado ao comércio intra-indústria. Para essa literatura, países em desenvolvimento deveriam especializar-se no comércio internacional de bens intensivos em recursos naturais e em mão-de-obra.”

Faz necessário ressaltar que, apesar de o modelo HOS estar fortemente presente no debate teórico e empírico, seus resultados devem ser qualificados quando se trata de países em desenvolvimento, visto que é cada vez mais forte a relação positiva entre abertura comercial, crescimento econômico e capital humano, o que se constata por meio das hipóteses e dos resultados empíricos da nova teoria do crescimento. A idéia central é que a abertura comercial e financeira das economias criaria um ambiente mais propício ao investimento estrangeiro direto, pois a maior mobilidade de capitais tenderia a reduzir os custos dos investimentos pelo maior acesso ao mercado de capitais, a importação de máquinas, equipamentos e tecnologia, gerando a possibilidade de maiores taxas de crescimento e aumento da produtividade dos fatores.

Para a nova teoria do comércio internacional, a importação de bens de capital possibilita a difusão tecnológica, pois esses bens estão constantemente incorporando novas tecnologias e, dessa forma, o maior acesso a eles pela abertura comercial traria vantagens para os países em desenvolvimento, visto que, como as máquinas e os equipamentos importados para o país em desenvolvimento são relativamente intensivos em trabalho mais qualificado (já que, geralmente, foram produzidos por países desenvolvidos onde esse fator é abundante), isto faz com que haja mudança na estrutura de demanda de trabalho favorável aos trabalhadores mais qualificados com respectivo aumento dos retornos do capital humano.

O ressaltado disso, para Robbins (1996), é o que ele denominou de *skill-enhancing trade*: quanto maiores as importações de bens de capital e o volume de investimento estrangeiro direto, maior deverá ser também o impacto desse processo na estrutura de demanda por trabalho, o que geraria, na verdade, um aumento das desigualdades de renda nos países em desenvolvimento que fazem a liberalização de suas economias, sendo este um resultado contrário ao que pressupõe o modelo HOS.

Como pôde ser constatado acima, a literatura sobre comércio internacional evoluiu bastante desde o modelo ricardiano; as teorias recentes de comércio destacam que não apenas as vantagens comparativas fornecem ganhos de comércio, mas a construção de vantagens competitivas também é uma fonte de ganho nas trocas internacionais de mercadorias. Entendendo que um país tem competitividade em um produto quando o seu custo de produção é menor em relação ao dos demais países. A vantagem competitiva pode ser gerada com base em um ambiente macroeconômico propício à redução dos custos de um dado bem, tal como mudança na taxa de câmbio real, investimento em infra-estrutura, políticas de incentivo à indústria, ressaltando, também, o progresso tecnológico como uma fonte constante de vantagem competitiva.

Dessa forma,, como aponta Krugman (1979), as teorias mais recentes do comércio enfatizam as economias de escala, a concorrência imperfeita, os padrões de demanda e a diferenciação dos produtos como sendo os determinantes do comércio, principalmente de produtos manufaturados.

A idéia presente na teoria tradicional do comércio, e até mesmo nas mais recentes, é a de especialização produtiva, ou seja, a abertura comercial faria com que os países obtivessem o máximo possível de ganhos por meio da especialização em setores em que eles apresentassem vantagens comparativas e/ou competitivas.



Como destacam Hidalgo & Da Mata (2004), a especialização produtiva pautada nas vantagens comparativas é defendida por uma significativa parte da literatura sobre comércio internacional como fonte de melhora do bem-estar econômico, pois, para esses teóricos, o crescimento econômico dos países é alcançado mediante a maior eficiência na alocação de recursos. O comércio internacional é, assim, uma fonte importante de competição para as firmas domésticas, visto que estimula a eficiência produtiva. Dentro desse contexto, defende-se que as medidas de política econômica a serem seguidas devam ser consistentes com o melhor aproveitamento das vantagens comparativas.

Entretanto deve-se destacar que, mesmo que os países em desenvolvimento estejam buscando a especialização produtiva, esse processo não está baseado unicamente na teoria ricardiana das vantagens comparativas nem nos modelos neoclássicos de comércio internacional, dada a importância que a tecnologia, a diferenciação de produtos e as economias de escala vêm desempenhando nas últimas décadas na economia mundial.

### **1.3 – Impactos da Abertura Comercial na Economia Brasileira<sup>2</sup>**

A economia brasileira consolidou seu processo de abertura comercial a partir dos anos 1990, seguindo a lógica da integração comercial como a melhor forma de obter eficiência produtiva com o Estado brasileiro, deixando de proteger o setor produtivo nacional da concorrência estrangeira como havia feito até o final dos anos de 1980.

O que deve ser destacado é que o processo de abertura comercial brasileiro ocorreu de forma bastante acelerada, fazendo com que o aparelho produtivo nacional, que, até então, era bastante protegido pela política econômica (políticas cambial e tarifária), viu-se frente a concorrência internacional, ou seja, não houve tempo o suficiente para que esse aparelho produtivo se adequasse aos novos padrões de comércio agora intensamente integrado, trazendo grandes impactos para a estrutura produtiva nacional.

Uma parte da literatura defende que as mudanças oriundas do processo de abertura comercial brasileira tiveram um caráter regressivo sobre a estrutura produtiva nacional, visto que induziram essa estrutura a especializar-se em setores intensivos em

---

<sup>2</sup> Este item baseia-se em: CARNEIRO (2002).

mão-de-obra e recursos naturais, marginalizando os setores intensivos em capital, dessa forma, para aqueles que asseguram esse argumento, a economia brasileira acatou de forma autêntica o modelo H-O.

Os impactos do processo de abertura comercial da economia brasileira em seu aparelho produtivo podem ser verificados mediante a análise do que ocorreu com a balança comercial durante o período em que se intensificou esse processo. Carneiro (2002), analisando o saldo da balança comercial na década de 1990, constatou que as exportações e as importações tomaram rumos distintos, pois as importações mostraram taxas de crescimento duas vezes maior que as exportações. Comparando a taxa de crescimento dessas duas variáveis com as taxas de crescimento das exportações e importações do mundo e de outras regiões, pode-se observar, pela Tabela 1, que, no período de 1990/1998, a taxa de crescimento das exportações brasileiras foi praticamente idêntica à taxa de crescimento das exportações do mundo.

Em relação à taxa de crescimento das exportações dos países desenvolvidos (5,6%) o Brasil ficou acima dessa taxa, no entanto ficou abaixo da taxa de crescimento das exportações dos países em desenvolvimento, da Ásia e da América Latina.

O processo inverso ocorreu com as importações, visto que a taxa de crescimento desta variável para o Brasil (13,4%) era maior que a taxa de crescimento das importações não somente do mundo como das demais regiões analisadas (países desenvolvidos, em desenvolvimento, Ásia e América Latina).

No período de 1999/2000, a taxa de crescimento das exportações brasileiras (7,3%) continuou menor que a taxa de crescimento das exportações do mundo, da Ásia e América Latina.

Um aspecto interessante ocorrido no período de 1999/2000 foi a mudança de trajetória da taxa de crescimento das importações, que revelou valor percentual negativo (-3,2%), enquanto o mundo, a Ásia e a América Latina apresentaram não somente taxa de crescimento positiva no período, como ascendente em relação ao período anterior. Tal fato pode ser atribuído à mudança de regime cambial, passando de fixo para flutuante, e à desvalorização cambial, que ocorreu em 1999.

Pelo exposto acima, pode-se constatar que o baixo nível de competitividade dos produtos nacionais, tanto interna quanto externamente, nos anos de 1990, refletiu-se em aumento expressivo das importações em detrimento das exportações, tendo significativos reflexos no padrão de comércio exterior do Brasil no período considerado.

Outro aspecto que merece destaque é a importância da política cambial nesse processo, pelo impacto significativo que teve sobre a balança comercial após o ano de 1999.

**Tabela 1**  
**Comércio Exterior do Brasil e Regiões do Mundo (% ao ano)**

	1990/1998		1999/2000	
	Exportações	Importações	Exportações	Importações
Mundo	6.2	6.5	8.0	85.0
Desenvolvidos	5.6	6.1	n.d	n.d
Em desenvolvimento	8.4	7.9	n.d	n.d
Ásia	10.0	8.7	14.0	15.5
América Latina	8.5	12.5	13.5	12.5
<b>Brasil</b>	<b>6.3</b>	<b>13.4</b>	<b>7.3</b>	<b>-3.2</b>

Fonte: Extraído de CARNEIRO, 2002.

No que se refere às regiões de destino e origem das exportações e importações brasileiras, ocorreram mudanças expressivas no período de 1990 a 2000. Como destaca a CEPAL (1999), houve uma reconfiguração das regiões de destino das exportações com a diminuição da participação dos países desenvolvidos e a maior participação dos países em desenvolvimento, principalmente do Mercosul e do restante da América Latina (ver Tabela 2). Por outro lado, em relação às regiões de origem das importações brasileiras, os países mais ricos aumentaram suas exportações para o Brasil, no entanto os países da América Latina (Mercosul) também expuseram um pequeno aumento nas suas exportações para o Brasil.

**Tabela 2**  
**Brasil: Origem e Destino dos Fluxos de Comércio Externo (%), Anos Selecionados**

	Destino das exportações				Origem das Importações			
	1990	1994	1998	2000	1990	1994	1998	2000
Estados Unidos	24.2	20.2	19.1	23.9	21.3	20.2	23.4	23.1
União Européia	32.4	28.0	28.8	26.8	22.3	27.1	29.2	25.2
Ásia (Excl. Or. Médio)	16.8	16.2	11.0	11.5	8.5	15.0	13.7	15.4
<b>Subtotal</b>	<b>73.4</b>	<b>64.4</b>	<b>58.9</b>	<b>62.2</b>	<b>52.1</b>	<b>62.3</b>	<b>66.3</b>	<b>63.7</b>
Mercosul	4.2	13.6	17.4	14.0	11.2	13.7	16.3	14.0
ALADI (Excl. Mercosul)	6.2	8.8	8.8	9.4	6.5	5.6	5.1	6.9
OPEP	5.7	4.0	5.4	4.5	21.8	10.0	5.5	9.0
Resto do Mundo	10.5	9.2	9.5	9.9	8.4	8.4	6.8	6.4
<b>Total</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Extraído de CARNEIRO, 2002.

Passando a analisar a composição da pauta de exportação e importação brasileira na década de 1990, observa-se, pela Tabela 3 que a indústria intensiva foi a que teve maior participação nas exportações brasileiras no período, mesmo com tendência decrescente ao longo do tempo, passando de 26% em 1992 para 21% em 2000. Em seguida, vêm a indústria alimentar e a intensiva em trabalho, exibindo uma participação também declinante de 13% em 1992 e 11% em 2000.

A composição da pauta de importações brasileira conta com maior participação, embora declinante, dos energéticos, fornecedores especializados e indústrias intensivas em P&D, sendo que esta última revelou um aumento no último ano em relação ao primeiro, o que confirma a ainda dependência da economia brasileira da importação de bens intensivos em tecnologia.

O que uma parte da literatura ressalta é que a falta de dinamismo da pauta de exportações brasileiras relaciona-se à sua pouca diversificação e às mudanças ocorridas nos principais mercados de destinos, ou seja, os produtos de maior conteúdo tecnológico exportados pelo Brasil destinaram-se, em sua maioria, aos países mais pobres, de outra forma, para os países mais ricos, destinou-se uma parcela maior de produtos de menor conteúdo tecnológico.

Vale ressaltar que, como aponta CEPAL (1999), houve uma perda de participação das exportações brasileiras de bens de capital e insumos elaborados para os países desenvolvidos. Por outro lado, ampliou-se a participação das exportações brasileiras desses produtos para países em desenvolvimento.

O resultado do processo de abertura comercial gerou, portanto, de um lado, um excessivo aumento das importações, que se originaram, em sua maioria, de áreas desenvolvidas e, de outro, um aumento menos expressivo das exportações, que se destinaram, crescentemente, para economias menos desenvolvidas. Quando se leva em consideração a relação comercial brasileira com os países desenvolvidos, percebe-se que o Brasil concentrou suas importações originadas desse grupo em bens de maior conteúdo tecnológico, enquanto as exportações para esses países concentraram-se em *commodities* agrícolas ou industriais.

O inverso ocorreu na relação comercial do Brasil com os países pobres, ou seja, as exportações brasileiras para eles concentraram-se em uma pauta mais elaborada, enquanto as importações brasileiras originadas desses países se constituíram de produtos menos elaborados.

**Tabela 3**  
**Composição das Exportações e Importações (%), Anos Selecionados**

	Exportações (%)			
	1992	1994	1998	2000
Indústria Intensiva em Escala	26	24	24	21
Indústria Agroalimentar	13	14	12	11
Indústria Intensiva em Trabalho	13	12	10	11
Agrícolas	12	15	16	14
Fornecedores Especializados	9	10	9	9
Minerais	8	6	8	7
Ind. Intens. em Rec. Minerais	7	6	6	7
Ind. Intens. Em Outros Rec Agrícolas	6	7	9	7
Indústrias Intensivas em P&D	4	4	6	12
Ind. Intens. Em Rec. Energéticos	2	2	1	1
Energéticos	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

  

	Importações (%)			
	1992	1994	1998	2000
Energéticos	21	10	6	9
Fornecedores Especializados	18	19	22	20
Indústrias Intensivas em P&D	13	14	16	20
Indústria Intensiva em Escala	12	17	20	15
Ind. Intens. Em Rec. Minerais	9	8	8	8
Agrícolas	7	6	6	4
Indústria Intensiva em Trabalho	6	7	9	8
Minerais	5	4	3	3
Indústria Agroalimentar	5	8	5	3
Ind. Intens. Em Rec. Energéticos	4	5	4	7
Ind. Intens. Em Outros Rec Agrícolas	2	2	2	2
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

**Fonte: Extraído de CARNEIRO, 2002.**

Entretanto, mesmo que a composição da pauta de exportação brasileira pós-abertura comercial ainda seja composta por setores intensivos em recursos naturais e/ou de baixo conteúdo tecnológico, deve-se ressaltar que tem havido um esforço das empresas exportadoras no sentido de melhorar a qualidade da inserção de seus produtos no comércio exterior, e os resultados desses esforços estão indo de encontro aos modelos de comércio exterior expostos anteriormente, ou seja, países em desenvolvimento, como o Brasil, não necessariamente estão exportando produtos somente intensivos nos fatores de produção abundante nessas economias.

Como destacam Lavinias; Garcia & Amaral (1997, p. 14):

“A composição da pauta de exportação brasileira observou ao longo do período 1985/95, transformações que apontam no sentido do incremento da participação dos produtos de maior valor agregado, seguindo a tendência observada desde a década de 70. Desta forma, as exportações de produtos básicos vão perdendo gradativamente participação relativa no conjunto das exportações nacionais, chegando em 1995 a representar 23,98%, contra 27,19% em 1985, sendo sua taxa média de crescimento (3,45% a.a.).”

Os mesmos autores ressaltam que, em 1985, o Brasil era caracterizado como um país exportador de bens manufaturados, os quais representavam 60,65% do total das suas exportações. Porém, ao longo do período 1985/95, observa-se tendência à redução da participação relativa desses bens no conjunto das exportações nacionais, passando estas a participar, em 1995, com 55,83%. Assim, o crescimento das exportações nacionais, da ordem de 4,62% a.a. no mesmo período, foi conseqüência, sobretudo, do aumento das exportações de produtos semimanufaturados, que, de 12,16% do total no ano de 1985, subiram para 20,19% em 1995 (LAVINAS; GARCIA & AMARAL, 1997).

Arbache (2002), fazendo um estudo sobre o perfil das firmas exportadoras, evidencia a contradição entre o arcabouço teórico mostrado e a realidade destas firmas. Em síntese, as evidências foram as seguintes: a competitividade internacional das firmas exportadoras brasileiras está associada a ganhos de escala e à tecnologia, e não às vantagens comparativas clássicas; as firmas exportadoras empregam trabalhadores mais qualificados e pagam melhores salários que as firmas não exportadoras da mesma indústria; o incremento das importações teve maior impacto negativo sobre o emprego dos trabalhadores menos qualificados do que sobre o dos trabalhadores mais qualificados; houve aumento da demanda de trabalho qualificado nas exportações; as novas tecnologias provocaram grande e adverso impacto no emprego dos trabalhadores não qualificados e, ao mesmo tempo, geraram significativo número de empregos para trabalhadores qualificados; a procura relativa por trabalhadores mais qualificados intensificou-se na década de 1990; os salários relativos dos trabalhadores com educação superior aumentaram ao longo da década de 1990; não foi verificada redução da desigualdade na década de 1990; houve substancial aumento da informalidade, do desemprego e da exclusão social na década de 1990.

Portanto, pode-se perceber que, apesar da pauta de exportação brasileira ser caracterizada como pouco diversificada e composta por produtos com baixo conteúdo

tecnológico, tem havido um esforço, por parte de algumas empresas exportadoras, no sentido de gerar maior valor agregado em seus produtos, e isto está se refletindo em resultados que vão de encontro à teoria convencional do comércio exterior.

#### **1.4 – Impactos da Abertura Comercial Brasileira sobre as Regiões Brasileiras**

O processo da abertura comercial brasileira foi recebido pelas regiões como uma forma de expandir suas fronteiras de comércio, mesmo com o impacto negativo da ampliação das importações de produtos que competiam com os produtos nacionais, as regiões brasileiras elegeram a variável exportação como uma possível forma de obter crescimento econômico. Dada a histórica assimetria de crescimento e desenvolvimento regional, a integração econômica brasileira refletiu-se de forma distintas nas regiões.

As distintas respostas de cada uma das regiões brasileiras à abertura comercial estão, de certa forma, ligadas ao processo de desconcentração industrial que ocorreu na economia brasileira a partir do final dos anos de 1960. Como ressaltam Diniz & Crocco (1996, p.84), “com o início de um novo ciclo expansivo da economia brasileira, conhecido como período do ‘milagre econômico’, assistiu-se a um intenso processo de crescimento industrial com desconcentração geográfica...”

Entre as forças que atuaram nesse processo de desconcentração, os mesmos autores destacam a intenção da política econômica, a partir desse período, no sentido de promover a desconcentração industrial por meio dos investimentos diretos das empresas de controle acionário do Governo Federal e de fortes incentivos fiscais nas regiões Nordeste e Norte do País, com a criação de instituições como a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

No caso da região Nordeste, Guimarães Neto (1986); Magalhães (1983) e Redwood III (1984) destacam que:

“De forma agregada, a região aumentou sua participação na produção industrial do país de 5,7 para 8,4%, entre 1970 e 1989. embora o estado de Pernambuco tenha perdido participação,, praticamente todos os demais estados ganharam. No entanto, o ganho total é em maior medida explicado pelo estado da Bahia, que aumentou sua participação de 1,5 para 4% da produção industrial do Brasil. Correspondendo a quase 50% da Região Nordeste, em 1989. Além dos incentivos fiscais, o fato marcante foi a decisão pela construção do pólo petroquímico de Camaçari (com grande peso de investimentos públicos através da PETROQUISA e NORQUISA), como indica a participação de 48% da indústria química na produção do Estado. por outro lado, os incentivos fiscais, através da SUDENE, viabilizaram a implantação de projetos industriais diversos em vários estados nordestinos, voltados para o mercado local, nacional e de exportação.”

Entretanto esse processo de desconcentração pode ser considerado bastante limitado, pois, apesar da expansão da fronteira agrícola do Centro-Oeste, da fronteira mineral do Norte e dos incentivos fiscais do Nordeste, foi relativamente contido na região Centro-Sul. Além disso, as áreas industriais fora do Centro-Sul, caracterizam-se por uma grande ocupação populacional, em regiões de ocupação antiga, como: Salvador, Recife, Fortaleza e Belém. Ou, por outro lado, nasceram e se desenvolveram, nas últimas décadas, com base em recursos naturais ou por intermédio do sistema de incentivos fiscais (DINIZ & CROCCO, 1996).

Dessa forma, esse processo de desconcentração, embora tenha, de certa forma, contribuído para o crescimento das regiões mais pobres, não pode ser considerado sustentável, significando, como enfatiza Diniz (1993, p.38), que “as regiões objeto de políticas regionais, como o nordeste, não têm demonstrado capacidade de sustentar um crescimento diferenciado que se traduza em alteração macroespacial substantiva, apesar do crescimento industrial do estado da Bahia.”

A partir da contextualização do processo de desconcentração industrial ocorrida no Brasil e dos seus limites, pode-se, agora, expor o que vem ocorrendo no comércio exterior regional brasileiro nas últimas décadas. Lavinias; Garcia & Amaral (1997) analisam o período em que se iniciou o processo de integração comercial brasileira (1985-1995) e verificam seus impactos para as regiões do país. Como salientam os autores, todas as regiões brasileiras aumentaram suas exportações no período em questão, com destaque para as regiões Centro-Oeste e Norte, cujo crescimento chegou a ser até seis vezes superior ao verificado nacionalmente. Isso se



refletiu no aumento da participação percentual dessas duas macrorregiões no conjunto das exportações brasileiras, entre 1985 e 1995, passando, respectivamente, de 0,64% para 2,16% e de 2,35% para 5,32%.

No período de 1999 a 2003, os fluxos comerciais externos continuaram apresentando uma redistribuição entre as regiões. A região Sudeste viu sua participação no comércio mundial do Brasil reduzir-se, desde 1999, de 64% do total brasileiro, para 57% do comércio mundial brasileiro em 2003. A região Sul expôs uma elevação em sua participação relativa no comércio internacional brasileiro: em 1999, a região respondia por 24,5% das exportações e por 16% das importações do Brasil, e tal participação elevou-se para 26,3% das exportações nacionais e 18% das importações brasileiras no ano de 2003 (CAMPOS, 2004).

A região Centro-Oeste, no período de 1999 a 2003, continuou demonstrando evolução positiva em sua participação no comércio exterior brasileiro. Como esclarece Campos (2004, p.65):

“A região Centro-Oeste registrou uma elevação significativa em sua participação no comércio exterior brasileiro. De 2,8% das exportações em 1999, o Centro-Oeste passou a representar 5,3% das exportações brasileiras em 2003, um crescimento de 91,6%. A participação relativa do Centro-Oeste nas importações brasileiras cresceu 44% no período analisado, elevando-se de 2,4% do total em 1999, para 3,5% das importações brasileiras no ano de 2003.”

Entre 1985 e 1995, o desempenho externo da região Nordeste foi bastante insatisfatório, pois esta foi a região que registrou o menor crescimento entre as regiões brasileiras (3% a.a.), o que contribuiu para uma ligeira perda de participação relativa no total do Brasil (caindo de 11,01%, em 1985, para 9,28% em 1995). Entretanto o desempenho externo dessa região foi pior em 1992 e 1993, o que aponta uma trajetória de recuperação recente mais sustentada. No entanto as regiões Sudeste e Sul tiveram um aumento de suas exportações em torno da média nacional. Mas o Sudeste vinha, tendencialmente, reduzindo sua participação relativa nas exportações brasileiras (-4% em 10 anos), e o Sul conservava seu desempenho: 25% do total. Ainda assim, ambas as regiões concentravam, em 1995, 83% das exportações brasileiras (LAVINAS; GARCIA & AMARAL, 1997).

Vale salientar que, durante o período de 1985 a 1995, as exportações de básicos da região Nordeste tiveram uma taxa de crescimento negativa, em consequência do fraco desempenho dos estados da Bahia, Sergipe, Paraíba e Piauí, principalmente do primeiro, que participa com cerca de 50% das exportações dos básicos da região e cuja participação no total exportado nacionalmente declinou de 6,96%, em 1985, para 1,65% em 1995 (LAVINAS; GARCIA & AMARAL, 1997).

No período de 1999 a 2003, a região Nordeste registrou um ligeiro aumento das exportações, visto que estas passaram de 7,2% das exportações totais brasileiras, no ano de 1999, para 8,5% (em 2003) do total exportado no ano pelo país (uma elevação de 18% na participação relativa) (CAMPOS, 2004).

A participação relativa da região Norte nas exportações brasileiras manteve-se praticamente estável de 1999 a 2003 (com uma elevação de apenas 1,0%). Em média, as exportações da região correspondem a 5,9% das exportações brasileiras no período analisado. Ao contrário das exportações, as importações da região Norte apresentaram um crescimento de 25% em sua participação relativa no total brasileiro (CAMPOS, 2004).

Esses resultados indicam uma tendência à desconcentração das exportações regionais de produtos semi manufaturados do Centro-Sul do Brasil (Regiões Sudeste e Sul) em direção às regiões “periféricas”<sup>3</sup> — sobretudo, Norte e Centro-Oeste. Entretanto, o Nordeste verificou perda da participação relativa no conjunto das exportações desses produtos (LAVINAS; GARCIA & AMARAL, 1997).

Os mesmos autores identificam que, ao longo da década, houve um aumento significativo da contribuição das regiões Norte e Centro-Oeste nas exportações, que concorriam secundariamente da pauta brasileira (básicos e semimanufaturados). No entanto a região Nordeste se contrapõe às duas outras por revelar um desempenho negativo, com redução da sua participação relativa nas duas categorias de produtos em que cresce a importância das regiões periféricas.

Os resultados expostos pelos autores exaltam a ainda baixa capacidade da região Nordeste de se adequar ao novo padrão de concorrência imposto pela integração econômica, pelo menos para esse tipo de produto, pois, para os produtos manufaturados, essa desconcentração, que vem ocorrendo para os produtos semimanufaturados, não se verifica. Como salientam Lavinias; Garcia & Amaral (1997, p.16):

---

<sup>3</sup> Os autores denominam de regiões periféricas as regiões: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. E o termo Centro-Sul é usado quando se referem as regiões Sudeste e Sul.

“No caso dos manufaturados, ao contrário, não se verifica tendência à desconcentração das exportações em favor de maior participação das economias regionais periféricas. Em 10 anos, Sul e Sudeste mantiveram-se à frente das exportações de manufaturados, concentrando cerca de 90% delas. Opera-se, é verdade, uma redistribuição de pesos no interior dessas áreas mais desenvolvidas, por causa do péssimo desempenho registrado pelo estado do Rio de Janeiro (participação relativa caindo de 10,92 em 1985 para 6,15% em 1995) e pelos efeitos benéficos do Mercosul sobre as economias dos estados sulinos. Essa região tornou-se responsável, em 1995, por 24% das exportações de manufaturados contra 18,74% em 1985.”

Na visão de Diniz & Crocco (1996, p. 88):

“... a decisão política de abertura da economia brasileira e, em especial, a criação do MERCOSUL ocorridas a partir de 1990, começaram a exercer fortes efeitos sobre o padrão regional da indústria brasileira. A corrida para a busca de eficiência e de aumento da produtividade, como forma de enfrentar a competição internacional, vem, por um lado, beneficiando as regiões com melhores infra-estrutura, mercados de insumos e de trabalho e, por outro lado, condicionando a localização e a expansão da indústria,, inclusive das filiais de empresas multinacionais... Adicionalmente, a criação do MERCOSUL e a localização dos parceiros comerciais do Brasil (Argentina, Paraguai e Uruguai) exercem efeito de arraste sobre o crescimento industrial nas áreas próximas, o que vem sendo observado não só em termos de comércio como também de investimentos cruzados.”

Com isso, o Mercosul passa a demonstrar importância essencial para a economia brasileira como região de destino, principalmente para os estados cujas regiões têm maior proximidade geográfica com esse bloco (Sudeste e Sul). Assim, os efeitos desse Mercado nas regiões brasileiras são ainda limitados às regiões mais ricas do país, refletindo uma diferenciação no grau de integração das economias regionais. E isso restringe o potencial de integração, além, evidentemente, do nível de desenvolvimento econômico.

Apesar de as compras do Mercosul ao Brasil terem se concentrado nos estados das regiões Sudeste e Sul, a literatura esclarece que é inquestionável o aumento da participação de algumas economias periféricas no mercado internacional,

particularmente pela exportação de produtos minerais e agrícolas, básicos ou semitransformados.

É necessário, portanto, que haja uma convergência de infra-estrutura regional no espaço geográfico brasileiro, para que a tendência a desconcentração possa ter continuidade, tarefa bastante custosa frente aos diversos problemas estruturais pelos quais ainda passa a economia brasileira.

De acordo com Lavinias; Garcia & Amaral (1997, p.23):

“No Brasil, a equalização das condições de infra-estrutura e de bem-estar permanecem, portanto, no elenco das demandas de primeira necessidade. São elas que podem conduzir a um novo modelo de desenvolvimento regional não apenas mais equilibrado, mas também alicerçado em bases endógenas, sólidas e de longo prazo. Senão, a tendência já esboçada de reconcentração produtiva e recrudescimento das desigualdades de renda interestaduais pode instalar-se, comprometendo potencialidades ainda pouco exploradas e quase desconhecidas.”

Assim, para que as regiões menos favorecidas, como a região Nordeste, possam participar de forma ativa dos benefícios da integração, fazem-se necessários o planejamento e a adoção de políticas regionais que se voltem para a redução das assimetrias das condições de vida nas regiões e dêem condições competitivas para delinear novas formas de crescimento econômico.

## **1.5 – Considerações Finais**

A adesão da economia brasileira ao processo de integração econômica consolidada nos anos 1990, trouxe grandes transformações para o aparelho produtivo nacional. As limitações do modelo de substituição de importações confirmou a consolidação de um novo modelo de desenvolvimento, em que o Estado deixava de cooperar de forma expressamente ativa na economia, dando lugar ao mercado como o melhor alocador de recursos e fornecedor de bem-estar.

Todo esse processo teve como filão teórico o modelo ricardiano das vantagens comparativas e suas ramificações (modelos Heckscher-Ohlin e Stolper-Samuelson). Entretanto, como visto no decorrer do capítulo, esses modelos são bastante limitados, mas muitas modificações foram incorporadas a eles na tentativa de explicar os determinantes do comércio internacional: as modernas teorias do comércio internacional

ressaltam a concorrência imperfeita, os padrões de demanda, a diferenciação de produtos e o progresso tecnológico como os fatores que determinam o comércio internacional.

Essas teorias mais recentes são as que melhor podem explicar o comércio internacional de países em desenvolvimento como o Brasil, onde as teorias tradicionais não necessariamente são válidas. Pois, como foi constatado por alguns estudiosos no item sobre os impactos da abertura comercial na economia brasileira, as empresas exportadoras brasileiras adotaram práticas e responderam de forma totalmente adversa às hipóteses que compõem os modelos tradicionais.

Pode-se dizer que a abertura comercial brasileira ocorreu de forma rápida e intensa, não dando tempo suficiente para que o aparelho produtivo nacional se adequasse ao novo padrão de concorrência, assim, não houve uma mudança muito significativa na pauta de exportação brasileira, que continua sendo, basicamente, constituída por *commodities* e bens de baixo conteúdo tecnológico. Quando se analisam as importações, percebe-se o maior impacto da abertura comercial brasileira, visto que elas mostraram um crescimento acelerado durante o período em que se deu esse processo.

Com relação às regiões de destino e origem do comércio exterior brasileiro, a abertura comercial revelou duas assimetrias, quais sejam: as importações originaram-se crescentemente, das áreas desenvolvidas, e as exportações destinavam-se, cada vez mais, a países em desenvolvimento.

Outra transformação, considerada de grande importância trazida pela abertura comercial, foram as mudanças que se deram na contribuição das regiões brasileiras no comércio internacional: ao longo de todo o processo de integração comercial brasileira todas as regiões brasileiras viram suas exportações aumentar, principalmente as regiões Centro-Oeste e Norte, o que foi considerado como um processo de desconcentração do comércio brasileiro com a redução da influência das regiões mais ricas e uma ampliação da participação das regiões periféricas no comércio internacional do país. Mesmo que de forma limitada, essa desconcentração industrial trouxe resultados positivos para as regiões mais pobres.

Entretanto, vale ressaltar que essas regiões ainda possuem muitos gargalos que dificultam sua integração maior ao comércio internacional. Nesse sentido, torna-se indispensável a formulação de políticas que dêem condições as regiões mais periféricas do país de continuar ampliando sua cooperação no comércio externo brasileiro.

Por fim, deve-se salientar que, mesmo com todos os problemas específicos a cada região do país, a abertura comercial abriu a possibilidade de ampliar os mercados de exportação e importação dessas economias, propiciando abrir, assim, um leque de oportunidades que, se bem aproveitadas, podem gerar crescimento econômico, porquanto, para países em desenvolvimento, como o Brasil, o comércio exterior é de grande importância para seu crescimento.

O capítulo seguinte focaliza a análise dos impactos do processo de integração econômica para uma das regiões mais pobres do Brasil, a região Nordeste, tomando por base a estrutura produtiva dessa região, procurando expor as dificuldades enfrentadas num contexto de abertura comercial e crescente assimetrias de crescimento e desenvolvimento econômico nas diversas regiões do país.

## **CAPÍTULO II - REGIÃO NORDESTE: CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA E COMÉRCIO EXTERIOR**

### **2.1 – Introdução**

A inserção da economia brasileira no mercado mundial integrado explicitou a questão das assimetrias regionais, já que as regiões brasileiras viram na variável exportação uma forte possibilidade de alcançar crescimento e, possivelmente, desenvolvimento econômico. Com base em tal pressuposto, a região Nordeste do Brasil vem, nos últimos anos, procurando ampliar e melhorar a qualidade de sua inserção externa.

A região Nordeste caracteriza-se por ser uma das mais pobres do Brasil, tanto em termos econômicos quanto sociais, o que aprofunda as dificuldades de adequação à nova ordem econômica internacional, visto que a região tem um duplo problema a resolver: adequar-se à nova ordem econômica internacional, para se inserir no mercado externo com competitividade e buscar resolver os seus graves problemas econômicos e sociais. Isto faz, pois, com que a necessidade de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento seja uma constante na economia nordestina.

É consenso, entre os estudiosos, que as dificuldades enfrentadas pela região Nordeste resultam, entre outros fatores, da própria formação econômica da região, que se baseia em uma estrutura produtiva pouco dinâmica, constituída por setores tradicionais com baixo valor agregado, intensivos em mão-de-obra e recursos naturais, cujo comércio era voltado, predominantemente, para as demais regiões do país.

Dentro desse contexto, as dificuldades enfrentadas por essa região tornam-se maiores quando se verifica que o grau de desenvolvimento apresentado na atualidade foi fruto quase que exclusivamente da participação ativa do Estado brasileiro como agente estimulador de oferta e demanda, simultaneamente, na economia da região.

Em um contexto de integração econômica em que a atuação do Estado como agente promotor do crescimento tende a se reduzir drasticamente, uma região como a Nordeste sofre grandes perdas no que se refere a uma articulação de políticas que possam desenvolver a região. No entanto, como vai ser verificado mais à frente, a região Nordeste vem buscando inserir-se no ambiente internacional, ao longo do processo de abertura, aproveitando suas vantagens comparativas.

O presente capítulo, basicamente, discorre sobre a importância desempenhada pelo Estado brasileiro no processo de crescimento e desenvolvimento da região Nordeste, principalmente a partir dos anos 1960, com a elaboração de um documento pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que apontava os gargalos e soluções para o desenvolvimento dessa região.

A instabilidade da economia brasileira, nos anos 1970 e 1980, não permitiu que o plano de ação sugerido pelo documento fosse implantado com sucesso, refletindo-se no baixo dinamismo da economia nordestina até os dias atuais. Entretanto, essa região vem, como as demais regiões brasileiras, procurando melhorar a qualidade de sua inserção no comércio internacional após a abertura comercial, mesmo ainda com fortes restrições a esse processo.

Este capítulo compõe-se de seis tópicos afora esta introdução: o item 2.2 – expõe a tentativa efetiva do Estado brasileiro de reduzir a assimetria de crescimento entre a região Nordeste e a região mais rica do país – Centro-Sul, a partir do documento elaborado pelo GTDN na década de 1960. O item 2.3 – analisa a evolução da região Nordeste a partir da articulação do Estado por meio da criação do Banco do Nordeste, da Sudene e dos incentivos fiscais. O item 2.4 – descreve a estrutura produtiva da região Nordeste. O item 2.5 – ressalta o processo de realocação industrial no Nordeste. O item 2.6 analisa a capacidade exportadora da região. E, por fim, no item 2.7, têm-se as considerações finais do capítulo.

## **2.2 – GTDN: Uma Proposta de Desenvolvimento para a Região Nordeste do Brasil<sup>4</sup>**

A formulação de uma política efetiva de desenvolvimento para a região Nordeste deu-se no final da década de 1950 e início da década de 1960, com a elaboração de um documento que indicava os principais problemas e as respectivas soluções para a região Nordeste do Brasil. Este documento foi elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), com o objetivo de propor soluções para o desenvolvimento da região e reduzir as assimetrias de crescimento e desenvolvimento do Nordeste frente o Centro-Sul, que era basicamente a região Sudeste do Brasil.

A constatação inicial do GTDN (1997, p. 394), na época, era que:

---

<sup>4</sup> Este item está baseado em: GTDN (1997).



“O principal problema econômico do Brasil, na atual etapa de seu desenvolvimento, é o da disparidade regional de ritmo de crescimento. Constitui equívoco apresentar a economia brasileira como um só sistema, comparável a outras economias subdesenvolvidas de nível de renda per capita similar. Mas as economias do Nordeste e Centro-Sul, se bem articuladas, não constituem, propriamente, um sistema econômico, pois as condições prevalecentes não são de molde a permitir uma adequada mobilidade do fator mão-de-obra. A economia da região Centro-Sul, dado o nível de renda já alcançado, o ritmo de crescimento que tem mantido nos últimos decênios, e, principalmente, o grau de diversificação do seu parque industrial, onde já tem relativamente grande expressão a produção de bens de capital, encontra-se em condições de apoiar-se em si mesma para crescer. O panorama da região Nordeste é totalmente diverso”

O documento indicava duas causas básicas para o baixo nível de renda da região Nordeste: primeiro, a escassez relativa do fator terra e, segundo, a menor acumulação de capital. Dessa forma, tornava-se necessária uma atuação efetiva do Estado no sentido de implantar políticas desenvolvimentistas compensando a escassez relativa de terra e fomentando a acumulação de capital, para reduzir as disparidades entre esta região e o Centro-Sul.

Entretanto a questão central para o modelo desenvolvimentista implantado no país não priorizou a redução das disparidades regionais, principalmente quando se analisa a política cambial que tinha por objetivo assegurar o modelo de substituição de importações.

A política cambial era voltada, preferencialmente, para a proteção dos bens da indústria nascente em relação aos bens estrangeiros, o que gerou um caráter triangular no comércio exterior da região Nordeste. Ou seja, esta região mantinha intercâmbio direto com o exterior e com o Centro-Sul e indireto com esta última região, por meio do exterior. Isto fez com que o ritmo de desenvolvimento no Centro-Sul fosse se desse de forma mais acelerada, o que resultou em modificações estruturais, nesta última região, mais rápidas.

Como destaca o GTDN (1997, p.396,397):

“a procura de equipamentos e produtos semi-elaborados que as indústrias requerem – em grande parte artigos não produzidos no país – cresceu com intensidade muito maior no Centro-Sul. Os efeitos dessa procura mais intensa de divisas no Centro-Sul

foram agravados pela política de controle das importações, que, em razão de seu caráter seletivo, favorecia as importações sem equivalente nacional, muito menos freqüente na folha de compras do Nordeste que na do Centro-Sul. É este um caso típico de medidas, que embora orientado no louvável sentido de fomentar a industrialização do país, redundaram em prejuízo direto da região menos desenvolvida.”

Dessa forma, pelo fato de a política de desenvolvimento, principalmente a política cambial, ter favorecido a industrialização de forma mais intensa e rápida no Centro-Sul, o Nordeste ficou à margem desse processo, e não apenas isso, mas também, de certa forma, contribuiu com a industrialização do Centro-Sul por meio do comércio triangular, pois não tinha acesso à totalidade das divisas que produzia via exportações, sendo induzido a despendar a renda correspondente a essas divisas em compras na região Centro-Sul do país.

Assim, pode-se considerar que a região Nordeste contribuiu para o desenvolvimento da região Centro-Sul de duas formas: primeiro, com as compras realizadas nesta região, o Nordeste ampliava a capacidade de importação desta, fornecendo a ela suas divisas, logo, o Nordeste possibilitou uma maior flexibilidade da oferta do Centro-Sul, quando pagava com divisas parte substancial do que adquiria naquela região. Segundo, o Nordeste constituía um mercado de maiores proporções para o Centro-Sul, que o Centro-Sul para o Nordeste, dado que o Nordeste era exportador de bens agrícolas e/ou de baixo valor agregado, resultando em maior venda do Centro-Sul para o Nordeste do que deste para o Centro-Sul.

O tipo de comércio estabelecido entre o Centro-Sul e o Nordeste, praticamente, anulou a possibilidade alternativa deste último importar do estrangeiro, fosse porque as divisas eram absorvidas pelos importadores do Centro-Sul, fosse porque as mercadorias de que necessitava o Nordeste estavam praticamente excluídas das importações do país, mediante tarifas suficientemente altas, ou outros impedimentos cambiais. Dessa forma, a política protecionista, que tinha por objetivo proteger as indústrias nacionais, gerou importantes transferências internas de recursos, que desfavoreceram a região Nordeste, aumentando, assim, as disparidades de nível de desenvolvimento.

As assimetrias, em termos de crescimento e desenvolvimento, entre as regiões Nordeste e Centro-Sul, foram agravadas também pelas transferências de renda do setor privado, que estavam constantemente procurando aplicações mais lucrativas no Centro-Sul, que oferecia maiores oportunidades para o capital. Deve-se ressaltar que o setor

público desempenhava um papel fundamental em termos de compensação dessas transferências do setor privado, no entanto não se pode esquecer que os gastos do governo, na maioria dos casos, tiveram um caráter assistencialista, porquanto esses gastos eram bem maiores em anos secos, para conter as conseqüências da calamidade trazida pela seca.

Como salienta o GTDN (1997, p. 400):

“Devido ao seu caráter assistencial, são gastos que quase nenhum efeito tem na estrutura econômica e na capacidade de produção do sistema. Por outro lado, os recursos que saem da região constituem, em sua maior parte, capitais em busca de colocação. Se lá permanecessem, esses capitais iriam criar capacidade produtiva, elevar o nível médio de produtividade, absorver parte do excedente populacional, elevar, em fim, o nível de vida da população nordestina. Quando o governo federal, nos anos secos, aumenta seus gastos no Nordeste o faz sem reduzir o volume de atividade no Centro-Sul, pois é nessa região que são adquiridos os gêneros de primeira necessidade, os implementos agrícolas e outros instrumentos de trabalho enviados ao Nordeste. Já as transferências de renda ao setor privado assumem a forma de redução das inversões na economia nordestina, em benefício do Centro-Sul.”

Outro aspecto que aprofundou as assimetrias de crescimento econômico entre as regiões Nordeste e Centro-Sul foi a regressividade do sistema tributário federal, pois, se esse fosse, até certo grau, progressivo, esperar-se-ia o deslocamento da carga tributária federal para a região em que a renda crescesse com maior intensidade. Dessa forma, a contribuição do Centro-Sul ao tesouro federal aumentaria mais rapidamente que sua participação na renda nacional (GTDN, 1997).

Uma indagação que se faz, quando se analisa o desenvolvimento da região Nordeste, é a seguinte: por que está região não apresentou um crescimento baseado no mercado interno com o debilitamento do impulso externo da economia açucareira, como ocorreu no Centro-Sul com a economia cafeeira? A resposta a esta pergunta está no fato de que a grande concentração da renda, característica da economia açucareira, entrou o desenvolvimento do mercado interno no Nordeste.

Conforme ressalta o GTDN (1997, p. 409):

“A massa de salários paga pela economia cafeeira é, proporcionalmente, muito maior que a gerada pela economia açucareira. Isto determinou a mais rápida formação de um mercado de manufaturas de consumo geral no Sul do país, mercado esse que serviu de ponto de partida do processo de industrialização.”

A necessidade da capitalização da região Nordeste seria uma forma de compensar a escassez do fator terra. Ou seja, com uma oferta limitada de terra, a única forma de aumentar a renda consistiria em elevar a dotação de capital por pessoa ocupada, tanto na agricultura como em outros setores. As características climáticas da região impossibilitavam o aumento das exportações de produtos agrícolas, dessa maneira, era necessário variar a oferta diversificando a produção. Deve-se levar em consideração que elevar a renda não significava apenas aumentar a oferta de bens e serviços, mas também a diversificação dessa oferta, e que a única forma de diversificar uma oferta crescente é ampliar as exportações de produtos agrícolas ou industrializar-se. Diante da escassez de oferta de terras adequadas, a única saída seria a industrialização.

Esse foi o diagnóstico e a proposta do GTDN para a redução das assimetrias de crescimento entre as regiões Nordeste e Centro-Sul. O GTDN propôs um plano de estabilização para o Nordeste que visava a dois objetivos centrais: primeiro, reorganizar as indústrias tradicionais da região a fim de reconquistar a posição que antes detinham em face do parque industrial do Centro-Sul; segundo, modificar a estrutura do sistema industrial da região, com a instalação da indústria de base, criando, assim, um sistema capaz de autopropagar-se. (GTDN, 1997).

Algumas dificuldades na própria região Nordeste sufocaram esse programa de desenvolvimento. Entre tais dificuldades, pode-se destacar a economia de subsistência no semi-árido nordestino, arraigada em uma estrutura produtiva bastante rudimentar.

Como não dependia do impulso externo para crescer, a economia de subsistência foi se expandindo à medida que ampliava a população para as regiões mais pobres, no que respeita à terra e às águas. No entanto a introdução dos meios modernos de transporte permitiu uma utilização mais intensiva dos recursos e certa especialização da produção, o que possibilitou que a população continuasse a crescer, agravando o desequilíbrio entre os recursos e carga animal e humana.

A economia das zonas semi-áridas apresentava-se como um complexo de pecuária extensiva e agricultura de baixo rendimento. Pois, de um lado, para o trabalhador rural, a atividade mais importante era a agrícola; mas, para o proprietário, a atividade mais importante eram as terras e a pecuária.

Outro problema que dificultou o desenvolvimento da região foram suas características climáticas, com precipitação pluviométrica irregular e concentrada. No entanto pode-se afirmar que, até os anos 1990, o problema climático da região Nordeste

ainda se constituía em entrave a seu desenvolvimento e à ação governamental, dirigida no sentido de combater os efeitos das secas, mesmo em um contexto totalmente diferente daquele em que se criou um programa de desenvolvimento da região via GTDN, nos anos 1960, ainda não solucionou esse problema.

Para combater as conseqüências da seca, o governo adotava medidas de curto e longo prazo. As medidas de curto prazo resultaram na criação de fontes de ocupação que permitiam à população mais ocupada manter um nível mínimo de renda com a abertura de frentes de obras públicas (o que até hoje é utilizado). E as medidas de longo prazo se davam pela criação de açudes de pequena e grande magnitude.

Conforme ressaltou o GTDN (1997, p. 420): “A extrema vulnerabilidade da economia da região semi-árida ao impacto das secas resulta do fato elementar de que essa economia tem como base uma agricultura de subsistência”.

Para o GTDN (1997), a raiz do problema do desenvolvimento da região Nordeste estava, portanto, em dar maior estabilidade à renda real do trabalhador, e não à oferta de alimentos. Sendo que a questão central a ser resolvida seria elevar a produtividade da região semi-árida, e tal objetivo só seria alcançado se houvesse uma integração da unidade produtiva típica ao mercado.

O plano de ação proposto pelo GTDN na década de 1960, para reduzir as assimetrias de crescimento da região Nordeste e Centro-sul, constituía-se em um programa, notadamente, de longo prazo, que englobava, entre outros aspectos: a reformulação da política de aproveitamento de solos e águas na região semi-árida; a reorganização da economia semi-árida e a abertura de frentes de colonização; a intensificação dos investimentos industriais; a solução para o problema da energia elétrica; o aproveitamento de conquistas tecnológicas recentes; o aumento da oferta de alimentos nos centros industriais; a assistência técnica aos governos estaduais.

Após cerca de quarenta anos da elaboração desse documento, pode-se afirmar que as assimetrias regionais ainda continuam bastante expressivas na economia brasileira, o que se pode verificar é que a dependência da economia brasileira de financiamento externo aliado a sua fragilidade frente a crises internacionais e a constante necessidade de estabilização sufocaram essa tentativa de desenvolvimento da região, que, hoje, ainda figura como uma das mais pobres do país e, mesmo estando em um outro contexto político e econômico, ainda enfrenta alguns dos problemas expostos pelo GTDN.

## 2.3 – Economia do Nordeste: Sua Evolução por Meio da Articulação do Estado

Mesmo que as propostas apontadas pelo GTND para o desenvolvimento da região Nordeste não tenham sido plenamente implantadas e que as assimetrias entre as regiões ricas e pobres ainda se explicitem de forma relevante, não se pode deixar de ressaltar o papel indispensável que o Estado teve na evolução econômica da região.

Gomes & Vergolino (1995) apontam a possibilidade de resumir a evolução da economia nordestina em dois momentos distintos:

- i)* uma fase de grande dinamismo compreendida entre 1960 a 1986; e
- ii)* uma fase de dinamismo seletivo (regiões metropolitanas, pólos de irrigação e cerrados) e estagnação e declínio no restante da região (semi-árido, em particular), o que definiu a tendência do conjunto a partir de 1987, isto é, estática, estagnada e em declínio.

Guimarães Neto (1997), por seu turno, identifica três fases mais relevantes pelas quais passou a região Nordeste desde os primórdios de sua colonização até os anos recentes:

- i)* a consolidação de uma estrutura econômica e social, que, tradicionalmente, se identificou como o complexo econômico do Nordeste (período colonial);
- ii)* a articulação comercial com os demais espaços nacionais, constituindo e consolidando o mercado interno brasileiro (fim do período colonial até a primeira metade do século XX); e
- iii)* a superação dessa articulação comercial e a absorção, via integração produtiva, de frações de capitais dos grandes grupos econômicos do Centro-Sul do país (de 1950 até os dias atuais).

Para Sampaio (1999), a partir dessa periodização, verifica-se que a análise do desenvolvimento da região Nordeste não pode ser realizada sem o estudo articulado de suas relações inter-regionais nacionais e/ou internacionais, ou seja, o “objeto” região Nordeste não pode ser definido de forma exógena à relação inter-regional que se examina.

Lipietz (1988), de forma genérica, afirma que a região aparece como produto das relações inter-regionais e estas, por sua vez, como uma dimensão das relações sociais.

Sampaio (1999) abre a possibilidade de discutir, numa perspectiva de médio e longo prazo, as possíveis tendências da economia da região frente ao atual momento de profunda transformação e de ambigüidades teóricas, que, por si mesmas, já justificam uma abordagem situacional que permita verificar e inferir, na realidade econômica endogeneizando, de forma mais ampla possível, elementos de base da economia política.

Para o mesmo autor, o processo de industrialização, nas últimas décadas, no Nordeste, parece ser resultado da imbricação entre a gestão da moeda de crédito e a articulação do Estado com o regime de acumulação hegemônico como forma estrutural de regulação. Sob uma perspectiva macroeconômica, a moeda de crédito agiu como instrumento de acumulação juntamente com a prerrogativa do Estado de definir e atuar por meio de políticas de desenvolvimento específicas, fazendo disso instrumento de políticas nacionais, regionais ou nacionais regionalizadas.

A questão do desenvolvimento da região Nordeste deve levar em consideração, inicialmente, que o Estado não desempenhou, nessa região, o mesmo papel desempenhado no Centro-Sul em relação à dinamização da estrutura produtiva. Como destaca Abreu (1989), o desenvolvimento da infra-estrutura econômica do da região mais rica do país, no pós-guerra, ocorreu amparado em dois pilares básicos: subsídios cambiais e financiamentos patrocinados pelo Estado brasileiro.

Esses mecanismos, associados às políticas explícitas de desenvolvimento dessa região, tiveram como conseqüência imediata o aumento da concentração da industrialização no Centro-Sul. Essas observações têm o objetivo ressaltar que a industrialização no Nordeste, proposta desde o GTDN e os Planos Diretores da Sudene, foram resultantes da constatação do processo desigual de política industrial que se desenvolvia (SAMPAIO, 1999).

No Nordeste, no que se refere, particularmente, à gestão monetária, apontam-se os seguintes aspectos como principais:

- i) A criação do Banco do Nordeste do Brasil, em 1952; e
- ii) Os incentivos fiscais e creditícios, especificamente, os mecanismos 34/18 e Fundo de Investimento do Nordeste-FINOR, como instrumentos de políticas de desenvolvimento regional.

A criação do banco do Nordeste como elemento constitutivo da gestão monetária deu-se por este fazer parte de um grande arcabouço institucional nacional, gestado por Governo Vargas, que visava superar os gargalos de infra-estrutura

econômica (estradas, portos e transportes) no Brasil e, de forma especial, na Região Nordeste, para garantir a eficácia da moeda de crédito internacional e a moeda de crédito nacional.

A necessidade de execução de projetos globais e setoriais infra-estrutura e em setores considerados estratégicos para a economia nacional e para a economia regional consolidaram o BNDE e o Banco do Nordeste como instrumentos necessários ao desenvolvimento da moeda de crédito no Brasil. No Nordeste, o BN atuou como a primeira instituição financeira regional de desenvolvimento.

Assim, tanto as isenções fiscais quanto os fundos de financiamento representaram mecanismos de otimização da gestão da moeda como mecanismo específico de acumulação do capital, sob o modelo implantado no país (SAMPAIO, 1999).

Como destaca Araújo (1997), estima-se que o subsetor da indústria de transformação recebeu, entre 1965 e 1986, um volume de investimento que atingiu a taxa média de 9,7% ao ano, concentrando, aproximadamente, 65% das liberações efetivas do sistema 34/18 e FINOR, o que resultou num volume de investimento na ordem de 18,7 bilhões de dólares, dos quais U\$ 5,7 bi só de incentivos financeiros.

Dessa forma, como enfatiza Sampaio (1999), o Estado brasileiro articulou-se com o regime de acumulação, criando empresas estatais voltadas, declaradamente, para garantir o processo de produção crescente e em larga escala, desde a produção de energia (a implantação da CHESF, por exemplo) até a produção de petroquímicos (Companhia Petroquímica do Nordeste-COPENE).

No entanto o mesmo autor assinala que a presença estatal na industrialização de base, no Brasil, não só cresceu como se tornou regionalmente seletiva no pós-guerra. Pois, enquanto foi induzido o desenvolvimento da indústria metal-mecânica e de material de transporte no Sudeste, no Nordeste, não ocorria o mesmo.

Como indicam Orenstein & Sochaczewski (1989), quando se verificam as propostas, os projetos e o volume de investimentos específicos apontados pelo GTDN para o desenvolvimento do Nordeste, comparativamente, aos apontados pelo Grupo Executivo da Indústria Automobilística-GEIA, têm-se algumas pistas da demonstração dessa desigualdade. O setor de transportes recebeu quase 30% do volume total de investimentos do Plano de Metas do Governo JK. A cidade de São Bernardo do Campo, região metropolitana de São Paulo, recebeu a grande maioria dos investimentos das modernas indústrias automobilísticas, que com seus respectivos poderes



germinativos, registraram uma taxa de crescimento de 495% no número de empregados do setor industrial e 1.432% no seu Valor da Transformação Industrial-VTI entre 1950 e 1960.

Enquanto, na região Nordeste, como registra Sampaio (1999), os setores em que se tinha um maior volume de recursos era representado por: fábrica para produzir manufaturas de sisal para exportação (PB, BA e PE); moinho de trigo em Alagoas; fábrica de Negro de Fumo (BA); fábricas de tubos galvanizados e eletrodutos (PB); equipamentos para expansão da indústria de mineração (RN); equipamentos para construção de fábrica de soda cáustica eletrolítica e de fosfato de cálcio (PE); instalação de um grande conjunto de produtos alimentícios (BA, CE e PB).

Para a SUDENE (1996), esses fatos mostram qual foi, em realidade, a opção de industrialização dada ao Nordeste. Ressaltando que, desde o I Plano Diretor (1960) até mais recente documento elaborado pela própria instituição, o Pacto Nordeste (1995), a implantação e o desenvolvimento da Siderurgia configuram como elementos estratégicos necessários ao desenvolvimento da região. No primeiro caso, a implantação da Siderurgia representaria a modificação da estrutura industrial devido à necessidade das indústrias nordestinas em alcançar um grau relativamente alto de diversificação para desempenhar o papel dinâmico no desenvolvimento regional. No segundo, a proposta de implantação de indústria para a produção de aços planos visa solucionar dois problemas principais: a) a baixa diversificação da produção já existente na Região (ferro gusa), aproveitando as disponibilidades de minério de ferro de Carajás e já processado em considerável escala no Maranhão; e b) a incapacidade de competição dos produtos que demandam insumos siderúrgicos nos mercados locais, nacional e internacionais.

A conclusão a que se pode chegar é que tanto o documento formulado pelo GTDN quanto as formulações de políticas de desenvolvimento para o Nordeste não foram suficientes, até o momento, para uma definição, de fato, transformadora da realidade regional nessa questão.

## **2.4 – A Estrutura Produtiva da Região Nordeste do Brasil: Uma Análise para as Décadas mais Recentes**

Para avaliar o desempenho externo da região Nordeste no período pós-abertura comercial, é necessário que se faça uma análise de como se apresenta a dinâmica produtiva da região nas décadas recentes recente.

Como salientam Gomes & Virgolino (1995), é preciso qualificar os muitos problemas pelos quais ainda passa a economia nordestina, visto que eles não têm a mesma natureza dos problemas que afligem as economias mais pobres do mundo, como as da África subsaariana e as dos países latino-americanos de menor expressão territorial, com seus potenciais produtivos irrisórios, suas rendas per capita mínimas e sua produção estagnada ou em declínio.

De acordo com Gomes & Virgolino (1995, p. 12):

“Em termos de potencial produtivo, o Nordeste rivaliza com economias com significação mundial; em produto per capita, a região se classificaria, hoje, entre os países de renda média; em termos de dinamismo econômico, o Nordeste tem tido um desempenho que se pode classificar como muito positivo.”

No entanto, como já foi expresso acima, a vulnerabilidade da economia brasileira ameaça as políticas voltadas a reduzir as assimetrias de crescimento regional, sendo que todos os programas que visavam estabilizar a economia e gerar crescimento econômico foram abortadas por crises externas, como ocorreu nos anos de 1980, em que a economia brasileira esteve praticamente estagnada, e os diversos programas de estabilização fracassaram.

Os reflexos do baixo desempenho da economia brasileira e de sua vulnerabilidade externa ameaçaram o desempenho da economia nordestina, mas Gomes & Virgolino (1995, p.12) afirmam que:

“não podemos dizer que não estão aí (no baixo potencial produtivo e na estagnação econômica dos anos recentes) os grandes problemas da região. Eles estão, em primeiro lugar, na sua distribuição de renda e de riqueza extremamente desigual, responsável maior pela criação de um oceano de indigentes que convivem com uns poucos muito bem nutridos. E estão, além disso, na peculiar situação de vulnerabilidade às variações

climáticas a que está exposta uma larga parte de sua população, exatamente a mais pobre.”

Portanto, o desafio que se coloca em um contexto de integração comercial é duplo, ou seja: recuperar o dinamismo econômico e atacar de maneira efetiva os problemas sociais da região.

Dos anos 1960 para os anos 1990, a economia nordestina apresentou uma mudança na composição do seu produto interno bruto, que pode ser vista como um fator positivo para seu desenvolvimento, como mostram Gomes & Virgolino (1995), analisando a evolução de três grandes setores (agropecuária, indústria e serviços) no produto interno bruto do Nordeste nos períodos de 1965, 1975, 1985 e 1990. A agropecuária perde participação relativa (caindo de 29%, em 1965, para 14,4%, em 1990) e a indústria e os serviços ganham, sobretudo este último. Em 1990, a indústria respondia por 28% do PIB nordestino; os serviços, por 57,2% .

Gomes e Virgolino (1995) destacam que a década de 1990 caracteriza-se como um período de estagnação para a economia nordestina, pois: o produto da agropecuária caiu, em média, desde 1990, 8% ao ano; o setor serviços (contrariando a tendência) manteve-se praticamente estagnado (crescimento médio de 0,4% ao ano), com desempenho pior que o de setor industrial (crescimento de 0,8% ao ano). Além disso, as oscilações de curto prazo de todos os três produtos setoriais foram bastante altas.

Os mesmos autores mostram as estimativas das contribuições normalizadas de cada estado para o crescimento do PIB regional, em três períodos (1970-1979; 1980-1985; 1986-1990). Por meio dessa análise, podem-se visualizar alguns dos efeitos da (ainda muito elevada) concentração da atividade econômica nordestina nos estados do Ceará, Pernambuco e Bahia: nada menos que 65,8% do crescimento do PIB nordestino, no período 1970/1992, podem ser atribuídos ao crescimento dos produtos internos daqueles três estados. Em 1990, a participação conjunta dos PIB's cearense, pernambucano e baiano no PIB do Nordeste – se bem que menor que a registrada em 1970 – ainda alcançava 66,3%.

Os autores expõem que, mesmo que a maior parte do PIB nordestino se concentre em alguns poucos estados, vale registrar que, da década de 1970 para a de 1990, as contribuições percentuais ao crescimento regional dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba elevaram-se significativamente, em detrimento das de Pernambuco (a maior queda), Alagoas, Sergipe e Bahia.

No que se refere às exportações e importações inter-regionais, de 1975 a 1979, a contribuição (via demanda) do comércio inter-regional para o desenvolvimento da região parece ter sido levemente positiva, visto que tanto a exportação quanto a importação cresceram, mas a segunda cresceu menos, propiciando uma pequena redução do déficit comercial. De 1980 a 1985, as comparações devem ser feitas com cautela: provavelmente, tanto as importações quanto as exportações cresceram tanto em valor absoluto como em proporção do PIB, mas o crescimento das importações foi maior. Depois de 1985, tanto as exportações quanto as importações inter-regionais decresceram acentuadamente, como também a proporção do PIB. Mas as exportações caíram mais. Pelo efeito demanda, a contribuição do comércio inter-regional para o crescimento do produto interno bruto nordestino foi negativa, nessa última fase (GOMES & VIRGOLINO, 1995).

Para avaliar o desempenho da economia nordestina em termos geográficos, os autores dividem o Nordeste em sub-regiões, que contemplam quatro áreas econômicas. Em primeiro lugar, as regiões metropolitanas, tomadas em conjunto: Fortaleza, Recife e Salvador; em seguida, região a Semi-Árida, que incorpora a região agrestina e grande parte do sertão; em terceiro lugar, a Zona da Mata, predominantemente próxima ao litoral e que abrange uma parte dos estados de Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Bahia e Sergipe e a totalidade do estado do Maranhão. Finalmente, a área de irrigação, constituída pelas microrregiões do Sertão de São Francisco, em Pernambuco, das Corredeiras do rio São Francisco, na Bahia, e do Açu, no estado do Rio Grande do Norte.

As regiões metropolitanas aglutinam os três principais aglomerados urbanos do Nordeste. Trata-se das três cornubações formadas pelas cidades-pólo de Recife, Fortaleza e Salvador, onde, ao longo das três últimas décadas, ocorreu a maior parte da industrialização nordestina, resultado, principalmente, da política de incentivos fiscais criada pelo governo federal, com o objetivo de ampliar a atividade manufatureira na região. Esse processo não só utilizou as economias de aglomeração já existentes nessas três regiões, como também contribuiu para a intensificação do processo de urbanização. É evidente que esse intenso processo de crescimento das áreas metropolitanas no Nordeste, além de ter sido influenciada pelo crescimento da atividade manufatureira, foi por ela exacerbado via efeitos multiplicadores da renda e emprego (GOMES & VIRGOLINO, 1995).

Analisando mais detidamente o perfil das três principais áreas metropolitanas do Nordeste, os mesmos autores destacam que é possível verificar que os grandes complexos industriais estão nelas localizados. O pólo têxtil e de confecções do Ceará se concentra, quase que na sua totalidade, na cidade de Fortaleza e municípios que formam a sua área metropolitana. No estado de Pernambuco, sobressaem as grandes empresas manufatureiras, promotoras de bens finais e intermediários, nos ramos de fiação e tecelagem, metal-mecânica, química e celulose, que representam quase a totalidade do produto industrial do estado. No caso da Bahia, o destaque maior fica para o Pólo Petroquímico de Camaçari, que está localizado na região metropolitana de Salvador, afora as outras unidades manufatureiras nos segmentos de metal-mecânica, produtos alimentares e bens de capital.

A região da Zona da Mata representa o segundo corte espacial da geoeconomia do Nordeste. Trata-se da área geográfica do Nordeste mais antiga em termos de exploração econômica. Foi nessa região que se instalaram as primeiras unidades produtoras de açúcar no Nordeste, especialmente, nos estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Em relação aos estados de Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte, distingue-se como atividade econômica principal a produção do açúcar de cana e, mais recentemente, o turismo. No caso da Bahia, desponta a produção de cacau, a exploração madeireira e a atividade do turismo. Uma singularidade da Zona da Mata nordestina, no contexto da formação do produto do Nordeste, está relacionada ao fato de que a participação do setor agrícola é ponderável, mas, por força de sua proximidade das regiões metropolitanas de Recife e Salvador e por contemplar as capitais dos estados de Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e Maranhão, o setor terciário apresenta um peso altamente significativo, bem como o manufatureiro. Cabe lembrar que, nessa região, está concentrado todo o complexo de usinas de açúcar do Nordeste, bem como todas as unidades processadoras de amêndoa de cacau (GOMES & VIRGOLINO, 1995).

Além desse aspecto nada desprezível, há que salientar o fato de que os grandes complexos manufatureiros instalados fora das três regiões metropolitanas existentes do Nordeste encontram-se na Zona da Mata. Em relação a Alagoas, destaca-se o caso do complexo cloro-químico, localizado dentro dos limites da cidade de Maceió. Em termos do Rio Grande do Norte, há que ressaltar as empresas do ramo de fiação e tecelagem, concentradas na cidade de Natal. Em relação à Zona da Mata da Bahia, além das unidades industriais já aludidas, existem as microrregiões do Reconcâvo, que

concentram um grande número de indústrias do ramo de fumo e seus derivados, de grande importância na formação do produto bruto estadual (GOMES & VIRGOLINO, 1995).

Para concluir, cabe esclarecer que, na região da Zona da Mata, a indústria do turismo alcançou um elevado nível de desenvolvimento. Essa área do Nordeste concentra uma base agrícola extremamente forte, uma atividade manufatureira bastante significativa e uma indústria do turismo em franco processo de desenvolvimento.

A região Semi-Árida compreende as áreas do Agreste e Sertão nordestinos. É uma área que apresenta como característica fundamental o problema das irregularidades na precipitação pluviométrica, o que contribui para a ocorrência de estiagens prolongadas, com conseqüências extremamente negativas sobre as atividades agrícolas e sobre o ecossistema regional. A principal atividade econômica da região Semi-Árida é a agricultura de subsistência, de baixa produtividade, combinada com a pecuária extensiva. (GOMES & VIRGOLINO, 1995).

A quarta sub-região é a dos pólos de irrigação, em que se incluem estão incluídas as microrregiões do Açu, no Rio Grande do Norte, Corredeiras do São Francisco, na Bahia, e Sertão do São Francisco, em Pernambuco. Estas três microrregiões concentram as principais áreas de irrigação no Nordeste, e nelas desponta uma agricultura moderna, embasada em técnicas de alta produtividade e em produtos de elevada elasticidade-renda da demanda. (GOMES & VIRGOLINO, 1995).

Távora Júnior & Ramos (1999) também identificam as áreas do Nordeste que desenvolvem atividades industriais consideradas estratégicas para o desenvolvimento da região, porém sua análise se dá em termos de oferta e demanda por fatores locais. As atividades estudadas foram: indústria de automóveis; indústria eletro-eletrônica; informática; indústria petroquímica; indústria química; e siderurgia. As localidades estudadas foram todas as microrregiões homogêneas que compõem os nove estados da Região Nordeste mais a área de Minas Gerais que faz parte no Polígono das Secas.

Corroborando os dados do estudo de Gomes & Virgolino (1995), os resultados da análise de Távora Júnior & Ramos (1999) indicam que as localizações viáveis seriam, na maior parte dos casos, nas capitais, ou nas principais cidades de cada estado. Há aquelas atividades que podem estar mais disseminadas na região (visam mais um mercado local, ou sub-regional), como as indústrias de sabão e material de limpeza, ou montagem de equipamentos da linha branca. Há o aspecto de atividades que visam a todo o mercado regional, como a refinaria de petróleo para produção de combustíveis

etc. As empresas deste tipo tenderiam a localizar-se numa área mais ou menos central (em termos de transporte) para a região. Nessa hipótese, estados como Paraíba, Pernambuco e Alagoas seriam preferidos.

Quando se pensa em exportar a produção, caso das siderúrgicas - laminados, a tendência é que a localização se dê próxima ao litoral (facilidade de portos). Também pode ocorrer a situação em que uma determinada localidade tem uma característica especial (fator que só ocorre lá, ou em poucas zonas elementares), que possa atrair determinado tipo de indústria, como a produção de ferro gusa no Maranhão, informática em Campina Grande, refinaria para produção de nafta em Salvador (TÁVORA JÚNIOR & RAMOS, 1999).

Como se observou ao longo desse item, as áreas mais desenvolvidas em termos de produção estão localizadas nas capitais e regiões metropolitanas, e isto dá margem para uma concentração de riquezas em poucas áreas, e, para que haja um processo de desconcentração, faz-se necessário um maior volume de investimento governamentais nas áreas mais pobres.

## **2.5 – O Processo de Relocalização Industrial e a Região Nordeste como Fonte de Competitividade**

De grande importância para o crescimento da economia nordestina foi a desconcentração industrial ocorrido nos anos 1970 e 1980 na economia brasileira e o processo de relocalização industrial ocorrido nos anos 1990, visto que a região foi uma das maiores beneficiárias desses processos. Como verificaram Ferreira & Lemos (2000, p. 495):

“a região Nordeste foi uma das maiores beneficiárias, em termos absolutos, da desconcentração industrial das duas cidades primazes (São Paulo e Rio de Janeiro), durante todo o período 1970/96, com um aumento da participação relativa da Região para 10% do PIB na indústria de transformação brasileira. Esse saldo positivo deveu-se aos aumentos de participação relativa nos períodos 1970/85 e 1990/96.”

Os períodos analisados pelos autores foram de grande transformação para a economia brasileira de um modo geral, pois sabe-se que, nos anos 1970 até meados dos anos 80, ainda havia uma grande participação do Estado na economia e na região

Nordeste essa intervenção como agente que fomentou o desenvolvimento se figurou nos incentivos da SUDENE na decisão de investimentos no setor industrial.

Entretanto o segundo período (1990/1996) foi marcado pela drástica redução da intervenção do Estado nacional na política industrial, pois foi nesse período que se consolidou a integração da economia brasileira ao mercado mundial via abertura comercial e financeira. Foi um período em que as políticas estaduais de desenvolvimento industrial praticamente deixaram de existir, comparado ao primeiro período, e ficaram resumidas à guerra fiscal entre as unidades da Federação, que buscavam beneficiar-se da retomada do fluxo interno e externo de investimento no País.

Com a guerra fiscal, os estados nordestinos que tinham uma melhor *performance* econômica e, portanto, mais recursos para fornecer incentivos fiscais foram os mais beneficiados, pois tinham condições de reverter esses recursos para atração de indústrias. Dentre os estados que adotaram uma política de atração de investimentos mais agressiva, estavam a Bahia e o Ceará.

Outro processo que beneficiou a região Nordeste nos anos 1990 foi o processo de realocação industrial, pois, com a abertura comercial, o setor produtivo nacional ficou exposto à concorrência externa, e, para competir com os produtos estrangeiros, havia basicamente dois caminhos: o primeiro seria adequar-se à nova ordem produtiva via melhoramentos tecnológicos; o segundo seria intensificar ainda mais a utilização de fatores intensivos em mão-de-obra e recursos naturais para, assim, reduzir custos e aumentar a competitividade. Dada a rapidez com que a abertura comercial ocorreu na economia brasileira e a falta de estrutura para uma reestruturação produtiva com base em tecnologia, alguns setores escolheram o segundo caminho, principalmente os setores tradicionais intensivos em mão-de-obra e recursos naturais.

Como já se explicitou acima, a economia nordestina se caracteriza por um excedente de mão-de-obra pouco qualificada, isto incentivou algumas indústrias da região Sul e Sudeste a se realocarem no Nordeste como forma de reduzir custos não somente pela mão-de-obra abundante e barata, como também pelos incentivos fiscais concedidos pelos governos estaduais, sendo uma saída para as indústrias, particularmente as tradicionais, de reduzir custos e, portanto, tornarem-se mais competitivas.

Como enfatizam Ferreira & Lemos (2000, p.495):

“Os ganhos relativos do Nordeste no produto industrial brasileiro, em detrimento da Região Sul e de São Paulo, podem



ter ocorrido em função desse processo, que, ao lado das políticas públicas de incentivos, contribuiu para a atração de empreendimentos industriais.”

Esse processo gerou um saldo líquido positivo da balança comercial do Nordeste, no segundo período, de 4,3%, que foi sustentado basicamente pela Bahia, seguida pelos estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Pernambuco, por outro lado, contribuiu negativamente para esse saldo. O resultado reflete a redistribuição espacial da indústria na região, assumindo a Bahia a posição de liderança, enquanto o Ceará surgiu como o principal estado industrial emergente (FERREIRA & LEMOS, 2000).

Deve-se destacar que os determinantes desse processo de localização no Nordeste estavam associados a dois critérios, que eram: o aproveitamento de potencialidades regionais para o desenvolvimento de indústrias de base local ou a implantação de projetos estruturantes ancorados por políticas de intervenção do Estado. Acredita-se que o segundo critério prevaleceu no primeiro período de expansão (1970/85) e o primeiro estava ocorrendo a partir do início da década de 1990 (FERREIRA & LEMOS, 2000).

O que deve ser ressaltado é que todo esse processo de desconcentração e realocação possibilitou que a economia nordestina participasse das tendências gerais da economia nacional, articulando a integração produtiva com a dinâmica econômica das diversas regiões brasileiras.

Entretanto, mesmo com o processo de desconcentração e realocação industrial que ocorreu no Nordeste nas últimas décadas, o setor industrial na região ainda é pouco expressivo, quando comparado as região Sudeste e Sul do país.

Nesse aspecto, Araújo (1997) afirma, inclusive, que foi justamente em função das particularidades de sua estrutura produtiva que o Nordeste foi menos atingido pela crise dos anos 1980, que afetou mais fortemente o setor industrial, em particular, os segmentos de bens de capital e de consumo durável, segmentos esses sem grande presença na indústria da região, a qual se especializou mais na produção de bens intermediários.

Essa observação é consubstanciada pelo recente dinamismo econômico, caracterizado por um processo de mudanças no perfil produtivo, cujas áreas dinâmicas podem ser representadas pelo Pólo Petroquímico de Camaçari na Bahia, pelo Pólo Têxtil e de Confecções de Fortaleza, pelo Complexo minero metalúrgico do Maranhão (Celmar, Alumar, etc), pelo complexo agroindustrial de Petrolina e Juazeiro, pelas áreas

de moderna agricultura de grãos dos cerrados (Bahia, Piauí, Maranhão) e pelo pólo de fruticultura do Vale do Açu (Rio Grande do Norte).

## **2.6 – Região Nordeste do Brasil: Uma Análise de Sua Capacidade Exportadora**

À luz das características da economia nordestina, viu-se que o Estado brasileiro teve um papel fundamental como articulador do desenvolvimento da região, na tentativa de sanar as dificuldades enfrentadas por ela, e a consolidação dessa articulação, como já visto, iniciou-se nos anos 1960 com o Estado Desenvolvimentista. Como apontam Fontenele, Melo & Dantas (2001, p.369).

“A ausência de um parque industrial moderno e dinâmico dificultou a inserção da região Nordeste nas economias nacional e internacional no início dos anos 50 do século XX. A implantação do ‘Estado Desenvolvimentista’ no país a partir dos anos 60 procurou criar condições para um melhor desempenho das forças produtivas nessa região”.

Essa atuação do Estado no Nordeste melhorou a estrutura produtiva da região, conseguindo, via incentivos fiscais, reconfigurar sua estrutura de oferta. Conforme Fontenele, Melo & Dantas (2001, p. 369):

“Após a implantação do sistema de incentivos fiscais, o quadro econômico regional passou por sensíveis modificações estruturais, saindo o Nordeste da condição de tradicional região produtora de bens de consumo não-duráveis para uma especialização em bens intermediários, com o surgimento dos principais pólos de desenvolvimento da Região”.

A nova reconfiguração da estrutura produtiva do Nordeste, originada pelos incentivos governamentais, deu sustentação ao surgimento de novos setores na pauta de exportação dessa região. Atualmente, como afirmam Fontenele; Melo & Dantas (2001, p.384):

“os setores industriais nos quais o Nordeste apresenta claramente vantagem em relação ao restante do país, dentro do quadro de dinamismo da demanda mundial, são sobretudo aqueles cujas performances resultam das políticas industriais implementadas nos estados da região e são impulsionados por investimentos públicos no período que antecedeu a abertura comercial”

Com o fim do “Estado Desenvolvimentista”, ficaram cada vez mais escassos os incentivos fiscais e os recursos orçamentários destinados ao Nordeste e, aliado a isto, não houve uma política industrial que integrasse a região ao resto do país. Assim, a saída encontrada foi a adoção de políticas locais de atração de investimentos industriais, o que desencadearia, mais tarde, na guerra fiscal.

No entanto, mesmo com todas essas dificuldades, a inserção do Nordeste no comércio internacional pode ser uma fonte de crescimento para seus estados via ampliação das exportações aliada às estratégias industriais (FONTENELE, MELO & DANTAS, 2001).

A defasagem do parque industrial nordestino, antes do período da abertura comercial, gerou certa limitação à pauta de exportação de seus estados, que é uma pauta composta por produtos de processamento básico, *commodities* tradicionais e produtos da indústria tradicional, ou seja, aqueles setores que receberam investimentos públicos ou nos quais a região possui vantagem comparativa, tendendo a gerar uma forte concentração da pauta em poucos produtos.

Pelas características econômicas da região Nordeste, expostas acima, pode-se afirmar que esta é uma região relativamente fechada ao comércio exterior, e a reversão desse quadro demandaria uma ampla mobilização tanto do setor público quanto privado, no sentido de criar estratégias industriais voltadas ao comércio exterior, ou seja, tornar a região mais competitiva. Segundo (HIDALGO, 2000, p.561):

“Com a intenção de atingir este objetivo são necessárias não apenas medidas concretas de políticas econômicas de estímulo aos investimentos, infra-estrutura, a fim de aumentar a produção exportável e diminuir os custos de exportação, mas principalmente o engajamento do setor privado exportador no desenvolvimento de vantagens competitivas e aproveitamento das vantagens e recursos naturais da região.”

Essa idéia é compartilhada também por Fontenele, Melo & Dantas (2001, p. 385), porém destacando a importância da alocação eficiente dos gastos públicos e a especificidade de cada estado da região:

“Considerando os limites impostos pelas variáveis macroeconômicas, a manutenção ou criação de novos setores competitivos na região somente será possível por meio da associação de estratégias estaduais estilizadas, levando em conta as características específicas dos Estados nordestinos,

mais precisamente no que se refere a estratégias industriais, de investimentos públicos e de assistência que possam alavancar as condições sociais da região com melhoria de qualidade de gastos públicos”.

Em relação à adoção de políticas econômicas que promovam a consolidação de um espaço geográfico, os autores argumentam que: dados os condicionantes internacionais, as medidas de política econômica são, geralmente, apresentadas com o objetivo de ampliar o peso relativo das transações internacionais, considerando os limites impostos pelo vetor de variável econômica de caráter nacional, decorrentes da política cambial, da promoção de exportações e do monitoramento das importações (FONTENELE, MELO & DANTAS, 2001)

No que se refere ao relativo fechamento da economia nordestina ao comércio internacional, durante a consolidação da abertura comercial, a grande parte da literatura que trata do assunto comprovou este fato por meio de indicadores que refletem o grau de abertura de uma região ao comércio exterior, chegando ao mesmo resultado.

Conforme Fontenele, Melo & Dantas (2001, p. 387):

“De um modo geral, o comércio exterior do nordeste reagiu pouco durante o período de abertura comercial propriamente dita, tanto no que se refere ao grau de abertura de sua economia quanto ao coeficiente de importação ou à participação do volume de seu comércio no total do comércio exterior brasileiro.”

Corroborando os resultados encontrados por Fontenele, Melo & Dantas (2001) Hidalgo & Virgolino (1997) afirmam que, nas últimas décadas, apesar de as exportações brasileiras terem mostrado um crescimento significativo, particularmente no que se refere à exportação de produtos manufaturados, isso não tem acontecido com as exportações do Nordeste brasileiro. Levando-se em conta a estrutura das exportações nordestinas, a literatura mostra que a pauta de exportação nordestina vem sofrendo mudanças significativas ao longo do tempo, com a perda de participação de produtos primários.

Como afirma Hidalgo (2000, p. 562):

“As exportações apresentam uma queda permanente na participação de produtos primários e uma crescente participação de produtos manufaturados. Amplia-se, por sua vez, a importância significativa das exportações de produtos manufaturados de maior valor agregado, principalmente durante o período mais recente. Há um relativo estancamento

na participação de produtos que tradicionalmente são intensivos no fator de produção trabalho, como é o caso dos têxteis e dos calçados e couros. É praticamente insignificante a participação dos produtos manufaturados mais intensivos em tecnologia, como máquinas e equipamentos.”

O autor mostra isso por meio dos indicadores de especialização, tais como: taxa de cobertura, contribuição ao saldo da balança comercial e vantagens comparativas reveladas. Os produtos primários, alimentos, fumos e bebidas, vêm perdendo participação permanente na pauta de exportações da região, enquanto os produtos manufaturados mostram crescentes vantagens comparativas (produtos químicos, plásticos e borrachas), especialmente em períodos recentes.

A partir da caracterização da estrutura das exportações da região Nordeste, a literatura destaca aqueles setores que apresentaram maior participação nas exportações da região.

Hidalgo (1998), utilizando o critério de Gutman e Miotti, definiu o que se chama de “pontos fortes” no comércio exterior da economia nordestina. São julgados “pontos fortes” aqueles setores que têm Taxa de Cobertura e Vantagens Comparativas Reveladas maiores que a unidade. Esses setores são considerados como tendo sólidas oportunidades de inserção e expansão comercial.

Para HIDALGO (1998), a comparação dos pontos fortes de um país, ou região, com os pontos fracos de cada um dos parceiros comerciais, permite conhecer o grau de aproveitamento e adaptação da oferta dos produtos de um país ou região à demanda internacional. Cabe, porém, fazer a observação de que o não aproveitamento de oportunidades comerciais pode-se dever também à existência de barreiras tarifárias e não-tarifárias ou ainda devido à existência de acordos e sistema de preferências comerciais entre países e à adaptação da oferta de produtos de um país.

Por outro lado, Fontenele; Melo & Dantas (2001) trabalham a exposição da capacidade exportadora da região Nordeste por meio da manipulação do conceito de competitividade sistêmica, ou seja, a caracterização do ambiente externo para os setores identificados como competitivos pela ótica específica da competitividade revelada, tendo em vista seu desempenho no comércio exterior. Essa visão revela o ambiente externo que pode ter sido construído ou modificado por ações de políticas econômicas com o objetivo específico de promover tal competitividade ou proporcioná-la como consequência.

É consenso entre os autores que a região Nordeste manifesta uma forte concentração tanto na pauta quanto no destino de suas exportações. O que mostra uma grande fragilidade e vulnerabilidade da região frente a políticas que afetem suas exportações, tanto políticas internas quanto externas.

Conforme HIDALGO & DA MATA (2004, p.267):

“um país com estrutura de exportações pouco diversificada, e até restrita a poucos produtos primários, pode apresentar desequilíbrios estruturais graves, diante de mudança no mercado. A concentração pode gerar instabilidade da receita de exportações. Argumenta-se que, nestas condições, o setor externo pode representar uma restrição severa ao crescimento, quando a sua dinâmica não é capaz de gerar os recursos para o crescimento.”

A concentração do destino das exportações da região Nordeste torna-se ainda mais problemática pelos impactos negativos sobre as exportações com a criação dos blocos de comércio, tendência que acompanhou o processo de abertura comercial e integração produtiva.

Dentro de um contexto de globalização e de defesa do livre comércio, a criação de blocos de comércio é um tanto quanto contraditória, pois, como aponta Galvão (1996), ao mesmo tempo em que há uma tendência internacional de globalização dos movimentos de bens e serviços, de capital e de pessoas, formam-se blocos de países mais ou menos fechados, isto é, uma tendência para o agrupamento de nações que se integram num grande mercado e que abrem as suas economias para os países participantes de cada bloco, mas que fecham os seus mercados para fora, ou seja, para terceiros países. O objetivo de um bloco, como afirmam Hidalgo & Virgolino (1997, p.144), é:

“eliminar as barreiras intra-regionais à livre mobilidade de bens, capitais e pessoas, criando um mercado ampliado que permita uma maior complementaridade das economias, o aumento do comércio intra-blocos e o incremento da capacidade competitiva”.

A literatura sobre os impactos da formação de blocos comerciais para a região Nordeste vê a questão como uma ameaça para o desempenho das suas exportações, notadamente quando leva em consideração os blocos comerciais formados pelos países desenvolvidos.

Isto é confirmado por Hidalgo & Virgolino (1997, p.144), quando afirmam que:

“A consolidação da tendência à formação dos blocos econômicos excludentes e protegidos poderá representar uma ameaça para o comércio internacional, em especial, para as regiões menos desenvolvidas, caso não sejam implementados os acordos das negociações multilaterais da Rodada do Uruguai, e que pretendem a gradual ampliação da liberalização do comércio mundial”.

Cria-se, portanto, um ambiente de incerteza para as economias em desenvolvimento com relação a sua posição diante dessa tendência de formação de blocos comerciais, dada sua dependência econômica em relação aos países desenvolvidos. Dentro desse contexto, torna-se ainda mais difícil uma região como a Nordeste enfrentar o duplo desafio de resolver os graves problemas sociais e, ao mesmo tempo, tratar de resolver os problemas de inserção na nova ordem internacional. Daí, surge a importância fundamental de criação de estratégias de crescimento.

O que se pode obter de conclusão, pela literatura sobre a especialização produtiva da região Nordeste durante o período de intensificação e consolidação da abertura comercial brasileira, é que, como apontam Fontenele; Melo & Dantas (2001), no Nordeste, assim como em todo o Brasil, a maior parte da pauta de exportação constitui-se de *commodities* tradicionais ou de produtos da indústria tradicional, conservando o resultado que ocorreu ao longo de sua história: o Nordeste destacou-se internacionalmente na exportação de produtos de processamento básico.

Qualquer discussão sobre elaboração de estratégias de incentivos às exportações da região Nordeste deve levar em conta a especialização, pois é ela que define a competitividade de médio e longo prazo de uma economia (HIDALGO, 1998).

O Estado tem um papel fundamental na elaboração dessas estratégias, visto que, nos últimos anos, as políticas específicas de alguns estados nordestinos, montada basicamente em incentivos fiscais, implantação de infra-estrutura necessária (inclusive doação de terrenos) e garantia de formação de recursos humanos, parecem novamente mudar a configuração da oferta da região (FONTENELE; MELO & DANTAS, 2001).

Tais estratégias de incentivo às exportações nordestinas devem surgir de uma sinergia entre o setor público e privado para tentar superar os desafios impostos pela nova ordem econômica internacional e pela própria estrutura da economia nordestina que, como bem aponta Galvão (1996), revela claros sinais de vulnerabilidade em várias dimensões importantes: no campo competitivo, no social, no empresarial, no da escala de suas atividades produtivas e no da própria articulação e integração com a economia

nacional, talvez, sinalizando uma reduzida capacidade da região para enfrentar os desafios de uma nova era em gestação.

Dessa forma, torna-se de suma importância, para adoção de estratégias de inserção competitiva do Nordeste no comércio exterior, saber quais setores que apresentam e que podem expor maior dinâmica na pauta de exportação da Região, e o conhecimento desses setores é possível a partir de indicadores que reflitam o quão dinâmicos ou competitivos são tais setores no âmbito internacional.

Para visualizar em que grau a economia nordestina está inserida na economia internacional, o presente trabalho verificou, mediante de indicadores de competitividade, o comportamento do comércio exterior nordestino no período 1995-2004 para, assim, identificar os setores produtivos da região Nordeste que revelaram, durante esse período, maior competitividade e grau de especialização.

A escolha do período em questão buscou abranger o momento em que a abertura comercial da economia brasileira já estava consolidada, e os indicadores a serem calculados identificarão os setores que têm maior expressão dinâmica no comércio exterior da região Nordeste, ou seja, aqueles que vêm ganhando competitividade no mercado internacional.

## **2.7 - Considerações Finais**

O Estado brasileiro, na década de 1960, criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que tinha por objetivo identificar os gargalos e eleger soluções para reduzir as assimetrias de crescimento entre as regiões Nordeste e Centro-Sul do país.

No entanto a política econômica, particularmente a política cambial adotada pelo Estado para acelerar o processo de industrialização do Centro-Sul, acabou por dificultar a redução dessas assimetrias por intermédio do comércio triangular. Ou seja, a proibição da importação de bens que tinham substituto nacional fez com que a região Nordeste fosse conduzida a adquirir esses bens no Centro-Sul, despendendo nessa última região, as divisas obtidas com a exportação dos seus produtos.

Entretanto o gargalo ao desenvolvimento da região Nordeste não pode ser atribuído somente às perdas geradas pelo comércio triangular, deve-se ressaltar que, desde sua formação econômica, a região Nordeste conta com uma estrutura produtiva



baseada em relações de produção arcaicas, o que gerou uma alta concentração de renda na região.

Além disso, a região sofre com os problemas climáticos representados pelo fenômeno das secas, que atinge grande parte da população de forma desastrosa, além de contar com uma agricultura de subsistência bastante vulnerável às épocas de estiagem.

Para o GTDN, a industrialização, aliada à reformulação da política de aproveitamento de solos e águas na região semi-árida; à reorganização da economia semi-árida e à abertura de frentes de colonização; à intensificação dos investimentos industriais; à solução para o problema da energia elétrica; ao aproveitamento de conquistas tecnológicas recentes; ao aumento da oferta de alimentos nos centros industriais; à assistência técnica aos governos estaduais, seria a solução para os problemas enfrentados pelo Nordeste.

No entanto a vulnerabilidade externa e a necessidade de estabilização constante da economia brasileira abortaram esse programa de desenvolvimento para a região. Porém, mesmo que o Estado não tenha conseguido dinamizar a estrutura produtiva da região, forçoso se faz ressaltar que a evolução apresentada pela economia do Nordeste, nas últimas décadas, esteve associada à presença do Estado como indutor do desenvolvimento, que se consolidou com a criação do Banco do Nordeste, da SUDENE, e do papel que os incentivos fiscais tiveram na evolução da estrutura produtiva nordestina.

Hoje, a região Nordeste é um *locus* segmentado em que áreas consideradas com um nível de crescimento significativo convivem com áreas extremamente atrasadas, ou seja, dentro do Nordeste, existem vários Nordestes que devem ser qualificados. A região pode ser dividida em nichos de desenvolvimento em que alguns poucos estados, mais especificamente Bahia, Ceará e Pernambuco, que despontaram em termos de crescimento nos últimos anos, respondem por mais da metade da dinâmica da região tanto em termos de produção como em termos de comércio.

A saída do Estado como figura impulsionadora do desenvolvimento abriu espaço, diante do novo contexto econômico de integração, para a guerra fiscal, em que os estados que têm mais recursos e, portanto, podem oferecer mais benefícios, atraem empresas para seu espaço geográfico, o que pode gerar assimetrias de crescimento dentro da própria região.

Em relação a sua estrutura de exportação, a região Nordeste ainda deixa muito a desejar, pois, como destaca a literatura que trata do assunto, a pauta de exportação

compõe-se, basicamente, de *commodities* e/ou de produtos de baixo valor agregado. A região possui uma pauta bastante concentrada em poucos setores e regiões de destino, o que a torna bastante vulnerável às oscilações da demanda externa.

O que deve ser ressaltado é que, mesmo em um contexto de integração econômica, a presença do Estado em nível federal e estadual, é de extrema importância para o desenvolvimento da região Nordeste, dada sua infra-estrutura ainda pouco precária e mal distribuída entre os estados que a compõem, dessa forma, políticas industriais que incentivem as exportações e criem possibilidades de crescimento para a região ainda estão tão em voga como a quarenta anos atrás.

O capítulo seguinte faz uma análise da competitividade da região Nordeste no período de 1995 a 2004, por meio de indicadores de competitividade, verificando se houve alguma mudança significativa na pauta de exportação do Nordeste em um período de dez anos.

# **CAPÍTULO III - REFLEXOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA PARA A REGIÃO NORDESTE DO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE INDICADORES DE COMPETITIVIDADE REVELADA**

## **3.1 – Introdução**

A integração comercial brasileira trouxe grandes implicações para a região Nordeste, pois, mesmo sendo uma das regiões mais pobres do país, esta região, como as demais, também viu uma possibilidade de ampliar seus mercados pelo aumento do volume exportado e/ou pela diversificação de sua pauta e de suas regiões de destino.

Pelas características apresentadas em seções anteriores, pode-se inferir que a região Nordeste enfrenta problemas mais sérios para se adequar à nova ordem econômica do que as regiões mais ricas do país, por apresentar uma pauta pouco diversificada, composta por produtos de baixo conteúdo tecnológico e concentrar sua exportações em poucas regiões de destino. Se, para toda a economia brasileira, isto se constata como um grande desafio a ser enfrentado, torna-se mais difícil quando esses problemas emergem em uma região que ainda passa por graves problemas estruturais, pois, em termos sociais, possui uma população ainda pouco qualificada, um alto nível de concentração de renda, dentre outros. Em termos econômicos, apóia-se em uma infra-estrutura que deixa a desejar, mesmo com uma visível evolução nas décadas recentes.

A região Nordeste divide-se em algumas áreas consideradas nichos de desenvolvimento e em outras que ainda estão longe de mostrar sinais de um crescimento sustentável. Dentro desse contexto, além de estar inserida em um país em que existem grandes assimetrias de crescimento regional, a própria região Nordeste exhibe assimetrias com essa segmentação.

O que este capítulo se propõe a apontar e analisar, via indicadores de competitividade, as possíveis mudanças que tenham ocorrido na pauta de exportação da economia do Nordeste no período de 1995 a 2004, ou seja, um período em que a abertura comercial brasileira já se consolidara, e em que, de certa forma, todas as regiões do Brasil buscaram adequar-se ao processo de integração comercial pela ampliação da competitividade.

O presente capítulo está dividido em duas seções afora esta introdução, na seção 3.2, será apresentada a metodologia usada no cálculo dos indicadores, assim como a base de dados utilizada no trabalho. A seção 3.3 expõe o resultado obtido com o cálculo dos indicadores. A seção 3.4 mostra as notas conclusivas do referido capítulo.

### **3.2 – Notas Metodológicas**

O trabalho avalia o comportamento do comércio exterior da região Nordeste, englobando seus nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Rio grande do Norte e Sergipe) no período 1995-2004; por meio de cálculo de indicadores, que medem o grau de competitividade de um setor produtivo, foram detectados os setores mais dinâmicos no comércio exterior para o período considerado, ou seja, foram apontados os setores produtivos de maior competitividade para cada um dos nove Estados. Além disso, identificaram-se os setores em que a região possuía maior nível de especialização em comparação com o Brasil no período em questão.

Para isso, foi utilizada a base de dados da Secretaria do Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) do Brasil, disponível por intermédio do Sistema ALICE (Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior)<sup>5</sup> para exportação e importação, discriminada por estado e por capítulos, os quais correspondem aos setores produtivos e estão enumerados de 1 (um) a 99 (noventa e nove) de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), sendo definidos pelo MDIC (2004) como correspondendo a todo produto objeto de uma importação ou exportação<sup>6</sup>.

Os seguintes indicadores foram calculados: Participação das exportações estaduais totais nas exportações totais da região Nordeste; o Índice de Concentração das Exportações por Setor (ICS); o indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR); Taxa de Cobertura das Importações (TCM); Coeficiente de Especialização Relativa (CSR); Indicador de Comércio Intra-Indústria.

A participação das exportações estaduais nas exportações totais da região Nordeste é dada pela seguinte expressão:

---

<sup>5</sup> O Sistema Alice está disponível no *site* do MDIC na seguinte página: <http://aliceweb.desenvolvimento.com.br>

<sup>6</sup> Para efeito de classificação de mercadorias, o Brasil passou a utilizar, desde 1996, a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), utilizada igualmente pelos demais países partícipes do bloco (Argentina, Paraguai e Uruguai) baseado no Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH) (MDIC, 2004).

$$X_j / X_{NE} \quad 3.2.1$$

Em que:

$X_j$  são as exportações totais do estado j;

$X_{NE}$  são as exportações totais da região Nordeste

O indicador ICS é conhecido como coeficiente de Gini-Hirschman. Love (1979) argumenta que quanto mais concentradas as exportações em produtos e/ou poucos países de destino, mais a economia estará sujeita a flutuações de demanda, o que implica mudanças bruscas nas receitas de exportação.

O ICS é dado pela seguinte expressão:

$$ICS = \sqrt{\sum_i \left( \frac{X_{ij}}{X_j} \right)^2} \quad 3.2.2$$

Em que:

$X_{ij}$  representa as exportações do setor i pelo Estado j;

$X_j$  representa as exportações totais do Estado j.

Este índice varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1 (um) mais concentradas serão as exportações do estado em poucos produtos, e quanto mais próximo de zero, mais diversificada será a pauta de exportação do estado.

O indicador VCR mensura a tendência de especialização internacional de uma economia, foi originalmente criado por Balassa apud Hidalgo (1998) com base no conceito de Vantagem Comparativa Revelada, os índices de VCR servem para descrever os padrões de comércio que estão tendo lugar na economia, mas não mostram se estes padrões são ótimos ou não.

Tal indicador pode ser expresso da seguinte forma:

$$VCR_{ij} = \frac{X_{ij} / X_{iNE}}{X_j / X_{NE}} \quad 3.2.3$$

Em que:

$X_{ij}$  - representa as exportações do setor i pelo estado j

$X_{iNE}$  - são as exportações do setor i da região Nordeste;

$X_j$  - representa as exportações totais do estado j

$X_{NE}$  - são as exportações totais da região Nordeste.

Se o  $VCR_{ij}$  for maior que a unidade o setor i, apresenta vantagem comparativa revelada para o estado j, e, se o  $VCR_{ij}$  for menor que a unidade o setor i, apresenta desvantagem comparativa revelada para o estado j.

Segundo Hidalgo (1998), o índice de VCR fornece um indicador da estrutura relativa das exportações de uma região ou país. Quando uma região exporta um volume grande de um determinado produto em relação com o que é exportado pelo país desse mesmo produto, isso sugere que a região conta com vantagem comparativa na produção desse bem.

A Taxa de Cobertura das Importações (TC) indica em quantas vezes o volume das exportações do setor i está cobrindo o volume de importação deste, e é expresso como segue:

$$TC_{ij} = \frac{X_{ij} / M_{ij}}{X_{iNE} / M_{iNE}} . \quad 3.2.4$$

Em que:

$X_{ij}$  - representa as exportações do setor i pelo estado j

$M_{ij}$  - são as importações do setor i pelo estado j;

$X_{iNE}$  - são as exportações do setor i da região Nordeste;

$M_{iNE}$  - são as importações do setor i da região Nordeste.

Quando  $TC_{ij}$  é maior que a unidade, identifica-se uma vantagem comparativa em termos de cobertura das importações, ou seja, as exportações do setor i no estado j teriam uma dimensão maior, quando comparadas às importações do mesmo setor (FONTENELE; MELO & ROSA ,2000).

O Coeficiente de Especialização Relativa pode ser interpretado como a relação do peso das exportações do setor i nas exportações totais do estado relativo ao peso do mesmo setor nas exportações totais do Nordeste, tal indicador pode ser expresso como segue:

$$CSR_{ij} = \frac{X_{ij} / X_j}{X_{iNE} / X_{NE}} \quad 3.2.5$$

Se  $CSR_{ij}$  for maior que 1, denota que o estado está relativamente mais especializado que a região, apresentando, portanto, uma vantagem comparativa.

O comércio intra-setorial consiste na exportação e importação simultâneas de produtos classificados dentro de um mesmo setor produtivo. Esse tipo de comércio é explicado pelas economias de escala e pela diferenciação de produtos. Assim, quanto mais integrado for o estado ao comércio internacional maior seu comércio intra-setorial, refletindo um maior nível de especialização; o indicador utilizado para calcular o comércio intra-setorial é o sugerido por GRUBEL & LLOYD apud HIDALGO (1998), dado pela expressão:

$$GL = 1 - \frac{\sum_i |X_{ij} - M_{ij}|}{\sum_i (X_{ij} + M_{ij})} \quad 3.2.6$$

Em que:

$X_{ij}$  - representa as exportações do setor i pelo estado j;

$M_{ij}$  - são as importações do setor i pelo estado j;

Este indicador também varia entre 0 (zero) e 1 (um), sendo que quanto mais próximo de um, maior será o comércio intra-setorial e quanto mais próximo de zero, menor será este comércio.

A identificação dos setores de exportação mais competitivos será feita através do critério Gutman & Miotti *apud* Hidalgo (1998), isto é, com a identificação dos “pontos fortes”. Este critério analisa os “pontos fortes” de comércio exterior de uma economia, observando que setores possuem simultaneamente Vantagem Comparativa Revelada (VCR) e Taxa de Cobertura das Importações (TC) maior que a unidade. A análise será feita para o período 1995-2004, com o objetivo de verificar possíveis mudanças na pauta de exportação de cada estado ao longo do período em questão.

### **3.3 – Inserção Externa e Competitividade da Região Nordeste do Brasil no Período de 1995- 2004**

Como se constatou no capítulo anterior, o setor público teve um papel preponderante na tentativa de desenvolvimento da região Nordeste do Brasil a partir dos anos de 1960, 1970 e 1980. Como afirmam Fontenele & Melo (2004, p. 39):

Nesse processo, mudanças importantes se fizeram na configuração dos setores de produção. Examinando o estado atual, por exemplo, no setor agropecuário ocorreu um redirecionamento para a produção de culturas não-tradicionais (mamão, melão, manga, uva, etc.) em detrimento das tradicionais (algodão, mandioca, mamona etc.). Já no setor indústria, verifica-se também uma realocação das atividades tradicionais para a produção de bens intermediários (produtos do pólo petroquímico baiano, por exemplo).

Durante a década de 1990 houve novamente uma reconfiguração da estrutura produtiva em alguns estados, com o apoio dos governos estaduais com base em uma política de incentivos fiscais, que visava atrair novas empresas para a região, aliado à implantação de uma infra-estrutura necessária ao funcionamento dessas empresas, além da garantia da formação de recursos humanos. E isto tem se refletido de forma satisfatória no comércio exterior da região, visto que esta saiu de um longo período de sucessivos déficits em sua balança comercial e vem apresentado superávit.

O Nordeste do Brasil tem como característica do seu desenvolvimento econômico e social uma área de 1.558,20 Km<sup>2</sup>, o que equivale a 18,30% do espaço geográfico brasileiro; uma população de 47.741,71, equivalente a 28,12% da população brasileira e um PIB de R\$ 144.134,60 milhões, o que representa 13,09% do PIB nacional em 2000 (IBGE, IPEA apud FONTENELE & MELO, 2004).

#### **3.3.1 – Participação das Exportações Estaduais nas Exportações totais da Região Nordeste**

Em relação à caracterização de seu comércio exterior na última década, pela Tabela 4, pode-se ver que existe uma grande disparidade entre os estados quando se analisa a participação das exportações de cada estado nas exportações totais da região. Houve uma forte concentração na participação de alguns estados em relação à região,



visto que apenas três estados responderam por cerca de 60% das exportações nordestinas durante o período de 1995 a 2004.

**Tabela 4**  
**Participação das Exportações Estaduais nas Exportações da Região**  
**(1995-2004)**

Estados	Anos									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Alagoas	0,11	0,08	0,09	0,08	0,07	0,06	0,07	0,06	0,06	0,06
Bahia	0,45	0,48	0,47	0,49	0,47	0,48	0,51	0,52	0,53	0,51
Ceará	0,08	0,10	0,09	0,10	0,11	0,12	0,13	0,12	0,12	0,11
Maranhão	0,16	0,18	0,19	0,17	0,20	0,19	0,13	0,14	0,12	0,15
Paraíba	0,02	0,03	0,02	0,01	0,02	0,02	0,03	0,03	0,03	0,03
Pernambuco	0,14	0,09	0,09	0,10	0,08	0,07	0,08	0,07	0,07	0,06
Piauí	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01
Rio Grande do Norte	0,02	0,02	0,02	0,03	0,03	0,04	0,04	0,05	0,05	0,07
Sergipe	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01	0,01	0,01
Total	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: MDIC – Elaboração Própria, 2005.

A Tabela 4 mostra que, em 1995, os estados da Bahia, Maranhão e Pernambuco respondiam por cerca de 70% das exportações totais da região. Dez anos depois, as exportações da região Nordeste continuaram bastante concentradas em poucos estados, mas aconteceram algumas mudanças. O estado de Alagoas perdeu participação durante todo o período analisado e chegou a 2004 com praticamente metade da participação que apresentava em 1995.

O estado da Bahia, durante todo o período, contribuiu com mais de 40% das exportações nordestinas, tendo aumentado essa participação de 1995 para 2004, chegando, neste último ano, com uma participação de 51% das exportações totais do Nordeste.

O estado do Ceará mostrou uma evolução positiva na participação das exportações totais da região Nordeste, pois concorria com 8% das exportações da região em 1995, mas, quando chegou 2004, aumentou essa participação para 11%.

O estado do Maranhão apresentou uma significativa volatilidade em sua participação nas exportações totais da região durante o período em questão, concorrendo, em 1995, com 16% das exportações do Nordeste, chegando a 20% em 1999, mas, em 2004 essa participação caiu para 15%.

O estado da Paraíba está entre os estados da região Nordeste com menor participação no volume exportado por toda a região. A participação da Paraíba permaneceu praticamente constante ao longo de todo o período analisado, variando de 1% a 3%.

Pernambuco foi o estado que expôs maior queda em sua participação de 1995 a 2004. Esse estado participava, em 1995, com 14% das exportações totais da região Nordeste. Entretanto apresentou uma constante queda nessa participação e chegou a 2004 contribuindo apenas com 6% das exportações totais da região Nordeste.

O estado do Piauí também está entre os que demonstraram o pior desempenho em termos de participação no total das exportações nordestinas no período em questão, pois participava com 2% em 1995 e caiu para 1% em 2004.

O estado do Rio Grande do Norte foi um dos que refletiu melhor desempenho, visto que revelou uma evolução crescente em termos desse indicador. Esse estado participou em 1995, com apenas 2% das exportações do Nordeste e conseguiu chegar a 2004 concorrendo com 7% das exportações dessa região.

Por fim, Sergipe foi o estado que realmente teve o pior desempenho, pois, dos nove estados, este foi o que evidenciou a menor participação nas exportações totais da região Nordeste, com tendência a permanecer com essa participação constante, pois, ao longo dos dez anos, Sergipe participou com 1% das exportações da região.

### **3.3.2 – Índice de Concentração das Exportações por Setor**

A análise do indicador de participação das exportações de cada estado nas exportações totais da região mostrou o quanto o comércio exterior do Nordeste se concentra em poucos estados. A seguir, apresenta-se o índice de concentração das exportações por setor, ou seja, por meio desse indicador, é possível analisar o quanto concentrada é a pauta de exportação dos estados da região Nordeste.

**Tabela 5**  
**Índice de Concentração das Exportações dos Estados da Região Nordeste**  
**(ICS) 1995-2004**

Estados	Anos									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Alagoas	0,77	0,74	0,80	0,86	0,82	0,79	0,93	0,78	0,78	0,69
Bahia	0,30	0,29	0,29	0,29	0,29	0,30	0,33	0,31	0,31	0,29
Ceará	0,46	0,46	0,45	0,44	0,41	0,40	0,37	0,38	0,38	0,37
Maranhão	0,73	0,71	0,68	0,65	0,69	0,64	0,57	0,58	0,51	0,47
Paraíba	0,49	0,56	0,49	0,38	0,37	0,38	0,43	0,44	0,43	0,42
Pernambuco	0,68	0,52	0,56	0,55	0,43	0,34	0,44	0,41	0,34	0,35
Piauí	0,54	0,52	0,52	0,45	0,46	0,41	0,45	0,37	0,38	0,35
Rio G. do Norte	0,52	0,51	0,49	0,52	0,49	0,46	0,44	0,45	0,46	0,56
Sergipe	0,62	0,62	0,57	0,52	0,53	0,54	0,42	0,68	0,57	0,62

Fonte: MDIC, Elaboração Própria, 2005.

Analisando os resultados obtidos por meio do cálculo do Índice de Concentração por Setor (ICS), podemos verificar, pela Tabela 5, que, em 1995, quatro estados apresentaram ICS relativamente alto: Alagoas (0,77); Maranhão (0,73); Pernambuco (0,68) e Sergipe (0,62), isto denota que estes estados estavam com uma pauta de exportação concentrada em poucos setores. Em 2004, apenas os estados de Alagoas e Sergipe continuaram com um ICS elevado, de 0,69 e 0,62 respectivamente. Vale destacar que, para o estado de Alagoas, mesmo esse indicador continuando elevado, houve uma redução deste quando comparado a 1995, no entanto Sergipe manteve o valor de seu ICS constante. Os estados do Maranhão e Piauí tiveram, em 2004, uma queda significativa nesse indicador, chegando a 0,37 e 0,35 respectivamente, isto comprova a maior diversificação na pauta de exportação desses estados quando comparada a 1995.

Os estados da Bahia, Ceará e Paraíba foram os que evidenciaram valor numérico mais baixo para o ICS, tanto em 1995 quanto em 2004. No primeiro ano, os ICS's desses estados eram de respectivamente 0,30; 0,46 e 0,49. Ao passo que, em 2004, a Bahia permaneceu com esse indicador praticamente constante (0,29), enquanto o Ceará e Paraíba apresentaram uma redução, passando para 0,37 e 0,42, refletindo, assim, maior diversificação da pauta de exportação no período em questão.

Os estados do Piauí e Rio Grande do Norte não assinalaram ICS tão elevados quanto os estados de Alagoas, Maranhão e Pernambuco, mas também não indicaram um valor muito reduzido para este indicador, visto que, em 1995, esses estados possuíam um ICS de 0,54 e 0,52 respectivamente, porém, no caso do Piauí, se observarmos o ano

de 2004, constataremos que este estado sofreu uma significativa queda em seu ICS, passando esse indicador a revelar um valor de 0,35, o que não ocorre para o Rio Grande do Norte, dado que seu ICS sofreu uma variação positiva em 2004, passando para 0,56.

Os resultados obtidos acima mostram que a pauta de exportação dos estados da região Nordeste ainda é muito concentrada em poucos setores, mas que, ao longo dos últimos dez anos, tal concentração se reduziu, visto que todos os estados, exceção feita ao Rio Grande do Norte, reduziram o valor deste indicador em 2004. Alguns apresentaram apenas uma pequena redução, mas outros apontaram uma redução significativa, o que pode ser visto como um fator favorável ao comércio exterior nordestino de uma forma geral.

### **3.3.3 – Setores Mais Competitivos da Região Nordeste e de seus Estados**

Aplicando o critério de Gutman & Miotti apud Hidalgo (1998), obtivemos os denominados “pontos fortes” da região Nordeste, em relação ao Brasil, e de seus nove estados em relação a própria região, isto é, aqueles setores de exportação da região e de cada economia que revelaram Vantagem Comparativa Revelada (VCR) e Taxa de Cobertura das Importações (TC) simultaneamente maiores que a unidade. Pela Tabela 6, abaixo, podem-se identificar os setores “pontos-fortes” da região Nordeste em relação ao país.

**Tabela 6**  
**Setores Mais Competitivos – Nordeste (1995/2004)**

NCM	Setores	VCR	TC	VCR	TC
		1995	1995	2004	2004
3	Peixes e crustáceos, moluscos e outs. invertebr.aquáticos	5.93	4.00	8.44	9.11
7	Produtos hortícolas, plantas, raízes, etc.comestíveis.	0.72	9.40	3.08	50.00
8	Frutas, cascas de cítricos e de melões.	7.52	21.12	7.99	40.37
13	Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais.	1.54	6.20	1.33	12.21
17	Açucares e produtos de confeitaria	4.15	2.14	2.04	12.61
18	Cacau e suas preparações	7.16	9.69	7.20	0.85
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres.	1.94	0.43	2.78	3.26
25	Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento.	2.13	2.23	1.85	1.79
27	Combustíveis minerais, óleos minerais, etc.ceras minerais.	2.58	1.57	2.26	1.29
28	Produtos químicos inorgânicos, etc.	2.57	5.07	1.64	1.31
29	Produtos químicos orgânicos	5.05	7.95	5.58	5.96
31	Adubos ou fertilizantes	3.27	2.76	0.17	0.13
34	Sabões, agentes orgânicos de superfície, etc.	2.15	27.36	2.17	3.69
39	Plásticos e suas obras	3.11	3.76	1.79	2.73
41	Peles, exceto a peleteria (peles com pelo), e couros	1.56	5.51	1.81	0.80
46	Obras de espartaria ou de cestaria	1.50	1.43	2.12	20.24
47	Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas, etc.	1.44	5.81	1.46	4.44
53	Outras fibras têxteis vegetais, fios de papel, etc.	7.12	7.08	10.70	98.62
54	Filamentos sintéticos ou artificiais	1.77	2.51	1.37	1.47
55	Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas.	1.90	1.38	0.77	0.71
56	"Pastas ("ouates"),feltros e falsos tecidos,etc."	6.95	17.03	4.36	7.07
57	Tapetes, outs. revestim. p/ pavimentos, de matérias têxteis	2.41	10.91	4.23	17.76
58	Tecidos especiais, tecidos tufados, rendas, tapeçarias, etc.	0.06	0.80	4.11	1.16
59	Tecidos impregnados, revestidos, recobertos, etc.	0.06	0.19	1.55	2.02
60	Tecidos de malha	0.87	2.24	1.58	4.04
61	Vestuário e seus acessórios, de malha.	1.49	12.17	1.78	6.79
62	Vestuário e seus acessórios, exceto de malha.	0.86	4.76	1.74	10.74
63	Outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos, etc.	0.47	1.70	2.63	1.91
64	Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes.	0.05	0.82	1.76	3.19
68	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica, etc.	1.09	3.06	0.32	0.51
71	Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc.	1.63	17.35	1.17	29.33
74	Cobre e suas obras	9.19	23.71	9.55	147.56
76	Alumínio e suas obras	3.59	40.34	2.44	1.76
83	Obras diversas de metais comuns	0.04	0.30	2.18	7.47

**Fonte: MDIC – Elaboração Própria, 2005.**

Obs: Os valores em destaque são referentes aos setores que não eram “pontos fortes” em 1995, mas passaram a ser em 2004. Ou que eram “pontos fortes em 1995 e deixaram de ser em 2004.

A Tabela 6 mostra os pontos fortes de toda a região Nordeste. Podemos observar que, pelo critério dos “pontos fortes”, mesmo que os resultados expostos na tabela mostrem que a pauta de exportação da região Nordeste seja composta por produtos de baixo conteúdo tecnológico, pode ser considerada uma pauta um tanto diversificada, pois dos noventa e nove setores da NCM, de 1995 a 2004, o Nordeste revelou 35 como pontos fortes no período em questão. Este resultado, certamente, está

associado aos pólos de desenvolvimento já analisados no capítulo anterior, principalmente dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Maranhão.

Dos noventa e nove setores analisados, a região Nordeste demonstrava competitividade em relação ao país em vinte e seis setores, no ano de 1995, com destaque para: peixes, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos; frutas, cascas de cítricos e de melões; cacau e suas preparações; pastas (ouates), feltros e falsos tecidos, etc. e cobre e suas obras.

O Nordeste chegou ao ano de 2004 revelando vinte e nove setores como pontos fortes. Deste total, vinte setores já pertenciam a pauta de exportação da região em 1995, como, por exemplo: peixes, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos; frutas, cascas de cítricos e de melões; produtos químicos orgânicos; dentre outros. Os nove restantes são setores em que o Nordeste não indicava competitividade em relação ao país em 1995, mas que conquistou em 2004, são: produtos hortícolas, plantas, raízes, etc. comestíveis; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tecidos especiais, tecidos tufados, tapeçaria etc.; tecidos impregnados, revestidos, recobertos etc.; tecidos de malha; vestuário e seus acessórios, exceto de malha; outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos etc.; calçados, polainas, artefatos semelhantes e suas partes e obras diversas de metais comuns.

Vale salientar que a região perdeu competitividade em alguns setores no ano de 2004 em relação ao ano de 1995, foram eles: cacau e suas preparações; adubos ou fertilizantes; peles, exceto a peleteria (pele com pelo) e couros; fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas e obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica, etc. Analisamos, a seguir, os pontos fortes de cada estado que compõe a região Nordeste.

### **Alagoas**

O estado de Alagoas apresenta um comércio exterior pouco dinâmico, com uma base produtiva bastante simples, a pauta de exportação se concentra, basicamente, em setores primários. As variações registradas resultam muito mais de mudanças nos preços relativos das principais mercadorias exportadas que propriamente de transformações estruturais ocorridas na economia alagoana (GALVÃO & VIRGOLINO, 2004).

**Tabela 7**  
**Setores mais competitivos – Alagoas – 1995/2004**

NCM	Setores	1995		2004	
		VCR	TC	VCR	TC
28	Produtos químicos inorgânicos, etc.	1,24	54,17	0,00	0,00
39	Plásticos e suas obras	1,43	282,63	0,38	1,41
29	Produtos químicos orgânicos	0,91	3,45	1,39	8,07

Fonte: MDIC – Elaboração Própria, 2005.

A Tabela 7 certifica o baixo dinamismo do comércio exterior de Alagoas pelo resultado do critério dos “pontos fortes”. Como pode ser observado, dos noventa e nove setores estudados, Alagoas possuía apenas três “pontos fortes” em 1995, ou seja, somente três setores indicavam taxa de cobertura das importações e vantagem comparativa revelada superiores a unidade naquele ano, estes setores eram: produtos químicos inorgânicos, etc e plástico e suas obras.

Em 2004, pelo critério em análise, Alagoas perdeu competitividade nos setores registrados em 1995, passando a indicar apenas um setor de destaque ou “ponto forte”, o de produtos químicos orgânicos.

A partir dos resultados dos indicadores calculados para esse estado, pôde-se constatar o reduzido potencial exportador de Alagoas. Como afirmam Fontenele & Melo (2004, p. 99):

“A incapacidade local em conquistar melhor desempenho no comércio internacional é refletida em uma pauta que se manteve altamente concentrada. Desse modo, é de se esperar que os benefícios advindos com as vendas aos mercados estrangeiros não se disseminem pelo restante da economia, limitando os impactos benéficos a um restrito grupo de atividades. Entretanto vale observar que o crescimento das exportações dos outros setores pode indicar um movimento no sentido de reduzir esta fragilidade”.

### **Piauí**

O Piauí revela uma estrutura produtiva também bastante frágil, e isso se reflete negativamente em sua pauta de exportação, que se torna extremamente concentrada. Os resultados da aplicação do critério dos “pontos fortes” retratam o desempenho do comércio exterior desse estado.

**Tabela 8**  
**Setores mais competitivos – Piauí – 1995/2004**

NCM	Setores	1995		2004	
		VCR	TC	VCR	TC
05	Outros produtos de origem animal	6,36	28,34	12,11	-
15	Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc.	17,05	71,47	22,41	-
62	Vestuário e seus acessórios, exceto de malha.	31,50	1457,67	33,27	15,48

Fonte: MDIC – Elaboração Própria, 2005.

Por meio da Tabela 8, pode-se constatar que o Piauí foi o estado que registrou o pior desempenho, quando se leva em consideração o critério de identificação dos “pontos fortes”, pois esse estado, em 1995, possuía apenas três “pontos fortes” no seu comércio exterior (outros produtos de origem animal; gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc.; vestuário e seus acessórios, exceto de malha).

Quando se analisa o ano de 2004, o estado do Piauí deixa de ter os setores outros produtos de origem animal e gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc. e não ganha nenhum novo “ponto forte”, permanecendo apenas o setor vestuário e seus acessórios, exceto de malha como “ponto forte”, quando comparado a 1995 por evidenciar VCR e TCM, simultaneamente, superior à unidade.

Vale ressaltar que a perda de competitividade, demonstrada na tabela acima para os dois primeiros setores, deu-se porque o estado não importou nenhum dos dois no ano em questão, mas continuou apresentando VCR bastante significativa para eles.

### **Maranhão**

O comércio exterior do Maranhão pode ser considerado pouco dinâmico, visto que é bastante concentrado. No entanto esse estado envolve algumas particularidades que merecem destaque, pois mesmo no período que antecedeu a abertura comercial, mais precisamente de 1980 a 1989, o valor das exportações passou de US\$ 11 milhões para US\$ 459 milhões, isto representou um incremento de mais de 2.500%. Para Galvão & Virgolino (2004, p.225):

“parece claro que este movimento ascendente das exportações do estado pode ser creditado, fundamentalmente, ao início de funcionamento de uma grande planta industrial de produção de alumínio, cuja produção é destinada basicamente ao mercado externo e



inter-regional. As exportações do estado, que, em 1980, representavam 0,51% do total regional, alcançam, em 1989, uma cifra de 15,96%. Trata-se de um grande salto, fenômeno não igualado por qualquer unidade da federação”.

Assim, o crescimento econômico mais acelerado do Maranhão ao longo dos anos 1980, em grande medida, está associado aos desdobramentos do Programa Grande Carajás (PGC) e ao interesse crescente do capital multinacional da área mineiro-metalúrgica em diversificar suas fontes de abastecimento de matérias-primas. A viabilização do PGC tem como base esse interesse, juntamente com a diretriz de política econômica do Estado brasileiro de priorizar as exportações e engajar as empresas estatais no esforço de integração da Amazônia ao mercado nacional (LIMA, 1994).

Como resultado desses movimentos de capital, em que a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) vem desempenhando um dos principais papéis, foram implantados a infra-estrutura para exploração/exportação de minério de ferro (a mina em Carajás, uma ferrovia de 890 km de extensão e o porto de Ponta de Madeira, na região de São Luiz) e os projetos como o da ALUMAR em São Luiz, além de algumas guserias no trajeto da Estrada de Ferro Carajás (EFC) (LIMA, 1994).

A disponibilidade de minérios, aliada à infra-estrutura de escoamento, surge como fator locacional para o desenvolvimento da Siderurgia, o que pode dinamizar os efeitos de encadeamento do PGC (MACHADO *apud* LIMA (1994)).

A tabela 9 reflete os benefícios trazidos por essa planta de produção de alumínio, tornando este setor um “ponto forte” no comércio exterior do estado nos últimos dez anos.

**Tabela 9**  
**Setores mais competitivos – Maranhão – 1995/2004.**

NCM	Setores	1995		2004	
		VCR	TC	VCR	TC
12	Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc.	6,18	39,28	3,89	3,03
28	Produtos químicos inorgânicos, etc.	3,38	1,65	4,69	2,87
76	Alumínio e suas obras	5,99	26,86	5,92	34,29
94	Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc.	5,50	228,58	0,53	103,22

Fonte: MDIC – Elaboração Própria, 2005.

Mesmo com a visível melhora na pauta de exportação maranhense em virtude da produção de alumínio, a Tabela 9 mostra que o estado do Maranhão concentrou seus “pontos fortes” em poucos setores: dos noventa e nove setores, o Maranhão possuía apenas cinco como “pontos fortes” no ano de 1995. Pela Tabela 9, observa-se que, para

o ano em questão, os setores de destaque na pauta de exportação maranhense foram: sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc.; alumínio e suas obras e móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc,

Em 2004, praticamente, não ocorreu mudança na composição do conjunto de “pontos fortes” desse estado, pois quatro dos cinco setores registrados como “pontos fortes”, em 1995, permaneceram em 2004. Entretanto, nesse mesmo ano, o Maranhão perdeu competitividade em um dos setores mais competitivos em 1995, o de móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc, visto que apresentou VCR inferior à unidade, mas ainda registrou TCM bastante significativa. Ressalta-se, também, que esse estado não registrou nenhum novo “ponto forte” em seu comércio exterior em 2004.

### Sergipe

O estado de Sergipe tem uma estrutura produtiva bastante simples, o que se reflete em uma pauta de exportação pouco diversificada. Como afirmam Galvão & Virgolino ( 2004, p.163):

“Trata-se de um estado cuja economia se caracteriza por um baixo grau de inserção às correntes do comércio internacional. As participações das exportações e importações do estado no total da região Nordeste ocupam a modesta nona e oitava colocações, respectivamente.... a trajetória das vendas externas do estado na década de 1990 apresentou uma tendência claramente declinante”.

O fraco desempenho do comércio exterior sergipano pode ser confirmado na Tabela 10, que expõe os resultados da aplicação de critério dos “pontos fortes” para essa economia.

**Tabela 10**  
**Setores mais competitivos – Sergipe – 1995/2004.**

NCM	Setores	1995		2004	
		VCR	TC	VCR	TC
25	Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento.	0,00	0,00	15,28	80,04
31	Adbos ou fertilizantes	11,90	1,10	168,00	-
52	Algodão	23,34	1,79	3,00	0,22
63	Outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos, etc.	5,64	13,64	2,35	21,61

Fonte: MDIC – Elaboração Própria, 2005.

Pela Tabela 10, constatamos que o estado de Sergipe também apresentou uma pauta pouco diversificada, quando se leva em conta o critério dos “pontos fortes” do comércio exterior, com apenas três setores fazendo parte desse conjunto em 1995 (adubos e fertilizantes; algodão; outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos etc.).

Em 2004, o estado de Sergipe deixou de ter os setores adubos e fertilizantes e algodão como “pontos fortes”, entretanto isto se deu porque o estado não revelou valor importado para o primeiro setor. Nesse período, o estado ganhou um novo ponto forte, quando comparado a 1995, que foi o setor: sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento (ver Tabela 10).

### **Paraíba**

O estado da Paraíba revela mudanças significativas em sua pauta de exportação no período em questão. Esse estado foi um dos que mais ganhou espaço no comércio exterior nordestino, visto que sua pauta de exportação, que ainda é concentrada, registrou tendência à diversificação em 2004. Assim, a Paraíba indicou resultados satisfatórios ao comércio exterior, o que pode estar associado a uma mudança em sua estrutura produtiva e/ou práticas mercadológicas. Conforme Galvão & Virgolino (2004, p. 191):

“É possível perceber, que houve uma mudança, nada trivial, na matriz produtiva do estado. .. constata-se uma ampliação no leque de produtos exportados, o que sugere, de um lado, uma provável mudança nas práticas mercadológicas dos empresários estaduais, e de outro, uma transformação na estrutura produtiva do estado”.

Como apontam os mesmos autores, “o aspecto mais interessante em relação ao perfil da pauta de exportação da Paraíba, no período de 1989 a 2001, tem como principal destaque o aumento da participação de setores da indústria tradicional, mas que se encontravam alijados da pauta das exportações do estado” (GALVÃO & VIRGOLINO, 2004).

As mudanças ocorridas na pauta de exportação paraibana podem ser vistas mediante os resultados da Tabela 11, em que se pode perceber uma significativa diversificação da mesma.

**Tabela 11**  
**Setores mais competitivos – Paraíba – 1995/2004.**

NCM	Setores	1995		2004	
		VCR	TC	VCR	TC
03	Peixes e crustáceos, moluscos e outs. invertebr. aquáticos	2,11	2,14	1,57	12,41
07	Produtos hortícolas, plantas, raízes, etc. comestíveis.	7,66	17,33	5,68	0,90
19	Preparações a base de cereais, farinhas, amidos, etc.	0,00	0,00	16,34	3,93
20	Preparações de produtos hortícolas, de frutas, etc.	3,54	1,64	3,00	-
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres.	26,32	0,00	5,80	1,64
25	Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento.	0,21	0,00	6,23	3,44
30	Produtos farmacêuticos	7,74	0,00	23,68	29,53
49	Livros, jornais, gravuras, outros produtos gráficos, etc.	0,00	0,00	3,63	47,34
56	"Pastas ("ouates"), feltros e falsos tecidos, etc."	25,50	0,00	7,30	1,49
59	Tecidos impregnados, revestidos, recobertos, etc.	49,12	0,00	10,18	14,44
63	Outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos, etc.	34,88	0,00	32,17	9,58
68	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica, etc.	0,00	0,00	6,75	4,76
90	Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc.	0,00	0,00	2,11	3,21
95	Brinquedos, jogos, artigos p/ divertimento, esportes, etc.	10,35	0,00	7,67	23,55

Fonte: MDIC – Elaboração Própria, 2005.

Pela Tabela 11, verificamos que o estado da Paraíba foi um dos que apresentou resultado mais satisfatório no que se refere ao critério de identificação dos “pontos fortes”. Em 1995, esse estado registrava somente três setores como “pontos fortes”: peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos; produtos hortícolas, plantas, raízes, etc. comestíveis e preparações de produtos hortícolas, de frutas, etc. (ver Tabela 11).

No ano de 2004, a Paraíba perdeu competitividade nos setores produtos hortícolas, plantas, raízes, etc. comestíveis e preparações de produtos hortícolas, de frutas, etc, não porque tenha perdido VCR, mas porque não importou este setor o que se refletiu em sua TC. Porém, nesse mesmo ano, esse estado registrou onze novos setores como “pontos fortes” em seu comércio exterior, que não apareciam em 1995, porque a região não exportava, mesmo tendo VCR significativo em alguns deles, dentre estes, destacaram-se: produtos farmacêuticos; tecidos impregnados, revestidos, recobertos, etc.; outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos, etc.; e outros. Além disso, o setor peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos permaneceu como “ponto forte” na pauta de exportação da Paraíba no ano em questão.

## Rio Grande do Norte

Com a abertura comercial brasileira, o comércio exterior potiguar tem sido visto pelos estudiosos como uma das forças motriz do desenvolvimento desse estado. Como apontam Galvão & Virgolino (2004, p.198):

“A década de 1990 se caracteriza, no contexto internacional, pela deflagração do processo de abertura da economia brasileira às trocas internacionais. Em relação ao comportamento das exportações do estado, o que as estatísticas mostram é um crescimento bastante ponderável das vendas externas. Em 1990, o estado vendeu ao exterior US\$ 88 milhões, pulando, em 2001, para o patamar de US\$ 187 milhões, representando um pouco mais de 100% de crescimento. Este crescimento acentuou-se a partir do ano de 1999, período de mudança da política cambial do país”.

É importante enfatizar que a estrutura produtiva desse estado também sofreu grandes mudanças com a atuação da Petrobras, que aumentou a produção de gás e petróleo, incrementando as importações de máquinas e equipamentos no segmento de produção e distribuição de petróleo e gás (GALVÃO & VIRGOLINO, 2004).

**Tabela 12**  
**Setores mais competitivos – Rio Grande do Norte – 1995/2004.**

NCM	Setores	1995		2004	
		VCR	TC	VCR	TC
03	Peixes e crustáceos, moluscos e outs. invertebr. aquáticos	4,41	29,31	4,84	41,11
05	Outros produtos de origem animal	17,01	-	6,49	1,31
13	Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais.	5,25	2,14	0,61	0,46
15	Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc.	0,15	20,51	1,29	18,08
17	Açúcares e produtos de confeitaria	1,59	24,22	0,74	-
25	Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento.	4,08	690,39	1,40	149,94
30	Produtos farmacêuticos	14,70	9,54	0,00	0,00
33	Óleos essenciais e resinóides, prods. de perfumaria, etc.	8,14	1,28	0,82	0,06
42	Obras de couro, artigos de correeiro ou de seleiro, etc.	44,43	330,02	0,00	0,00
52	Algodão	1,56	1,24	0,71	0,43
55	Fibras sintéticas ou artificiais, descontinuas.	1,96	2,07	0,00	0,00
96	Obras diversas	49,93	13,21	7,49	10,01

Fonte: MDIC – Elaboração Própria, 2005.

Os resultados da aplicação do critério dos “pontos fortes” para o estado do Rio Grande do Norte mostram que esse estado também está entre os que demonstravam competitividade em um número relativamente pequeno de setores no período em

questão. Pela Tabela 12, observa-se que os “pontos fortes” da economia potiguar, em 1995, eram somente dez, dentre os quais se destacaram: obras de couro, artigos de correeiro ou de seleiro, etc.; sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento, dentre outros.

Em 2004, o Rio Grande do Norte revelou cinco setores considerados “pontos fortes” no seu comércio exterior e, deste montante, cinco foram setores em que o estado ganhou competitividade (outros produtos de origem animal; gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc.

Três setores considerados pontos fortes, em 1995, permaneceram em 2004, são eles: peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos; sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento e obras diversas. Enquanto os setores como: gomas, resinas e outros extratos vegetais; produtos farmacêuticos; óleos essenciais e resinóides; obras de couro, artigos de correeiro ou seleiro, etc.; algodão; fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas deixaram de ser pontos fortes tanto por apresentar o indicador de VCR como o TCM inferiores à unidade.

## **Pernambuco**

O estado de Pernambuco não vem mostrando resultados satisfatórios no que se refere às suas exportações nas últimas décadas, o que é visto como um fator preocupante pelo fato de esse estado ser um dos mais desenvolvidos da região Nordeste.

Conforme Galvão & Virgolino (2004, p.179):

“as exportações pernambucanas tiveram um comportamento errático no período 1980-2001, com quedas tanto na participação relativa quanto absoluta das vendas externas. Por volta de 1980, a economia Pernambucana contribuía com 20,67% das exportações totais regionais. Em 1989, caiu para 11,22% e no ano de 2001 chegou ao fundo do poço, com 8,01% do total regional”.

A perda de competitividade dos produtos pernambucanos pode ser vista na Tabela 13, analisando o comportamento dos “pontos fortes” desse estado no período 1995/2004.

Entretanto existem algumas peculiaridades que ocorreram na economia pernambucana nas últimas décadas e que tornaram sua pauta de exportação mais

dinâmica, que devem ser evidenciadas. Uma delas é o complexo agroindustrial da região do submédio São Francisco, que beneficiou a economia Pernambucana e Baiana, mais precisamente as áreas de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA): como salienta Lima (1994, p.62):

“Em função da expansão da agricultura irrigada, a região do submédio São Francisco, que tem como centros maiores as cidades de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), tem apresentado demonstrações evidentes de dinamismo. Nessa fase mais recente, observa-se a intensificação das relações capitalistas e a crescente utilização de tecnologia e insumos com o dispêndio de elevadas somas de capital para a montagem da infraestrutura de irrigação. Nesse processo, a presença do Estado foi crucial, posto que montou a maior parte da infra-estrutura de captação e distribuição de água, cuidando também de aspectos administrativos dos projetos, da assistência técnica etc.”

Acompanhando esse impulso de acumulação, unidades fabris de variados ramos foram sendo instaladas e/ou expandidas, amplificando o dinamismo da área, para o que foi importante também a instalação de distritos industriais (Juazeiro e Petrolina) e as facilidades inerentes de infra-estrutura.

O crescimento dos anos 1970 manteve-se elevado ao longo dos anos 1980, ocorrendo um aprofundamento da intensidade de capital e de tecnologia, sofisticando-se as técnicas de irrigação. Ao mesmo tempo, verifica-se a implantação de grandes projetos de irrigação por parte da CODEVASF, envolvendo a participação de grandes e médias empresas nacionais e mesmo internacionais. Nessa época, instalaram-se, na área, diversas plantas industriais de ramos variados: processamento de alimentos, bens de capital, embalagens, equipamentos para irrigação, materiais de construção, fertilizantes e rações, etc. (LIMA, 1994).

Para que se possa melhor avaliar a expansão econômica da área, encontram-se ali, entre outras, uma usina de açúcar, duas vinícolas, plantas de beneficiamento de tomate, pimentão, aspargos, cenouras e pepinos, mármore, fertilizantes, equipamentos para irrigação, fiação, óleos comestíveis etc., o que mostra o avanço e diversificação da atividade secundária na região (LIMA, 1994).

A continuidade, principalmente em curto prazo, do crescimento agroindustrial no entorno da região de Petrolina/Juazeiro, em parte, pelo menos, está na dependência

da manutenção do fluxo de incentivos fiscais, que têm atraído capitais de fora da região rebaixando o custo do investimento privado (LIMA, 1994).

É importante entender, assumindo que o monitoramento é possível, que o dinamismo do Vale do S. Francisco tem perspectivas de continuidade, mesmo com uma ênfase menor na ação do Estado. Mais ainda, essa expansão tem potencialidades de repercutir sobre a economia da região, ampliando a malha industrial, que, normalmente, acompanha a intensificação capitalista na agricultura (encadeamentos gerados pelo fornecimento de insumos e pelo processamento de bens agrícolas), mas também diversificando a economia em outros ramos industriais e abrindo espaços no setor terciário em função do elevado fluxo de renda e de emprego gerados pelas principais culturas (uva, manga, tomate, etc.) em cultivo na área (LIMA, 1994).

**Tabela 13**  
**Setores mais competitivos – Pernambuco – 1995/2004.**

NCM	Setores	1995		2004	
		VCR	TC	VCR	TC
02	Carnes e miudezas, comestíveis.	7,38	1,52	0,00	0,00
05	Outros produtos de origem animal	2,35	1,08	5,53	-
07	Produtos hortícolas, plantas, raízes, etc.comestíveis.	4,99	4,65	10,86	0,99
10	Cereais	7,38	1,93	5,55	1,15
16	Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos, etc.	7,38	1,60	1,12	0,08
21	Preparações alimentícias diversas	6,15	2,22	1,46	0,15
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres.	3,40	1,56	1,71	0,12
34	Sabões, agentes orgânicos de superfície, etc.	0,00	0,00	1,35	1,12
36	Pólvoras e explosivos artigos de pirotecnia, etc.	7,38	4,17	-	-
40	Borracha e suas obras	6,77	2,44	8,53	1,31
41	Peles, exceto a peleteria (peles com pelo),e couros	1,08	2,20	0,68	1,85
49	Livros, jornais, gravuras, outros produtos gráficos, etc	7,38	1,71	1,55	7,76
55	Fibras sintéticas ou artificiais descontínuas	1,08	1,07	10,57	57,25
58	Tecidos especiais, tecidos tufados, rendas, tapeçarias, etc.	0,54	0,36	12,86	22,21
60	Tecidos de malha	4,85	15,97	0,01	-
61	Vestuário e seus acessórios, de malha.	7,04	2,44	4,91	0,58
66	Guarda-chuvas, sombrinhas, guarda-sóis, bengalas, etc.	7,38	1,25	-	-
67	Penas e penugem preparadas, e suas obras, etc.	-	-	15,55	1,07
69	Produtos cerâmicos	4,50	1,43	10,76	1,76
70	Vidro e suas obras	0,40	0,15	15,33	2,27
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço.	0,49	1,21	2,14	2,39
82	Ferramentas, artefatos de cutelaria, etc.de metais comuns.	1,72	1,73	0,06	2,92
83	Obras diversas de metais comuns	0,00	0,00	8,93	1,04
84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc. mecânicos	1,51	1,05	4,05	2,92
85	Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc.	2,95	1,11	8,19	2,98

Fonte: MDIC – Elaboração Própria, 2005.



Mesmo revelando comportamento errático em suas vendas externas, o estado de Pernambuco está entre os estados que apresentaram maior número de “pontos fortes” no comércio exterior. A Tabela 13 mostra que, em 1995, esse estado registrou dezenove setores como “pontos fortes”, dentre estes, merecem destaque os seguintes: tecidos de malha; produtos hortícolas, plantas, raízes, etc. comestíveis; borracha e suas obras, dentro outros.

No entanto, em 2004, muitos dos setores registrados em 1995 não aparecem como tal. Nesse período, treze setores deixaram de ser considerados como “ponto forte” do comércio pernambucano, por registrar taxa de cobertura das importações e/ou vantagem comparativa revelada inferior à unidade, como exemplo, podem-se citar: carnes e miudezas comestíveis; cereais; vestuário e seus acessórios, exceto de malha.

Pernambuco chegou ao ano de 2004 com apenas doze “pontos fortes”, sendo que seis destes setores se encontravam na pauta de exportação do estado em 1995: borracha e suas obras; fibras sintéticas ou artificiais descontínuas; etc. Dessa forma, apenas seis novos setores foram considerados “pontos fortes” no comércio exterior pernambucano por indicar VCR e TC, simultaneamente, maiores que a unidade, dentre os quais, destacaram-se os seguintes setores: tecidos especiais, tecidos tufados, rendas, tapeçarias, etc.; obras diversas de metais comuns, e outros.

## **Ceará**

Gomes & Reis (2001, p.13), fazendo um estudo sobre a competitividade do estado do Ceará no período de 1970 a 1994, observam que:

“Ao longo do período analisado (70-94), o que se verifica é que houve uma pequena participação do estado do Ceará no comércio mundial devido ao pequeno poder competitivo da maioria dos segmentos produtivos. Apesar de as exportações concentrarem-se em setores nos quais a economia cearense apresenta vantagens comparativas tradicionais, verifica-se a inexistência de planejamento direcionado para o segmento exportador. Este fato é evidenciado pelo descaso com um padrão mínimo de qualidade dos produtos, pela concentração das exportações em produtos com reduzido valor adicionado e, principalmente, pela instabilidade das exportações que, em grande parte, flutuaram de acordo com o comportamento climático da região, os níveis de produtividade dos setores

produtivos e as condições de oferta de outros países produtores no mercado internacional.”

Entretanto, de 1995 a 2004, a economia cearense foi uma das que apresentou melhor performance no comércio exterior quando se aplica o critério dos “pontos fortes”. Esse fato se deve aos incentivos fiscais concedidos pelo governo do estado para que indústrias se instalem no estado, além de outras mudanças ocorridas na estrutura produtiva do estado.

Um dos setores que sofreu maior transformação em termos de ampliação da estrutura produtiva no Ceará foi o setor têxtil. Conforme ressalta Lima (1994, p.68):

“Com a criação de SUDENE, o setor têxtil nordestino sofreu um processo de intensa modernização, findo o qual fecharam inúmeras empresas obsoletas e outras, atualizadas tecnologicamente, surgiram. Nesse processo, mudou também a localização do parque regional, tendo Pernambuco sofrido grandes perdas, em boa parte por ter sido a Região Metropolitana do Recife, entre 1969 e 1987, excluída da faixa de prioridades da SUDENE, enquanto o Ceará ampliava sua participação.”

Corroborando o exposto acima, Gomes & Reis (2001, p.17) afirmam que:

“A indústria têxtil cearense foi bastante favorecida pelos incentivos creditícios promovidos pela Sudene para a instalação de empreendimentos no Nordeste, ao longo da década de 70. Nessa década, as exportações de algodão em pluma e fios de algodão e poliéster significaram para sua indústria o quarto lugar entre os segmentos exportadores.”

Nesse ínterim, ocorreu também uma desintegração da indústria em nível regional, com a gradativa queda de produção de algodão no Nordeste, dada a praga do bicudo. Com isso, as fiações passaram crescentemente, a comprar matéria-prima fora da região e no exterior, mas, mesmo assim, assumiam um papel cada vez mais expressivo no setor, principalmente pelo elevado nível de atualização tecnológica. Enquanto isso, a tecelagem perdeu peso na região, concentrando-se no Centro-Sul, porém o outro elo da cadeia, o de confecções, despontou com crescente importância, inclusive em nível nacional (LIMA, 1994).

Na década de 1980, estimulada pelos incentivos à modernização do parque industrial nordestino, a indústria têxtil continuou ampliando sua capacidade produtiva.

As medidas direcionadas à promoção das exportações, implementadas pelo governo federal e conjugadas a uma maior demanda externa, tornaram bastante atrativas as vendas de seus produtos para o mercado internacional. Por isso, o decréscimo da produção estadual de algodão e seu comprometimento pela praga do bicudo, significaram apenas a saída deste item da pauta de exportações. A indústria têxtil cearense assegurou a continuidade do crescimento das exportações de fios de algodão e a entrada de um novo produto (tecidos de algodão e fibras sintéticas), aumentando as importações de matéria-prima nas demais regiões produtoras (GOMES & REIS, 2001).

Em 1991, reduziu-se, para a indústria têxtil nacional, a dependência da produção interna de matéria-prima, já que as suas condições de compra no mercado internacional passaram a ser mais atrativas, em decorrência da implementação da política de liberação de importações pelo governo Collor. Baixas taxas de importação, crédito subsidiado e prazo de 60 dias para o pagamento das compras efetuadas no exterior, com juros de 8% ao ano, contribuíram para inverter a posição do estado de exportador para importador líquido de algodão no comércio internacional (GOMES & REIS, 2001).

Dessa forma, o setor têxtil contribuiu, no período analisado, para uma maior inserção do estado no comércio internacional. Este desempenho foi favorecido pelo fato de os incentivos de crédito, conjugados à execução do Programa Têxtil Integrado do Ceará - lançado em 1977 e promovido por meio da ação conjunta de empresários, governo estadual, Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Sudene, terem viabilizado a modernização desse segmento industrial, que, associado à possibilidade de obtenção de matéria-prima a baixos custos - em outros Estados e no exterior, neste último, particularmente, a partir de 1991 - impediram que as suas exportações fossem comprometidas pela instabilidade da produção estadual. A crescente demanda externa de produtos da indústria têxtil cearense, estimulada pela melhoria da competitividade de seus produtos, promovida pela modernização deste setor, favoreceu o ganho de posições entre os principais setores voltados para o mercado internacional (GOMES & REIS, 2001).

Participando ativamente dessas modificações, a indústria têxtil/confecções do Ceará, mais especificamente de Fortaleza, desponta hoje como um dos importantes centros do setor, tanto em nível regional, quanto nacional (LIMA, 1994).

O estado do Ceará vem demonstrando, nas últimas duas décadas, uma evolução bastante satisfatória em seu crescimento econômico, e isto vem tendo um reflexo positivo em seu comércio exterior. Como afirmam Galvão & Virgolino (2004, p. 208):

“Tal comportamento demonstra, em primeiro lugar, uma forte transformação do aparelho produtivo do estado, resultado da ação de seus agentes privados, que adotaram uma estratégia de crescer tanto em termos de mercado interno quanto externo. Em segundo lugar, merecem destaque as mudanças na pauta dos produtos exportados, que apresentou um desempenho extremamente positivo nos anos recentes”.

O Ceará marcou seu comércio exterior nos anos de 1990 por uma acelerado crescimento das importações, fator que está relacionado aos fortes investimentos feitos no estado com o objetivo de dinamizar a economia cearense. Assim, cresceram sobremaneira as importações em equipamentos e insumos industriais para a construção do novo aeroporto, do porto do Pecém e do metrô, que ainda está em fase de construção.

A tabela 14 abaixo mostra o desempenho do comércio exterior cearense pelo critério dos “pontos fortes”.

**Tabela 14**  
**Setores mais competitivos – Ceará – 1995/2004**

NCM	Setores	1995		2004	
		VCR	TC	VCR	TC
03	Peixes e crustáceos, moluscos e outs invertebr aquáticos	8,42	19,60	3,35	38,47
04	Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural, etc.	-	-	5,06	12,27
05	Outros produtos de origem animal	1,45	4,61	0,70	0,22
06	Plantas vivas e produtos de floricultura	-	-	8,52	1,04
08	Frutas, cascas de cítricos e de melões.	8,11	0,93	3,89	1,46
10	Cereais	0,00	0,00	6,02	2,22
11	Produtos da indústria de moagem, malte, amidos, etc.	8,89	2,22	6,49	554,24
15	Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc.	4,98	10,02	2,60	0,70
21	Preparações alimentícias diversas	0,02	0,01	7,54	55,65
25	Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento.	0,04	0,02	1,02	10,01
30	Produtos farmacêuticos	5,36	4,03	0,00	0,00
35	Matérias albuminóides, produtos a base de amidos, etc.	0,00	0,00	8,00	3,45
41	Peles, exceto a peleteria (pele com pelo), e couros	1,50	3,59	5,20	2,66
42	Obras de couro, artigos de correeiro ou de seleiro, etc.	0,75	0,30	9,03	2,05
46	Obras de espartaria ou de cestaria	1,66	27,91	1,14	-
52	Algodão	9,31	1,37	5,03	1,00
55	Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas.	9,21	1,06	1,55	0,30
62	Vestuário e seus acessórios, exceto de malha.	2,01	0,26	5,32	1,73
63	Outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos, etc.	2,25	1,62	0,51	0,36
64	Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes.	5,32	0,70	6,16	1,14
68	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica, etc.	1,60	0,99	4,06	2,19
70	Vidro e suas obras	11,24	5,81	0,11	0,02
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	11,23	31,48	6,57	27,96
83	Obras diversas de metais comuns	12,04	3,93	3,01	64,92
84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc. mecânicos	9,35	3,28	3,00	5,22
87	Veículos automóveis, tratores, etc.suas partes/acessórios.	12,04	1,72	0,13	3,60
90	Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc.	7,07	2,79	4,78	5,40
91	Relógios e aparelhos semelhantes, e suas partes.	-	-	5,23	1,10
92	Instrumentos musicais, suas partes e acessórios.	10,87	5,09	1,01	0,11
95	Brinquedos, jogos, artigos p/ divertimento, esportes, etc.	8,92	4,43	0,02	0,01

Fonte: MDIC – Elaboração Própria, 2005.

O Ceará, assim como Pernambuco, revelou competitividade em uma pauta de exportação relativamente diversificada, visto que dos noventa e nove setores dezoito faziam parte da pauta de exportação cearense em 1995, dentre estes, merecem destaque os seguintes: obras de ferro fundido, ferro ou aço; obras de espartaria ou de cestaria; peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos, dentre outros (ver Tabela 14).

Em 2004, o Ceará perdeu competitividade em nove dos dezoito setores registrados como “pontos fortes” em 1995, sendo o caso de setores como: outros produtos de origem animal; produtos farmacêuticos; vidro e suas obras e veículos

automóveis, tratores, etc. suas partes/acessórios. No entanto, nesse mesmo ano, o estado do Ceará ganhou competitividade em doze novos setores, dentre os quais, destacaram-se os setores: leite e laticínios, ovos de aves, mel natural, etc. e preparações alimentícias diversas.

É importante salientar que o estado do Ceará permaneceu competitivo em oito dos dezenove setores registrados como “pontos fortes” em 1995 (peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos; produtos da indústria de moagem, malte, amido, etc.).

## **Bahia**

O carro-chefe da economia nordestina é o estado da Bahia. Esse estado é, sem dúvida, o mais rico da região Nordeste. Como visto anteriormente na Tabela 4, somente esse estado responde por mais de 50% das exportações nordestinas. Sua estrutura produtiva é bastante sólida, se comparada ao restante dos estados nordestinos, e isso proporciona maior crescimento econômico a economia baiana. Vale ressaltar que as importações baianas também representam quase metade das importações regionais.

As pautas de exportação e importação da Bahia passaram por profundas transformações ao longo dos anos de 1980 e 1990. Conforme Galvão & Virgolino (2004, p. 153):

“ no período anterior ao processo de abertura, isto é, antes de 1990, as exportações do estado apresentaram taxas de variações anuais bastante erráticas, reflexo, provavelmente, tanto do processo de consolidação de seu principal complexo exportador – pólo petroquímico – quanto das crises estruturais vivenciadas pelos setores agrícolas tradicionais do estado, como cacau e algodão.”

A implantação do pólo de Camaçari foi um dos alicerces para a crescente participação da Bahia nas exportações nordestinas, como ressalta Lima (1994, p.59):

“O Pólo Petroquímico de Camaçari é a primeira manifestação concreta de descentralização da chamada indústria pesada que teve como agente o investimento estatal. Inserido em meio à política de substituição de importações e à estratégia de "desconcentração concentrada" das atividades industriais, o Pólo Petroquímico de Camaçari constitui-se num dos principais

pilares da crescente importância da produção de bens intermediários no Nordeste.”

O novo desenho da matriz produtiva do estado, consubstanciado na ampliação do pólo petroquímico e também na implantação de um forte pólo metal-mecânico, como um corolário da implantação de uma grande planta automotiva no estado, associado à importação de bens de consumo duráveis como consequência do processo de abertura, são elementos que podem explicar essa trajetória ascendente das comparações externas (GALVÃO & VIRGOLINO, 2004).

O que nos parece importante destacar é que o Pólo insere-se no principal espaço até aqui aberto ao Nordeste no processo de integração, qual seja, o de suprimento de bens intermediários. A etapa seguinte de transformação petroquímica final enfrenta dificuldades ligadas aos custos de transporte, vez que, nessa etapa, ocorre a agregação de volume, o que encarece aqueles custos e induz a localização das plantas industriais próximas ao mercado consumidor (LIMA, 1994).

Ao lado de outros investimentos na indústria pesada (Refinaria Landulfo Alves, Centro Industrial de Aratu, etc.), o pólo de Camaçari concorreu fortemente para alterar estruturalmente a economia baiana, aumentando o peso do setor secundário de 12,0%, em 1960, para 30% do PIB estadual em 1990. Cabe ainda mencionar que, entre 1970 e 1980, a Bahia, basicamente em função do Pólo, cresceu em 20,7% sua participação no VTI (Valor da Transformação Industrial) da indústria de transformação do País, expansão que persistiu nos anos 1980, tendo o Estado, em 1987, 3,88% do mesmo VTI (3,54% em 1960) (DINIZ & LEMOS, 1989 *apud* LIMA, 1994).

No intervalo 1989-2001, houve uma mudança positiva no sentido da incorporação de novos produtos na pauta, especialmente no seguimento da indústria de papel e celulose. *Pari passu*, decresceu a participação dos produtos de origem agrícola, com o forte declínio do cacau e seus derivados, produto de grande importância na pauta do estado (GALVÃO & VIRGOLINO, 2004).

Dessa forma, a transformação das estruturas de mercado do comércio externo da Bahia deve-se, de um lado, à farta disponibilidade de recursos naturais do estado e, de outro, à agressiva campanha institucional de atração de novos empreendimentos desenvolvida pelo governo estadual, a que resultou na implantação de diversos projetos de grande efeito multiplicador, tendo como exemplo concreto o atual pólo automotivo em fase de implantação.

Um aspecto que não foi destacado no capítulo anterior sobre o estado da Bahia, mas que merece ser enfatizado, é a vigorosa expansão do cerrado baiano, que, como destaca Santos Filho *apud* Lima (1994, p. 56):

“está associada à introdução e rápida expansão da soja. Esta foi implantada na área em função das migrações de agricultores do Sul do País, dos avanços tecnológicos que viabilizaram o cultivo da soja nos cerrados, bem como em função dos subsídios governamentais.”

É importante ressaltar que a participação do Estado tem sido, sem dúvida, decisiva para essa arrancada, seja por meio da infra-estrutura que, bem ou mal, vem sendo expandida, seja mediante dos mecanismos da política agrícola, que têm apoiado decisivamente a expansão das culturas mais voltadas para o mercado externo (LIMA, 1994).

Deve-se salientar que, na safra 1991/92, foram produzidas cerca de 800 mil toneladas de grãos no Oeste da Bahia, principalmente soja, milho, arroz e feijão, sendo de 460 mil toneladas a fatia correspondente à soja. Com isso, essa região já se constitui na maior área produtora de grãos do Nordeste do País. Como desdobramentos importantes desse intenso crescimento, já foram instaladas, no Município de Barreiras, duas plantas industriais de processamento de soja do porte de 270 mil toneladas/ano, a Olvebasa, e de 450 mil toneladas/ano, a Ceval, esta inaugurada em 1992 (QUEIROZ, 1992 *apud* LIMA, 1994).

A Tabela 15 mostra os setores que podem ser considerados “pontos fortes” do comércio exterior da economia baiana no período de 1995 e 2004, além daqueles que entraram ou saíram desta classificação no período em questão.



**Tabela 15**  
**Setores mais competitivos Bahia – 1995/2004.**

NCM	Setores	1995		2004	
		VCR	TC	VCR	TC
18	Cacau e suas preparações	2,21	1,05	1,96	0,99
19	Preparações a base de cereais, farinhas, amidos, etc.	2,21	2,03	0,01	0,04
20	Preparações de produtos hortícolas, de frutas, etc.	1,00	2,54	0,23	0,90
23	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, etc.	2,21	11,18	1,87	12,47
24	Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	1,60	0,72	1,68	2,13
25	Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento.	2,02	1,94	0,88	0,62
27	Combustíveis minerais, óleos minerais, etc. ceras minerais	2,21	2,15	1,29	1,37
29	Produtos químicos orgânicos	1,82	1,08	1,77	1,81
31	Adubos ou fertilizantes	2,07	2,56	0,01	0,01
32	Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados, etc.	2,21	2,80	1,80	2,28
34	Sabões, agentes orgânicos de superfície, etc.	2,20	3,32	1,79	2,39
37	Produtos para fotografia e cinematografia	2,21	1,32	1,98	1,22
38	Produtos diversos das indústrias químicas	2,20	1,26	1,95	1,32
39	Plástico e suas obras	1,64	1,14	1,68	1,81
44	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	1,88	10,00	1,03	5,32
46	Obras de espartaria ou de cestaria	0,00	0,00	1,27	2,00
47	Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas, etc.	2,21	1,71	1,98	2,16
48	Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel, etc.	2,19	3,13	1,81	4,05
53	Outras fibras têxteis vegetais, fios de papel, etc.	2,14	124,23	1,97	6,29
54	Filamentos sintéticos ou artificiais	1,93	17,86	1,94	4,91
56	"Pastas ("ouates"), feltros e falsos tecidos, etc."	0,98	31,50	1,46	1,04
59	Tecidos impregnados, revestidos, recobertos, etc.	0,01	0,01	1,42	1,01
68	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica, etc.	1,71	3,36	0,03	0,94
71	Perolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc.	2,21	1,21	1,95	11,35
72	Ferro fundido, ferro e aço.	1,13	1,72	0,56	11,60
74	Cobre e suas obras	2,21	1,01	1,98	1,57
75	Níquel e suas obras	2,21	1,01	-	-
81	Outros metais comuns, ceramais, obras dessas matérias.	2,21	2,25	0,30	0,22
82	Ferramentas, artefatos de cutelaria, etc. de metais comuns	1,69	1,31	1,90	1,65
85	Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc	1,32	3,55	0,80	0,60
87	Veículos automóveis, tratores, etc. suas partes/acessórios.	0,00	0,00	1,95	1,01
89	Embarcações e estruturas flutuantes	2,21	15,22	0,00	0,00
94	Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc.	0,04	0,07	1,67	1,13
95	Brinquedos, jogos, artigos p/ divertimento, esportes, etc.	0,00	0,00	1,50	2,65
97	Objetos de arte, de coleção e antiguidades.	-	-	1,42	1,45

Fonte: MDIC – Elaboração Própria, 2005.

Pela caracterização da estrutura produtiva delineada anteriormente, a Bahia foi o estado que revelou maior número de “pontos fortes”, comprovando a relativa diversificação da pauta de exportação desse estado, pois, como pode ser observado pela Tabela 15, dos noventa e nove setores, a Bahia, em 1995, possuía vinte e sete setores que, pelo critério de Gutman & Miotti *apud* Hidalgo (1998), podiam ser considerados

“pontos fortes”. Dentre esses vinte e sete setores, destacaram-se: resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, etc; outras fibras têxteis vegetais, fios de papel, etc e outros.

O estado da Bahia chegou ao ano de 2004 com vinte e quatro setores classificados como pontos fortes, como exemplo, podemos destacar: resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, etc; sabões, agentes orgânicos de superfície, etc. dentre outros.

Deve-se salientar que alguns setores deixaram de ser considerados pontos fortes porque apresentaram os indicadores de VCR e/ou TCM inferiores à unidade, este é o caso de setores como: ferro fundido, ferro e aço; preparações a base de cereais, farinhas, amidos, etc. Faz-se necessário ressaltar que os setores em que não aparece um valor para a TCM ou VCR são porque o estado ou a região mostrou valor zero para importação ou exportação daquele setor. Como, por exemplo, os setores: material para entrançar e outros produtos de origem vegetal; níquel e suas obras.

O estado da Bahia perde competitividade em dez dos vinte e sete setores registrados como “pontos fortes” em 1995, tendo como exemplo os seguintes setores: preparações a base de cereais, adubos, farinhas amidos, etc.; adubos ou fertilizantes; ferro fundido, ferro ou aço, dentre outros.

A Tabela 15 também mostra os setores que não eram “pontos fortes” no comércio exterior baiano em 1995, mas que passaram a ser em 2004, tais como os setores: veículos automóveis, tratores, etc. suas partes/acessórios; móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc.; objetos de arte, de coleção e antiguidades, dentre outros.

Vale destacar ainda que dos vinte e sete setores considerados como “pontos fortes” em 1995, dezesseis continuaram, em 2004, na pauta de exportação baiana na condição de setores competitivos, entre os mais importantes, podem-se destacar: resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, etc; pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc e outras fibras têxteis vegetais, fios de papel, etc.

### **3.3.4 – Coeficiente de Especialização Relativa**

A análise do Coeficiente de Especialização Relativa (CSR) foi feita por meio da comparação deste indicador para o ano de 1995 e 2004, com o objetivo de identificar possíveis mudanças na pauta de exportação da região. Os resultados podem ser vistos na Tabela 16.

**Tabela 16**  
**Coeficiente de Especialização Relativa da Região Nordeste (1995/2004)**

NCM	Setores	1995	2004
53	Outras fibras têxteis vegetais, fios de papel, etc.	7,12	10,70
74	Cobre e suas obras	9,19	9,55
03	Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos.	5,93	8,44
08	Frutas, cascas de cítricos e de melões.	7,52	7,99
18	Cacau e suas preparações	7,16	7,21
29	Produtos químicos orgânicos	5,05	5,58
56	"Pastas ("ouates"), feltros e falsos tecidos, etc."	6,95	4,36
57	Tapetes, outros revestimentos para pavimentos, de materiais têxteis.	2,41	4,23
58	Tecidos especiais, tecidos tufados, rendas, tapeçarias, etc.		4,11
52	Algodão	2,22	3,44
07	Produtos hortícolas, plantas, raízes, etc.comestíveis.		3,08
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres.	1,94	2,78
63	Outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos, etc.		2,63
76	Alumínio e suas obras	3,59	2,44
27	Combustíveis minerais, óleos minerais, etc.ceras minerais.	2,58	2,26
83	Obras diversas de metais comuns		2,18
34	Sabões, agentes orgânicos de superfície, etc.	2,15	2,17
46	Obras de espartaria ou de cestaria	1,50	2,12
17	Açúcares e produtos de confeitaria	4,15	2,04
25	Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento.	2,13	1,85
41	Peles, exceto a peleteria (peles com pelo), e couros.	1,56	1,81
39	Plásticos e suas obras	3,11	1,79
61	Vestuário e seus acessórios, de malha.	1,49	1,78
64	Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes.		1,76
62	Vestuário e seus acessórios, exceto de malha.		1,74
28	Produtos químicos inorgânicos, etc.	2,57	1,64
60	Tecidos de malha		1,58
59	Tecidos impregnados, revestidos, recobertos, etc.		1,55
47	Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas, etc.	1,44	1,46
54	Filamentos sintéticos ou artificiais	1,77	1,37
13	Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais.	1,54	1,33
71	Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc.	1,63	1,17
31	Adbos ou fertilizantes	3,27	
43	Peleteria (peles com pelo), suas obras, peleteria artificiais.	1,14	
55	Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas.	1,90	
61	Vestuário e seus acessórios, de malha.	1,49	
68	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica, etc.	1,09	

Fonte: MDIC – Elaboração Própria, 2005.

A análise da Tabela 16 revela que, para o ano de 1995, dos noventa e nove setores analisados, a região Nordeste registrou especialização em relação ao Brasil (CSR maior que a unidade) em vinte e nove setores, destacando-se os seguintes: outras fibras têxteis vegetais, fios de papel, etc.; cobre e suas obras; peixes, crustáceos,

moluscos e outros invertebrados aquáticos; frutas, cascas de cítricos e melões; cacau e suas preparações; produtos químicos orgânicos.

No ano de 2004, a região Nordeste apresentou especialização em relação ao Brasil em trinta e dois setores, sendo que permaneceu com CSR bastante significativo na maior parte dos setores registrados em 1995.

A tabela 16 também mostra que a região perdeu especialização em relação ao Brasil no ano de 2004, quando comparado a 1995, nos seguintes setores: peleteria (pele com pêlo), suas obras, peleteria artificial; fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas; vestuário e seus acessórios, de malha e obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica, etc. No entanto, em 2004, a região ganhou especialização em relação ao Brasil nos setores: tecidos especiais, tecidos tufados, rendas, tapeçarias, etc.; produtos hortícolas, plantas, raízes, etc. comestíveis; outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos, etc.; obras diversas de metais comuns, e outros.

### **3.3.5 – Comércio Intra-Setorial nos Estados da Região Nordeste**

O Índice de Concentração por Setor (ICS) e a identificação dos “pontos fortes” de cada estado da região Nordeste mostraram uma característica marcante do comércio exterior nordestino, qual seja: um comércio altamente concentrado em poucos setores, refletindo um baixo dinamismo no comércio internacional dos estados da região. No entanto, outra maneira de expor o grau de dinamismo da economia nordestina no comércio exterior é por meio do indicador de comércio intra-setorial, pois este indicador, como visto anteriormente nos aspectos metodológicos, reflete-se no grau de especialização do comércio exterior de uma economia, dado que é explicado pelas economias de escala e pela diferenciação de produtos e, dessa forma, quanto mais próximo de um for esse indicador, maior será a integração da economia ao comércio internacional e, conseqüentemente, maior o seu grau de especialização pela utilização de economia de escala e pela capacidade de diferenciação de produtos.

**Tabela 17**  
**Indicador de comércio intra-setorial para os Estados da Região Nordeste**  
**(1995-2004)**

Estados	Indicador de Comércio Intra-setorial									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Alagoas	0,54	0,78	0,57	0,44	0,42	0,45	0,35	0,59	0,24	0,26
Bahia	0,84	0,88	0,92	0,90	0,96	0,93	0,96	0,88	0,75	0,85
Ceará	0,70	0,64	0,68	0,74	0,79	0,82	0,92	0,92	0,83	0,80
Maranhão	0,45	0,76	0,71	0,66	0,71	0,78	0,79	0,86	0,94	0,75
Paraíba	0,57	0,72	0,58	0,52	0,66	0,68	0,92	0,80	0,53	0,63
Pernambuco	0,84	0,59	0,59	0,57	0,53	0,47	0,49	0,55	0,68	0,81
Piauí	0,68	0,88	0,88	0,63	0,41	0,40	0,56	0,42	0,30	0,37
Rio G. do Norte	0,99	0,97	0,85	0,93	0,84	0,64	0,64	0,68	0,70	0,39
Sergipe	0,46	0,57	0,48	0,44	0,37	0,48	0,34	0,54	0,57	0,64

Fonte: MDIC – Elaboração Própria, 2005.

Os resultados do cálculo desse indicador estão na Tabela 17; como já se podia prever, os estados que assinalaram um menor índice de concentração setorial e um maior número de “pontos fortes” apresentaram também um maior comércio intra-setorial: Bahia, Ceará e Pernambuco, em que os valores do indicador de comércio intra-setorial para estes três estados, em 1995, foram de: 0,84; 0,70 e 0,84 respectivamente.

Em 2004, os estados da Bahia e Ceará aumentaram o grau de comércio intra-setorial, pois o indicador passou a assumir os valores de 0,85 e 0,80 respectivamente, ao passo que o estado de Pernambuco reduziu um pouco seu comércio intra-setorial para o ano considerado, passando para 0,81.

Os estados de Alagoas, Piauí e Rio Grande do Norte reduziram, significativamente, o comércio intra-setorial, os dois primeiros passaram de 0,54 e 0,68, em 1995, para 0,26 e 0,37 em 2004 respectivamente. No entanto o estado em que a variação desse indicador chama mais atenção na análise é o Rio Grande do Norte, pois, em 1995, este estado apontava um indicador de comércio intra-setorial bem próximo de um (0,99), mas, em 2004, se reduziu drasticamente, passando para 0,39.

Os estados do Maranhão, Paraíba e Sergipe registraram um resultado bastante favorável para esse indicador, principalmente, o Maranhão e Sergipe, que possuíam um indicador de comércio intra-setorial de 0,45 e 0,46 em 1995 e passaram, em 2004, a apresentar valores de 0,75 e 0,64 respectivamente.

Como pode ser constatado pelos resultados do indicador de Comércio Intra-Setorial, alguns estados da região Nordeste ainda evidenciaram uma pauta de exportação pouco especializada, visto que o comércio de exportação e importação simultânea dos seus setores revelou-se baixo.

### **3.4 – Considerações Finais**

A inserção dos estados da região Nordeste no comércio exterior ainda se mostra, de um modo geral, de forma bastante frágil. O que se constatou, neste capítulo, por meio dos resultados do cálculo dos indicadores sugeridos, é que os estados da região Nordeste podem ser divididos em dois grandes grupos no que se refere ao comércio exterior. O primeiro grupo é composto por aqueles que registraram, tanto em 1995 quanto em 2004, resultados favoráveis ao comércio exterior, são eles: Bahia, Ceará e Pernambuco; e o segundo grupo é formado pelo restante dos estados (Alagoas, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe). Tais estados, de uma maneira geral, apresentaram resultados não muito favoráveis ao comércio exterior, ressaltando que o estado da Paraíba, mesmo fazendo parte do segundo grupo, expôs resultados favoráveis para alguns dos indicadores calculados.

A maioria dos estados concentrou suas exportações em poucos setores no período analisado, exceção feita aos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, que, em relação aos demais, possui uma pauta diversificada, o que foi visto mediante do Índice de Concentração das Exportações por Setor (ICS), em que o alto valor desse indicador também se reflete em resultado desfavorável no que se refere ao número de setores que podem ser considerados “pontos fortes” ou setores mais competitivos.

O comércio intra-setorial é pouco expressivo para alguns estados, tais como Alagoas, Piauí e Rio Grande do Norte, que, em 1995, tinham um significativo comércio intra-setorial, mas chegaram a 2004 perdendo em termos desse indicador. Novamente, Bahia, Ceará e Pernambuco são os estados que conseguiram manter, ao longo do período, um comércio intra-setorial significativo e, de um modo geral, o resultados desse indicador se refletem em um baixo grau de especialização produtiva da região Nordeste.

No que se refere ao Coeficiente de Especialização Relativa (CSR), os resultados evidenciaram que a região revelou especialização positiva em relação ao Brasil em, aproximadamente, um terço dos setores analisados.

A principal conclusão deste capítulo é que, além dos indicadores analisados terem apresentado resultados pouco favoráveis ao comércio exterior de toda a região Nordeste, a sua pauta de exportação é composta por produtos oriundos de setores que possuem pouco valor agregado, intensivos em recursos naturais e trabalho, ou seja, aqueles que mais dificuldade enfrentam na inserção internacional, pelo fato desses produtos serem mais sensíveis a oscilações da demanda e sofrerem com a questão das barreiras comerciais impostas, na maioria das vezes, pelos países desenvolvidos. No entanto não se pode deixar de destacar a melhora qualitativa para alguns estados e quantitativa para outros no que se refere às suas pautas de exportação, especialmente nos pólos de desenvolvimento que estão solidificando a estrutura produtiva de alguns estados, tais como Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco.

Dentro desse contexto, é que se faz necessária uma ação ativa dos governos estaduais no sentido de dar continuidade ao desenvolvimento desses pólos de desenvolvimento e adotarem políticas de incentivo as exportações dos setores em que cada estado possua competitividade para, no longo prazo, tentar desconcentrar a estrutura produtiva do Nordeste e, conseqüentemente, sua pauta de exportação, gerando, assim, um efeito multiplicador em setores que ainda não participam da pauta de exportação desses estados.

## **CAPÍTULO IV - ANÁLISE DIFERENCIAL-ESTRUTURAL: UMA APLICAÇÃO PARA A PAUTA DE EXPORTAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE E SEUS ESTADOS**

### **4.1 – Introdução**

A análise dos indicadores de competitividade da região Nordeste e de seus nove estados delineou as assimetrias entre as economias estaduais nordestinas, deixando claro que os estados da região Nordeste têm uma pauta de exportação bastante concentrada, pois dos nove estados, em média, somente três respondem por mais de cinquenta por cento das exportações da região.

O que se pôde observar até aqui é que o processo de abertura comercial não trouxe uma ampliação expressiva no leque de produtos exportados pela região, de um modo geral, e por seus estados mais especificamente. Em segundo lugar, como desenvolvido no capítulo II, as economias estaduais reforçaram sua capacidade exportadora em produtos os quais já agregavam vantagem comparativa revelada antes da abertura comercial. Ou seja, o processo de abertura comercial brasileira impactou o padrão de especialização de cada estado, reforçando a divisão estadual do trabalho, dado que, para cada estado, se tornou mais viável ampliar a competitividade naqueles setores em que já se indicava vantagem em relação a outros estados e até mesmo em relação ao país. Da forma como foi implementada a abertura comercial brasileira e pelas características de criação do aparelho produtivo nacional, não restaram muitas alternativas a não ser se especializar em setores que já participavam expressivamente da pauta de cada estado. Assim, se essa pauta era composta por poucos produtos no período que antecedeu a abertura, ficou ainda mais difícil diversificá-la depois da abertura.

No entanto deve-se ressaltar o esforço feito pelos governos estaduais na tentativa de melhorar seus respectivos aparelhos produtivos para aumentar a competitividade de seus produtos no mercado externo, com a construção de uma infraestrutura que, mesmo ainda não atendendo de forma eficiente às necessidades dos setores de exportação, vem gerando oportunidades de ampliar a pauta exportadora de cada estado, especialmente os pólos de desenvolvimento vistos no capítulo anterior.

Para captar as mudanças ocorridas na estrutura produtiva e no ambiente sistêmico dos setores de exportação da região e de seus estados, este capítulo analisará a



evolução das exportações estadual e regional por meio da aplicação do método diferencial-estrutural.

Espera-se que a aplicação desse método possa não só elucidar os resultados obtidos com os indicadores calculados no capítulo III, como também captar as mudanças ocorridas na pauta de exportação que não ficaram claras quando se analisaram os demais indicadores.

Além desta introdução, este capítulo divide-se em quatro itens. O segundo item 4.2 tratará dos aspectos metodológicos; o item analisará o resultado da aplicação do método estrutural-setorial para os estados da região Nordeste e de toda a região, além de comparar as composições das pautas de exportação dos estados, da região e do mundo. O item 4.4 fará as considerações finais deste capítulo.

## **4.2 – Notas Metodológicas**

O cálculo do constante *market-share* ou método *shift and share*, ou ainda diferencial-estrutural, será utilizado para analisar a evolução das exportações da região em sua totalidade e de seus nove estados no período em questão.

O método diferencial-estrutural consiste na comparação entre o crescimento real, ou seja, o que verdadeiramente foi verificado e o teórico, isto é, o que a região possuiria, caso seu crescimento ocorresse às mesmas taxas do país (ROLIM, 1996).

Tal método é usado para analisar o crescimento do emprego, indústria, setor ou fluxo de comércio de um país, estado ou região. Conforme Pereira (1997), o método fundamenta-se em uma simples identidade e não constitui um modelo comportamental; não tem como objetivo gerar interpretações teóricas, mas descrever variações estruturais.

Apesar de sua simplicidade, a análise diferencial-estrutural é um poderoso instrumento de sistematização de informações que, bem empregado, levanta as pistas para estudos mais aprofundados setorialmente e também pode sugerir indicações para a política de desenvolvimento regional (ROLIM, 1996).

A análise diferencial-estrutural, desde sua formulação original, sofreu algumas modificações. De acordo com Pereira (1997, p.92):

"Na formulação original do método, o crescimento de um setor em determinada região se decompõe em um componente estrutural e em outro diferencial. Assim, as diferenças de crescimento que possam ocorrer, advindas desses dois componentes, irão refletir as variações entre o crescimento real apresentado na região e as variações teóricas, o que deveria ocorrer caso a região apresentasse as mesmas taxas de crescimento do estado ou do país. Os sinais positivos ou negativos, dos componentes estrutural e diferencial, relacionam-se com a situação de cada setor ou região em relação ao seu dinamismo estrutural ou diferencial".

O efeito estrutural, também conhecido como proporcional, relaciona-se a estrutura produtiva de determinada região, ou seja, se esta estrutura indica setores mais ou menos dinâmicos em relação ao país e indica o grau de especialização dessa região nestes setores. Segundo Haddad, Pereira & Andrade (1989, p.251):

“O componente estrutural nos informa que, no processo de desenvolvimento nacional, há alguns setores que crescem mais rapidamente que os demais, e que os fatores responsáveis por estas diferentes taxas de crescimento setorial em nível nacional são: variações na estrutura da demanda, variações de produtividade, inovações tecnológicas, etc.”

No mesmo sentido, como destacam Rosa; Santos & Alexandrino (2004), em um estudo sobre a evolução do emprego na década de 1990 em alguns municípios do estado do Ceará, o componente estrutural é o montante adicional de emprego que o município obteve como resultante de sua composição industrial, em que há uma variação positiva, mostra que o município evidencia setores da economia com altas taxas de crescimento.

Portanto, se o componente estrutural ou efeito estrutural revela sinal positivo aponta que a região ou país possui setores mais dinâmicos em seu parque industrial e, dessa forma, tem uma grande possibilidade de se especializar em tais setores.

Por outro lado, o efeito diferencial ou regional reflete a capacidade de uma determinada região oferecer vantagens comparativas para certos setores em relação a outras regiões, e tais vantagens advêm de baixos custos de transporte, subsídios e incentivos fiscais para alguns setores, reduzidos custos com matérias-primas, etc. Assim, este último efeito está diretamente ligado à criação de um ambiente favorável via políticas macroeconômicas, industriais e de comércio exterior, que resultam na geração e manutenção das vantagens comparativas para determinados setores de uma

região, o que se define como *ambiente sistêmico*. Todo este ambiente fornece vantagens locais para essa região, isto é, a vantagem que um dado setor possui em se localizar em determinada região.

Dessa forma, conforme Haddad *apud* Pereira (1997, p.93)

"O efeito diferencial indica quais são os setores que crescem mais rapidamente em uma região que em outras, refletindo, assim, vantagens quanto à sua localização. Portanto, a ação de forças, tais como variação nos custos dos transportes, estímulos fiscais, diferença de preços relativos de insumos entre regiões, fatores de produção mais abundantes, contribuem para o peso do efeito".

Se esse efeito apresenta sinal positivo, denota que a região possui setores ou indústrias que registram vantagens comparativas em relação a outras regiões. O efeito total, ou seja, a soma dos efeitos estrutural e diferencial, se positivo, mostra que a região teve um crescimento maior do que teria se crescesse às mesmas taxas que todo o país como um todo (ROLIM, 1996).

O método, em sua forma original, implica algumas limitações. No caso deste trabalho, a utilização do método original não levaria em conta as mudanças na estrutura da pauta de exportação dos estados da região Nordeste durante o período analisado.

Levando em consideração a variável emprego, o efeito estrutural indica o grau de especialização regional no período inicial, em setores que cresceram muito ou pouco durante o período. Pode ocorrer, contudo, que uma região especializada em setores menos dinâmicos, no período inicial, tenha modificado a sua estrutura de emprego, de tal forma que, no período final, a sua composição industrial já tenha uma predominância relativamente maior de setores dinâmicos (HADDAD, PEREIRA & ANDRADE, 1989).

Assim, uma das deficiências do método está nos pesos atribuídos a variável em questão. Herzog & Olsen (1977, p. 443), trabalhando com a variável emprego, afirmam que:

*"all regional e national growth rates are weighted by base year employment levels. Thus, when shift-share component totals are determined for a particular region, the weights used represent the industrial structure of the region in the base period: and no account is made of structural change between the base and terminal year of the analysis."*

Stiwell, *apud* Haddad, Pereira & Andrade (1989), sugere uma modificação no método para solucionar esse problema, mas, persistindo em sua simplicidade. Levando em consideração a variável emprego, o autor propõe que, inicialmente, se calcule a variação proporcional revertida, em função das taxas de crescimento setorial e da composição industrial do emprego na região no fim do período em análise, ou seja, use-se como peso o ano final em vez do inicial. Em seguida, obtém-se a diferença entre a variação proporcional revertida e a variação líquida resultante, se ocorrer uma diferença entre as estruturas de emprego da região nos dois períodos. Esta diferença se denomina variação proporcional modificada e, se está última for subtraída da variação proporcional, tem-se a variação diferencial residual. Ou seja, essa modificação produz três efeitos representados pelas variações proporcional, proporcional modificada e residual.

Outro problema apontado por Herzog & Olsen (1977, p. 444) é o efeito entrelaçamento, isto é:

*“the competitive effect depends not only on the dynamic nature of a sector, but also on the concentration of regional employment in the sector. Thus, the competitive position and industrial-mix effects are interwoven; both depend on industrial structure. Therefore, the classical formulation of the competitive affect does not measure what it is often described to measure - competitive advantage and disadvantage.”*

O problema do efeito entrelaçamento é solucionado por Esteban-Marquillas *apud* Pereira (1997) com a dedução do efeito alocação. Utilizando a variável emprego, o autor elimina a influência estrutural advinda da distribuição setorial do pessoal ocupado do ano inicial, no cálculo do efeito diferencial, criando o chamado emprego homotético. Ou seja, o volume de pessoal ocupado que o setor *i* da região *j* teria, se a estrutura de emprego fosse igual a do país. Por meio do efeito alocação, pode-se verificar se a região *j* está especializada ou não nos setores pelos quais tenha melhores vantagens comparativas (PEREIRA, 1997).

Herzog e Olsen *apud* Pereira (1997, p.99) reformularam, a partir do modelo implementado por Esteban-Marquillas, as correções necessárias, inserindo a proposta de Stilwell, na qual se utiliza o emprego do final do período no lugar do emprego no início. Reformulando o efeito alocação, ao inserir a mudança do peso na composição do

emprego, o novo efeito alocação terá como componente explicativo a composição do emprego no ano inicial, a do ano final e as respectivas taxas de crescimento.

O método diferencial-estrutural clássico para o comércio exterior aborda a evolução das exportações de uma região ou país quantitativamente por meio da decomposição de quatro determinantes ou efeitos, que são: efeito-crescimento, efeito-estrutural setorial, efeito-estrutural geográfico e efeito competitividade CANUTO & XAVIER (1999).

O efeito-crescimento (EM) tem como objetivo verificar a evolução das exportações de um estado, região ou país<sup>7</sup>, partindo da seguinte hipótese: se a participação teórica desse estado, país ou região no comércio mundial for constante ao longo do tempo e se a composição de sua pauta de exportações corresponder à pauta do comércio mundial, o crescimento real das exportações será igual ao crescimento do comércio mundial.

O efeito estrutural-setorial (ES) revela que, mesmo que as posições setorialmente competitivas permaneçam inalteradas, as exportações crescerão mais (menos) do que o comércio mundial caso a presença de setores cujos mercados globais crescem acima da média seja majoritária (minoritária) na pauta local.

Para a análise em questão, o Efeito Estrutural-Setorial mostra o montante adicional monetário, em valor absoluto, que os estados da região Nordeste e toda a região conseguiram exportar levando em consideração a estrutura de sua pauta de exportação. Se o sinal do efeito for positivo, aponta que o estado ou a região estão concentrando sua pauta de exportação em setores com altas taxas de crescimento em relação ao mundo. Caso contrário, ou seja, um sinal negativo mostra que o estado ou a região apresenta majoritariamente setores com baixa taxa de crescimento em relação ao mundo.

O efeito-estrutural geográfico (EG) mostra a evolução das exportações de um estado a partir da distribuição destas em mercados que possuam regiões que comprem acima da média, ou seja, as exportações aumentarão mais (menos) do que o comércio mundial, caso a distribuição de mercados de destinos contenha majoritariamente (minoritariamente) regiões com expansão de compra acima da média (CANUTO & XAVIER, 1999).

---

<sup>7</sup> No caso deste trabalho a análise se dará por estado da região Nordeste e da região como um todo.

Este efeito vai indicar o valor que os estado e toda a região conseguiram exportar pelo fato de contar com regiões de destino que compram acima, se apresentar sinal positivo, ou abaixo, se revelar sinal negativo, da média mundial.

Por fim, tem-se o efeito-competitividade, que decorre de mudanças de âmbito geral e/ou setorialmente específicas na situação competitiva do país, região ou estado. Esse efeito deriva de fatores macroeconômicos e de mudanças sistêmicas: os primeiros estão relacionados a variações na taxa de câmbio, taxa de juros, salários, carga fiscal, etc; e os segundos estão representados em mudanças na infra-estrutura, qualificação da mão-de-obra, custos de transação, etc.

O efeito competitividade ou diferencial indica o montante monetário positivo (ou negativo) de exportação que o estado ou a região conseguirá pelo fato de a taxa de crescimento das exportações, em determinados setores, ser maior (ou menor) neste estado ou região do que na média mundial.

Em analogia à variável emprego, a variável exportação também admite o cálculo dos efeitos homotético e alocação. O primeiro vai refletir o quanto, em valor, cada estado ou região teria exportado, se sua pauta de exportação fosse idêntica à do mundo. E o segundo indica quanto o estado ou a região teria exportado, se a alocação setorial de recursos fosse idêntica a do mundo. O efeito alocação pode ser expresso pela diferença entre os efeitos competitividade e homotético, ou seja, é a diferença entre o valor efetivo exportado pelos estados ou região em virtude da taxa de crescimento de suas exportações ser maior ou menor que a média mundial, e o valor que seria exportado se a pauta dos estados ou região fosse igual a do mundo. Este resultado reflete as discrepâncias na alocação setorial de recursos: se esse efeito for negativo, demonstra que existe uma distorção entre as alocações setoriais locais de recursos em relação às alocações setoriais do mundo.

No presente trabalho, serão calculados os efeitos: estrutural setorial; geográfico; competitividade; alocação e homotético para cada um dos estados que compõem a região Nordeste e para toda a região.

O efeito estrutural setorial é definido pela seguinte expressão:

$$ES = \sum S_i^0 . \Delta Q_i - S^0 \Delta Q \quad 4.2.1$$

Em que:

$S_i^0 = \text{market-share}$  setorial médio do Nordeste no período inicial (1995-1997).

$\Delta Q_i =$  diferença entre as médias das exportações setoriais mundiais nos dois períodos.

$S^0 = \text{market-share}$  total do Nordeste no período inicial.

$\Delta Q =$  Diferença entre as médias das exportações totais mundiais nos dois períodos.

O efeito geográfico pode ser calculado por meio da expressão abaixo:

$$EG = \sum \sum S_{ij}^0 \cdot \Delta Q_{ij} - \sum_i S_i^0 \Delta Q_i \quad 4.2.2$$

$S_{ij}^0 = \text{market-share}$  setorial médio do Nordeste em mercados específicos “j”, a saber: Nafta, União Européia, Ásia, Mercosul e Resto do Mundo.

$\Delta Q_{ij} =$  diferença entre as médias das exportações setoriais mundiais para mercados específicos “j” nos dois períodos.

$S_{ij}^0 = \text{market-share}$  setorial médio do Nordeste em mercados específicos “j”, a saber: Nafta, União Européia, Ásia, Mercosul e Resto do Mundo.

$\Delta Q_i =$  diferença entre as médias das exportações setoriais mundiais nos dois períodos.

O efeito competitividade é dado por:

$$EC = \sum_i \sum_j Q_{ij} \cdot \Delta S_{ij} \quad 4.2.3$$

$Q_{ij} =$  médias das exportações setoriais mundiais para mercados específicos “j” nos dois períodos.

$\Delta S_{ij} =$  diferença entre o *market-share* setorial médio do Nordeste em mercados específicos “j” nos dois períodos.

O efeito alocação é expresso como segue:

$$EA = \sum_i \sum_j [Q_{ij}^0 - Q_{iw}^0] \Delta S_{ij} \quad 4.2.4$$

$Q_{ij}^0$  = média das exportações setoriais mundiais para mercados específicos no período inicial.

$Q_{iw}^0$  = composição das exportações médias setoriais mundiais no período inicial.

E o efeito homotético é a diferença entre o efeito competitividade e o efeito alocação, ressaltando-se que o cálculo dos efeitos se deu tomando tanto o período inicial como o período final como período base.

Para a aplicação do método diferencial-estrutural, foram utilizadas duas bases de dados, uma nacional, descrita no capítulo anterior, da Secretaria do Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) do Brasil disponível por intermédio do Sistema Alice (Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior). E uma segunda base de dados, internacional, obtida por meio de um *software* denominado PCTAS e adquirido da *United Nations Statistics Division*, com setores produtivos a quatro dígitos enumerados de 0001 (um) a 9999 (nove mil novecentos e noventa e nove) pela classificação SITC (*Standard Internacional Trade Classification*) revisão três.

Para analisar a evolução das exportações dos estados do Nordeste e de toda a região, inicialmente, foi feita a compatibilização dos dados, transformando os setores a quatro dígitos do SITC em setores a dois dígitos NCM. A partir daí, foram calculados os efeitos propostos pelo método diferencial estrutural aplicado às exportações da região Nordeste e de seus estados.

### **4.3 – Aplicação do Método Diferencial Estrutural para o Nordeste e seus Estados**

Para melhor compreensão dos resultados da análise diferencial-estrutural da região Nordeste e dos seus nove estados, foi calculada a composição da pauta de exportações do mundo, da região Nordeste e de seus estados, nos períodos inicial e final. Dessa forma, pode-se ter uma visão mais clara dos fluxos comerciais da região e ver se os resultados da análise em questão corroboram ou não os resultados obtidos no capítulo anterior.



**Tabela 18**  
**Principais Setores da Pauta de Exportações do Mundo**  
**1995-1997 e 2000-2002 – (Em %)**

NCM	SETORES	1995-1997	2000-2002
40	Borracha e suas obras	1,11	
54	Filamentos sintéticos ou artificiais	1,23	
85	Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc.	13,30	14,49
84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc. mecânicos.	13,31	12,64
87	Veículos automóveis, tratores, etc.suas partes/acessórios.	10,91	10,77
27	Combustíveis minerais, óleos minerais, etc.ceras minerais.	5,55	7,82
90	Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc.	4,58	5,10
39	Plásticos e suas obras	3,27	3,23
72	Ferro fundido, ferro e aço.	3,28	2,81
30	Produtos farmacêuticos	1,71	2,61
29	Produtos químicos orgânicos	2,12	2,28
88	Aeronaves e outros aparelhos aéreos, etc.e suas partes	1,79	2,17
71	Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc.	1,95	1,96
48	Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel, etc.	2,02	1,80
94	Moveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc.	1,65	1,79
61	Vestuário e seus acessórios, de malha.	1,62	1,63
62	Vestuário e seus acessórios, exceto de malha.	1,40	1,29
34	Sabões, agentes orgânicos de superfície, etc.	1,10	1,11
44	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira.	1,30	1,08
76	Alumínio e suas obras	1,10	1,03

Fonte: PCTAS – Elaboração Própria, 2005.

Pela Tabela 18, constata-se que cerca de 40% da pauta de exportação mundial são compostos por setores considerados de significativo valor agregado, são eles: reatores nucleares, caldeiras, caldeiras, máquinas, etc (12,49%); máquinas, aparelhos e material elétrico, suas partes, etc. (14,49%); veículos, automóveis, tratores, etc (10,77%).

Essa constatação reflete-se negativamente no comércio exterior da região Nordeste, cujos “pontos fortes”, para a maioria dos estados, são compostos por setores de baixa demanda mundial.

**Tabela 19**  
**Principais Setores da Pauta de Exportação da Região Nordeste**  
**1995-1997 e 2000- 2002 – (Em %)**

NCM	SETORES	1995-1997	2000-2002
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres.	1,16	-
24	Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	1,00	-
56	"Pastas ("ouates"),feltros e falsos tecidos,etc."	1,69	-
29	Produtos químicos orgânicos	11,62	10,86
27	Combustíveis minerais, óleos minerais, etc.ceras minerais.	2,80	9,04
76	Alumínio e suas obras	12,53	8,63
17	Açúcares e produtos de confeitaria	13,84	8,40
8	Frutas, cascas de cítricos e de melões.	5,20	5,67
72	Ferro fundido, ferro e aço.	5,43	4,90
3	Peixes e crustáceos, moluscos e outs. invertebr. aquáticos	1,68	4,58
47	Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas, etc.	4,01	4,49
64	Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes.	-	3,12
39	Plásticos e suas obras	4,89	3,00
41	Peles, exceto a peleteria (peles com pelo), e couros.	2,11	2,71
74	Cobre e suas obras	3,82	2,67
18	Cacau e suas preparações	3,34	2,54
52	Algodão	1,88	2,52
12	Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc.	1,99	2,43
23	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, etc.	-	2,24
28	Produtos químicos inorgânicos, etc.	2,11	1,83
99	Transações especiais	-	1,61
85	Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc.	1,74	1,33
71	Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc.	2,07	1,31
48	Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel, etc.	1,95	1,25
15	Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc.	2,16	1,16
87	Veículos automóveis, tratores, etc.suas partes/acessórios.	-	1,03

Fonte: MDIC – Elaboração Própria, 2005.

A Tabela 19 mostra a composição da pauta de exportação da região Nordeste, em que se pode observar que, dos três setores considerados de maior importância para a pauta de exportação mundial nos dois períodos, o Nordeste agrega apenas dois: máquinas, aparelhos e materiais elétricos e veículos automóveis, tratores, etc. suas partes/acessórios. Porém, a participação desses setores na pauta da região é irrisória (cerca de 1%).

Entretanto deve-se ressaltar que a pauta de exportação do Nordeste envolve outros setores que, apesar de não possuírem um alto conteúdo tecnológico, aparecem na pauta de exportação mundial como principais setores. Podem-se citar, por exemplo, os

setores: combustíveis minerais; produtos químicos orgânicos; plástico e suas obras; dentre outros.

A análise dos resultados dos efeitos do método diferencial-estrutural irá captar melhor as diferenças e os pontos em comum das pautas de exportação do mundo com a região Nordeste.

**Tabela 20**  
**Análise Diferencial-Estrutural das Exportações da Região Nordeste**  
**1995-1997 e 2000-2002 – (Em US\$ 1.000)**

<b>Efeitos</b>	<b>1995-1997</b>	<b>2000-2002</b>
Efeito Estrutural Setorial	-411.402,00	-311.649,00
Efeito Geográfico	594.671,00	124.854,00
Efeito Competitividade	-506.011,00	-790.107,00
Efeito Alocação	-506.011,00	-790.107,00
Efeito Homotético	0,00	0,00

**Fonte: MDIC e PCTAS – Elaboração Própria, 2005.**

A Tabela 20 mostra o resultado dos efeitos da análise diferencial-estrutural. A região Nordeste registrou um valor absoluto de US\$ 411.402,00 e US\$ 311.649,00 (mil) nos períodos inicial e final, respectivamente, para o efeito estrutural setorial. Tais valores significam os montantes adicionais que a região Nordeste obteve como resultante da estrutura de sua pauta de exportação nos dois períodos. Os sinais negativos para os dois períodos significam que a região apresenta setores de exportação com baixas taxas de crescimento nos fluxos de comércio mundiais, ou seja, parte significativa de sua pauta de exportação é oriunda de setores com baixa taxa de crescimento no mundo, como, por exemplo, os setores: combustíveis minerais, óleos minerais; produtos químicos orgânicos; plástico e suas obras; ferro fundido; alumínio e suas obras; e outros. Vale dizer, a região especializou-se em setores que não são dinâmicos em relação ao mundo. Evidencia-se que a redução do valor desse efeito no segundo período, tornando-se menos negativo, indica uma pequena melhora na estrutura da pauta de exportação da região.

Em relação ao efeito geográfico, a região assinalou valores positivos de US\$ 594.671,00 (mil) para o primeiro período e US\$ 124.854,00 (mil) para o segundo período, representando o montante, em valor exportado, que a região obteve por contar com regiões de destino cuja demanda por alguns setores da pauta crescem acima da

média mundial. Em outras palavras, quer dizer que a região está exportando alguns produtos que estão sendo demandados pelas regiões de destino, ou seja, regiões cuja demanda cresce acima da média. Entretanto deve-se enfatizar que a região vem apresentando, entre os dois períodos, significativa redução desse efeito, o que se reflete em uma perda de mercado para os produtos exportados por ela.

Para o efeito competitividade ou diferencial, o Nordeste apresentou valores negativos de US\$ 506.011,00 (mil) e 790.107,00 (mil) para os períodos inicial e final respectivamente, indicando o montante, em valor, que o estado conseguiu exportar em virtude da taxa de crescimento das exportações, em determinados setores, ter sido menor na região do que na média mundial. O efeito competitividade está associado, diretamente, ao lado concorrencial do mercado, uma vez que compara o desempenho de uma atividade da região Nordeste com a mesma atividade em nível mundial. Analisando em termos do sinal negativo assinalado pelo efeito nos dois períodos, pode-se verificar que, no segundo período, o montante exportado ficou mais negativo, o que significa um aumento da desvantagem comparativa da região em relação ao mundo.

O efeito homotético, que foi nulo nos dois períodos, representa o valor que a região teria exportado se a estrutura de sua pauta de exportação fosse idêntica à do mundo. Um valor nulo para este efeito tem duas interpretações: a primeira é que a estrutura da pauta de exportação da região seria idêntica a do mundo e a segunda é que a participação da região no comércio mundial é tão pequena que anularia o efeito. No caso da região Nordeste, a segunda interpretação efetivamente é a mais viável.

Por fim, o efeito alocação foi de respectivamente US\$ 506.011,00 (mil) e US\$ 790.107,00 (mil) para os dois períodos, significando os valores que a região iria exportar se a sua alocação setorial de recursos fosse idêntica à do mundo. E o sinal negativo reflete as grandes distorções na alocação setorial dos recursos da região relativamente ao mundo. No mesmo sentido, o aumento do montante em termos negativos denota que as discrepâncias na alocação de recursos da região em relação ao mundo revelam tendência ascendente.

A análise feita para toda a região será estendida para seus nove estados, para que se possa caracterizar melhor a estrutura da pauta de exportação de cada estado da região Nordeste.

## Alagoas

Pela Tabela 21, pode-se observar que o principal setor da pauta de exportação do estado de Alagoas é o de açúcares e produtos de confeitaria, que participou com mais de 75% das exportações totais do estado nos dois períodos em questão.

**Tabela 21**  
**Principais Setores da Pauta de Exportação do Estado de Alagoas**  
**1995-1997 e 2000-2002 – (Em %)**

NCM	SETORES	1995-1997	2000-2002
39	Plásticos e suas obras	5,19	-
28	Produtos químicos inorgânicos, etc.	2,17	-
17	Açúcares e produtos de confeitaria	75,68	82,99
29	Produtos químicos orgânicos	12,11	7,92
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres.	-	4,21
24	Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	3,85	2,34

Fonte: MDIC – Elaboração Própria, 2005.

Quando se compara a composição da pauta de exportação de Alagoas com a pauta mundial, entendem-se os resultados pouco favoráveis dos efeitos da análise diferencial-estrutural. Dos principais setores que compõem a pauta mundial nos períodos analisados, Alagoas só possui dois em sua pauta: produtos químicos orgânicos e plásticos e suas obras. Assim, além de ser uma pauta muito concentrada, essa concentração se dá em setores com pouca dinâmica mundial.

**Tabela 22**  
**Análise Diferencial-Estrutural das Exportações do Estado de Alagoas**  
**1995-1997 e 2000-2002 – (Em US\$ 1.000)**

Efeitos	1995-1997	2000-2002
Efeito Estrutural Setorial	-85,00	-70,00
Efeito Geográfico	90.782,00	71.317,00
Efeito Competitividade	-225.920,00	-272.326,00
Efeito Alocação	-225.920,00	-272.326,00
Efeito Homotético	0,00	0,00

Fonte: MDIC e PCTAS – Elaboração Própria, 2005.

Analisando os resultados do método estrutural-setorial, vê-se que o efeito estrutural setorial para o estado de Alagoas mostrou um valor adicional de suas exportações em virtude da estrutura de sua pauta nos valores de US\$ 85,00 (mil) e US\$

70,00 (mil) para os dois períodos respectivamente. Corroborando a concentração dessa pauta em poucos setores dinâmicos em relação ao mundo, têm-se sinais negativos nos dois períodos. Entretanto, no segundo período, o valor desse efeito tornou-se menos negativo, mas, como visto no capítulo anterior, não houve mudanças significativas na estrutura produtiva desse estado ao longo da década de 1990, e o aumento de suas exportações se deu, basicamente, por mudanças nos preços relativos.

O montante exportado por Alagoas, em virtude de contar com regiões de destino que têm uma demanda pelos setores exportados por esse estado que cresce acima da média mundial, foi bastante significativo para o estado, US\$ 90.778,00 (mil) e US\$ 71.317,00 (mil) respectivamente, o que resultou em um efeito geográfico positivo.

O efeito competitividade mostra a baixa capacidade concorrencial do estado de Alagoas em relação ao mundo, pois registrou valores negativos nos dois períodos, além disso, o valor desse efeito tornou-se mais negativo no período final, refletindo uma piora no comércio exterior de Alagoas em termos de uma infra-estrutura que forneça possibilidade a este estado de tornar seus produtos mais competitivos.

O efeito homotético foi nulo nos dois períodos, pelas razões já explicadas quando se analisou a região como um todo. Em relação ao efeito alocação, era previsível que refletisse uma significativa discrepância entre a alocação setorial de recursos nesse estado em relação ao mundo, o que pode ser constatado na Tabela 22 pelos valores negativos desse efeito nos dois períodos.

### **Maranhão**

A pauta de exportação do estado do Maranhão, como já foi discutido anteriormente, é bastante concentrada (ver Tabela 23). Entretanto esse estado sofreu algumas transformações em sua estrutura produtiva ao longo dos anos 1990, que se refletiram na composição de sua pauta, por exemplo, com a implantação da planta industrial de alumínio e a construção da infra-estrutura para exploração/exportação de minério de ferro. Isto fez com que os setores ferro fundido, ferro e aço e alumínio e suas obras passassem a ser os dois principais setores da pauta de exportação do estado. Deve-se ressaltar, inclusive, que esses dois setores fazem parte da pauta mundial como principais setores de exportação do mundo, o que se reflete positivamente no comércio do estado do Maranhão.

**Tabela 23**  
**Principais Setores da Pauta de Exportação do Estado do Maranhão**  
**1995-1997 e 2000-2002 – (Em %)**

NCM	SETOR	1995-1997	2000-2002
76	Alumínio e suas obras	68,63	53,40
72	Ferro fundido, ferro e aço.	12,36	21,39
12	Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc.	8,41	12,78
28	Produtos químicos inorgânicos, etc.	7,29	9,20
29	Produtos químicos orgânicos	1,50	1,27

Fonte: MDIC – Elaboração Própria, 2005.

Pelas características apresentadas pela pauta de exportação do estado do Maranhão, espera-se um resultado satisfatório para os efeitos da análise diferencial-estrutural.

**Tabela 24**  
**Análise Diferencial-Estrutural das Exportações do Estado do Maranhão**  
**1995-1997 e 2000-2002 – (Em US\$ 1.000)**

Efeitos	1995-1997	2000-2002
Efeito Estrutural Setorial	-64,00	-55,00
Efeito Geográfico	67.710,00	60.343,00
Efeito Competitividade	244.457,00	167.224,00
Efeito Alocação	244.457,00	167.224,00
Efeito Homotético	0,00	0,00

Fonte: PCTAS – Elaboração Própria, 2005.

O efeito estrutural setorial foi negativo nos dois períodos, porém menos negativo no segundo período, indicando a melhora ocorrida na estrutura da pauta de exportação do estado. Ou seja, houve uma redução da concentração das exportações desse estado em setores com baixa taxa de crescimento na pauta mundial. Assim, mesmo que o valor adicional, em termos absolutos, das exportações desse estado, como consequência da estrutura produtiva de sua pauta, tenha diminuído, o valor menos negativo, no segundo período, pode ser considerado como um reflexo da melhora dessa estrutura.

O efeito geográfico, como já era esperado, foi positivo nos dois períodos, refletindo que o estado está exportando para países mais dinâmicos no comércio internacional.

O efeito competitividade é o que melhor capta as mudanças ocorridas na estrutura produtiva do estado, pois a implantação da planta industrial de alumínio e da infra-estrutura de produção e exportação de minérios gera efeitos multiplicadores na estrutura produtiva do estado, resultando em uma melhor capacidade de concorrência do estado pelo menos nesses setores em relação ao mundo. Este fato foi o que tornou os valores do efeito competitividade positivos nos dois períodos, entretanto a infra-estrutura desse estado ainda é muito frágil, o que pode ser constatado pela redução do valor do efeito competitividade no período final.

Assim como para Alagoas, o efeito homotético foi nulo. Mas o efeito alocação foi positivo, indicando uma redução das discrepâncias na alocação setorial de recursos entre este estado e o mundo, que é resultado da melhoria da composição setorial das exportações do Maranhão trazida pela implantação da planta de alumínio e da produção de minério.

### **Bahia**

A composição da pauta de exportação do estado da Bahia é constituída por um número bem maior de setores que a maioria dos estados da região Nordeste, o que é resultado de uma estrutura produtiva mais diversificada, que já foi caracterizada no capítulo anterior. A implantação do pólo petroquímico de Camaçari e de uma filial da Ford no estado consolidou ainda mais tal estrutura produtiva da Bahia.



**Tabela 25**  
**Principais Setores da Pauta de Exportação do Estado da Bahia**  
**1995-1997 e 2000-2002 – (Em %)**

NCM	SETORES	1995-1997	2000-2002
12	Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc.	1,05	-
15	Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc.	1,28	-
24	Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	1,39	-
28	Produtos químicos inorgânicos, etc.	1,35	-
44	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira.	1,32	-
68	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica, etc.	1,03	-
29	Produtos químicos orgânicos	20,5	19,37
27	Combustíveis minerais, óleos minerais, etc.ceras minerais.	5,99	17,52
47	Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas, etc.	8,59	8,93
74	Cobre e suas obras	8,18	5,3
39	Plásticos e suas obras	8,27	5,11
18	Cacau e suas preparações	7,16	5,00
23	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, etc.	-	4,46
72	Ferro fundido, ferro e aço.	6,51	3,13
71	Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc.	4,43	2,58
48	Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel, etc.	4,16	2,45
99	Transações especiais	1,02	2,25
8	Frutas, cascas de cítricos e de melões.	-	1,79
87	Veículos automóveis, tratores, etc.suas partes/acessórios.	-	1,79
9	Café, chá, mate e especiarias.	-	1,68
41	Peles, exceto a peleteria (peles com pelo) e couros.	1,52	1,62
25	Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento.	1,06	1,21
56	"Pastas ("ouates"),feltros e falsos tecidos,etc."	1,73	1,16
3	Peixes e crustáceos, moluscos e outs. Inverter. aquáticos	-	1,01
38	Produtos diversos das indústrias químicas	1,14	1,01
85	Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc.	2,41	1,01
26	Minérios, escórias e cinzas.	1,13	-

Fonte: MDIC – Elaboração Própria, 2005.

Comparando a pauta de exportação da Bahia com a pauta de exportação mundial, pode-se constatar que a Bahia contém, na composição de sua pauta de exportação, oito setores que compõem a pauta de exportação mundial, são eles: combustíveis minerais, óleos minerais; produtos químicos orgânicos; plásticos e suas obras; madeira, carvão vegetal e obras de madeira; papel e cartão, obras de pasta de celulose, papel, etc.; pérolas naturais ou cultivadas e pedras preciosas, etc.; máquinas, aparelhos e materiais elétricos; veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios. Entretanto deve-se ressaltar que o estado da Bahia, apesar de ser um dos mais dinâmicos em termos de comércio, ainda possui uma pauta de produtos com baixo valor agregado, o que pode ser comprovado pelos resultados dos efeitos da análise diferencial-estrutural.

**Tabela 26**  
**Análise Diferencial-Estrutural das Exportações do Estado da Bahia**  
**1995-1997 e 2000-2002 – (Em US\$ Mil)**

Efeitos	1995-1997	2000-2002
Efeito Estrutural Setorial	-86,00	-40,00
Efeito Geográfico	256.653,00	227.175,00
Efeito Competitividade	-349.169,00	-399.208,00
Efeito Alocação	-349.169,00	-399.208,00
Efeito Homotético	0,00	0,00

**Fonte: MDIC e PCTAS – Elaboração Própria, 2005.**

O estado da Bahia evidenciou efeito estrutural setorial de US\$ 86,00 (mil) e US\$ 40,00 (mil), respectivamente, para os dois períodos, ou seja, estes são os montantes adicionais de valor exportado, obtidos por esse estado como resultado da estrutura produtiva de sua pauta de exportação e, mesmo que este estado apresente uma pauta mais diversificada em relação aos outros da região, refletindo-se em uma pauta mais dinâmica, os valores desse efeito foram negativos, indicando que a pauta se concentra em setores com baixas taxas de crescimento no mundo. No entanto deve-se salientar que, no período final, esse valor tornou-se menos negativo, significando que o estado especializou-se em setores mais dinâmicos em relação ao mundo.

Assim como o estado de Alagoas e Maranhão, a Bahia também apresentou valores positivos para o efeito geográfico, ou seja, o valor positivo das exportações que este estado obteve por contar com regiões de destino cuja demanda para seus produtos cresce acima da média.

No que se refere ao efeito competitividade, a Bahia mostrou sinal negativo nos dois períodos, tornando-se mais negativo no segundo período, ou seja, o montante que esse estado conseguiu exportar pelo fato de sua pauta de exportação ser composta por setores com taxa de crescimento das exportações menor que a média mundial, gerando sinal negativo.

O efeito homotético foi nulo, indicando um *market-share* baixo das exportações do estado da Bahia no mundo. E o efeito alocação não apenas foi negativo nos dois períodos, como se tornou mais negativo no período final, mostrando que existem grandes distorções entre a alocação setorial dos recursos destinados à estrutura produtiva da pauta de exportação do estado em relação ao mundo.

O que se pode observar é que, mesmo o estado da Bahia sendo um dos mais diversificados em termos de estrutura da pauta de exportação, os valores dos efeitos indicam uma grande concentração da pauta em setores pouco dinâmicos em relação ao mundo e que a alocação setorial de recursos é não-convergente, se comparada às exportações mundiais.

### Ceará

A composição da pauta de exportação do estado do Ceará é constituída por setores intensivos basicamente em trabalho e recursos naturais e, quando se comparam os principais produtos da pauta de exportação do Ceará com a pauta mundial, constata-se que o Ceará conta com apenas três setores em sua pauta que também estão presentes na pauta mundial: vestuário e seus acessórios, exceto de malha; ferro fundido, ferro e aço e veículos automóveis, tratores, etc.

**Tabela 27**  
**Principais Setores da Pauta de Exportação do Estado do Ceará**  
**1995-1997 e 2000-2003 – (Em %)**

NCM	SETOR	1995-1997	2000-2002
13	Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais.	1,18	-
62	Vestuário e seus acessórios, exceto de malha.	1,26	-
72	Ferro fundido, ferro e aço.	1,47	-
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço.	1,57	-
8	Frutas, cascas de cítricos e de melões.	38,92	2,52
64	Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes.	4,48	19,06
52	Algodão	15,36	15,61
3	Peixes e crustáceos, moluscos e outs. invertebr. aquáticos	13,22	13,98
41	Peles, exceto a peleteria (peles com pelo), e couros.	2,05	11,84
15	Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc.	10,26	3,38
99	Transações especiais	1,38	2,16
87	Veículos automóveis, tratores, etc.suas partes/acessórios.	-	1,05
42	Obras de couro, artigos de correeiro ou de seleiro, etc.	-	1,00
55	Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas.	2,26	1,00

Fonte: MDIC – Elaboração Própria, 2005.

Como já foi discutido anteriormente, o setor têxtil do Ceará sofreu grandes transformações em sua estrutura de produção ao longo dos anos 1990 e isso se refletiu em melhora no comércio deste setor. Além disso, houve uma melhora na infra-estrutura do estado com a construção do porto do Pecém, do novo aeroporto internacional e de novas rodovias, esperando-se, portanto, que estes fatores possam gerar um resultado positivo no efeito competitividade.

**Tabela 28**  
**Análise Diferencial-Estrutural das Exportações do Estado do Ceará**  
**1995-1997 e 2000-2002 – (US\$ 1.000)**

<b>Efeitos</b>	<b>1995-1997</b>	<b>2000-2002</b>
Efeito Estrutural Setorial	-54,00	-63,00
Efeito Geográfico	51.983,00	41.173,00
Efeito Competitividade	534.325,00	571.038,00
Efeito Alocação	534.325,00	571.038,00
Efeito Homotético	0,00	0,00

**Fonte: MDIC e PCTAS – Elaboração Própria, 2005.**

O Ceará foi um dos estados da região Nordeste com resultados mais favoráveis para os efeitos da análise diferencial-estrutural: como foi visto no capítulo anterior, o governo estadual cearense vem, nos últimos anos, implementando mudanças que podem ter se refletido nos resultados dos efeitos que compõem esta análise. Apesar de o efeito estrutural - setorial ter sido negativo nos dois períodos, e ter piorado, tornando-se mais negativo no último período, o que expressa uma desvantagem comparativa revelada do estado em relação ao mundo, os demais efeitos tiveram resultados bastante positivos.

O efeito geográfico foi positivo nos dois períodos, expressando a presença de regiões de destino que importam acima da média mundial os produtos da pauta cearense. O efeito competitividade foi positivo, com valores bastante expressivos, corroborando o que foi dito sobre a criação de uma infra-estrutura que melhor atenda à demanda externa pelos produtos da pauta estadual. Ou seja, os valores positivos de US\$ 534.325,00 (mil) e US\$ 571.038,00 (mil) nos dois períodos, respectivamente, mostram vantagens da economia cearense na exportação de setores específicos, devido à facilidade de acesso aos mercados e/ou fatores de produção. Isto é, a economia cearense está concentrada em setores que são mais competitivos quando comparados com os mesmos setores em nível mundial.

O efeito homotético também foi nulo para o estado do Ceará, pois mesmo com as mudanças ocorridas na sua estrutura produtiva, o estado ainda está longe de ter uma estrutura de exportação idêntica à do mundo. E o efeito alocação foi positivo certamente como reflexo do bom resultado do efeito competitividade. Ou seja, as discrepâncias na alocação setorial de recursos parece ter diminuído com as transformações vividas pelo estado na década de 90.

## Paraíba

Observando a Tabela 29, percebe-se que a pauta de exportação da Paraíba é composta basicamente por setores intensivos em recursos naturais e mão-de-obra com baixo valor agregado. Observa-se, também, que o setor têxtil tem lugar importante, pois, no primeiro período, somente o setor pastas, feltros e falsos tecidos respondia por 35,13% do total da pauta de exportação da Paraíba e, no segundo período, este setor perdeu participação, mas ganhou destaque o setor outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos, etc. participando com 22,39%.

**Tabela 29**  
**Principais Setores da Pauta de Exportação do Estado da Paraíba**  
**1995-1997 e 2000-2002 – (Em %)**

NCM	SETORES	1995-1997	2000-2002
20	Preparações de produtos hortícolas, de frutas, etc.	1,85	-
41	Peles, exceto a peleteria (peles com pelo), e couros.	4,25	-
62	Vestuário e seus acessórios, exceto de malha.	1,12	-
63	Outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos, etc.	5,43	28,58
64	Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes.	3,95	22,39
3	Peixes e crustáceos, moluscos e outs. invertebr.aquáticos	3,97	14,54
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres.	32,95	8,55
56	"Pastas ("ouates"),feltros e falsos tecidos,etc."	35,13	7,50
52	Algodão	-	4,09
17	Açúcares e produtos de confeitaria	2,99	3,19
57	Tapetes, outs. revestim. p /pavimentos, de matérias têxteis.	5,16	3,02
25	Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento.		2,46

Fonte: MDIC – Elaboração Própria, 2005.

Comparando a pauta de exportação da Paraíba com a pauta de exportação mundial, somente o setor vestuário e seus acessórios, exceto de malha, é comum às duas pautas. Isto revela o baixo dinamismo da pauta do estado da Paraíba frente à demanda mundial, o que será comprovado pela análise do efeito diferencial-estrutural.

**Tabela 30**  
**Análise Diferencial-Estrutural das Exportações do Estado da Paraíba**  
**1995-1997 e 2000-2002 – (Em US\$ 1.000)**

Efeitos	1995-1997	2000-2002
Efeito Estrutural Setorial	-8,00	-14,00
Efeito Geográfico	-8.222,00	29.392,00
Efeito Competitividade	-70.481,00	-87.395,00
Efeito Alocação	-70.481,00	-87.233,00
Efeito Homotético	0,00	-162,00

Fonte: MDIC e PCTAS – Elaboração Própria, 2005.

O efeito estrutural setorial da Paraíba não somente resultou em um valor pequeno, em termos absolutos, como foi negativo nos dois períodos e tornou-se mais negativo no segundo período, ou seja, o valor adicional obtido pelo estado, em virtude da estrutura de sua pauta de exportação, foi de apenas US\$ 8,00 (mil) e US\$ 14,00 (mil) no primeiro e segundo período, respectivamente. E o sinal negativo aponta que as exportações paraibanas estão se dando em setores com baixa taxa de crescimento em relação ao mundo.

Em relação ao efeito geográfico, a Paraíba foi o único estado que registrou valor negativo, ou seja, os principais setores de exportação desse estado não são os setores que as regiões de destino demandam acima da média mundial. Entretanto, no segundo período, o efeito geográfico tornou-se positivo. Isto pode ser resultado de práticas mercadológicas visando conquistar mercados mais dinâmicos.

O efeito competitividade negativo nos dois períodos mostra o montante exportado pelo estado em decorrência da taxa de crescimento dos setores que compõem sua pauta ser menor que a sua taxa de crescimento na pauta mundial. O efeito competitividade, no segundo período, tornou-se mais negativo, apontando uma redução ainda maior na taxa de crescimento dos setores que compõem a pauta de exportação do estado em relação ao mundo.

Esse também foi um dos poucos estados em que o resultado do efeito homotético não foi nulo, sendo negativo no período final. Este período assinalou um resultado, em valor absoluto, de US\$ 162,00 (mil), ou seja, o valor que o estado da Paraíba deixou de exportar pelo fato da estrutura de sua pauta de exportação ser não-convergente à estrutura da pauta de exportação mundial.

O efeito alocação também foi negativo, revelando uma discrepância na distribuição setorial dos recursos do estado comparativamente ao mundo, sendo mais negativo no último período, indicando um aumento dessas discrepâncias.

Comparando os resultados do critério dos “pontos fortes” com os resultados da análise diferencial-estrutural, nota-se que o primeiro não retratou claramente a estrutura da pauta de exportação do estado, visto que os resultados foram bastante favoráveis, ao passo que a análise diferencial-estrutural mostrou a fragilidade da estrutura produtiva desse estado.

## Pernambuco

O estado de Pernambuco possui uma pauta de exportação relativamente diversificada, entretanto seus principais produtos de exportação ainda são setores intensivos em recursos naturais e mão-de-obra. Como se pode observar na tabela 31, nos dois períodos em questão, apenas um setor tem grande importância para a pauta de exportação desse estado: açucares e produtos de confeitaria que, no primeiro período, respondia por 59% do total das exportações do estado, enquanto no segundo período, reduziu sua participação, mas ainda continuou sendo o principal setor da pauta, participando com 33,90%.

**Tabela 31**  
**Principais Setores da Pauta de Exportação do Estado de Pernambuco**  
**1995-1997 e 2000-2002 – (Em %)**

NCM	SETORES	1995-1997	2000-2002
17	Açucares e produtos de confeitaria	59,02	33,90
85	Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc.	5,77	10,93
3	Peixes e crustáceos, moluscos e outs. invertebr. aquáticos	1,46	10,64
8	Frutas, cascas de cítricos e de melões.	3,46	9,29
39	Plásticos e suas obras	4,93	5,21
29	Produtos químicos orgânicos	2,72	3,66
61	Vestuário e seus acessórios, de malha.	3,21	3,05
83	Obras diversas de metais comuns	-	2,69
58	Tecidos especiais, tecidos tufados, rendas, tapeçarias, etc.	1,46	2,35
40	Borracha e suas obras	3,42	2,31
99	Transações especiais	1,35	2,30
41	Peles, exceto a peleteria (peles com pelo), e couros.	3,10	2,26
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres.	3,75	1,40
76	Alumínio e suas obras	1,57	1,34
84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc. mecânicos.	-	1,13
62	Vestuário e seus acessórios, exceto de malha.	-	1,11
68	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica, etc.	-	1,05

Fonte: MDIC – Elaboração Própria, 2005.

Vale destacar que, no segundo período, alguns setores mais capital-intensivos entraram ou aumentaram sua participação na pauta de exportação de Pernambuco: reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc. mecânicos; máquinas, aparelhos, material elétrico, suas partes, etc.

Quando se compara a composição da pauta de exportação de Pernambuco com a pauta mundial, observa-se que Pernambuco conta com sete setores que fazem parte da composição da pauta mundial: produtos químicos orgânicos; plástico e suas obras; borracha e suas obras; vestuário e seus acessórios, exceto de malha; alumínio e suas

obras; reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc. mecânicos; máquinas, aparelhos, material elétrico, suas partes, etc. sendo que estes dois últimos setores fazem parte dos principais setores que compõem a pauta mundial.

Como destacado, a economia pernambucana perdeu competitividade em alguns dos setores que vinham tendo participação em sua pauta nos últimos anos. Entretanto, como ressaltado anteriormente, esse estado conta com incentivos em alguns setores específicos. O comportamento da pauta de exportação de Pernambuco pode ser mais bem caracterizado por meio da análise diferencial-estrutural.

**Tabela 32**  
**Análise Diferencial-Estrutural das Exportações do Estado de Pernambuco**  
**1995-1997 e 2000-2002 – (Em US\$ 1.000)**

<b>Efeitos</b>	<b>1995-1997</b>	<b>2000-2002</b>
Efeito Estrutural Setorial	-84,00	-41,00
Efeito Geográfico	94.610,00	45.716,00
Efeito Competitividade	-161.422,00	-196.814,00
Efeito Alocação	-161.422,00	-196.751,00
Efeito Homotético	0,00	-64,00

**Fonte: MDIC e PCTAS – Elaboração Própria, 2005.**

O estado de Pernambuco mostrou valores negativos nos dois períodos em questão para o efeito estrutural-setorial, tornando-se menos negativo no segundo período, o que reflete as mudanças trazidas pela política de incentivos adotada pelo governo estadual. Ou seja, mesmo que, em valor absoluto, o montante adicional exportado por Pernambuco em consequência da estrutura de sua pauta de exportação, tenha sido menor no segundo período, o sinal menos negativo nesse período em relação ao primeiro aponta uma redução da concentração da pauta em setores com baixa taxa de crescimento em relação ao mundo (ver Tabela 32).

O efeito geográfico foi positivo nos dois períodos, mas expõe uma tendência preocupante, visto que sofreu uma redução de aproximadamente 50%, passando de US\$ 94.610,00 para US\$ 45.716,00 (mil), ou seja, o valor que está sendo exportado pelo estado, pelo fato de contar com regiões de destino cuja demanda por seus setores cresce acima da média mundial, reduziu-se ao longo do período analisado.

O efeito competitividade evidenciou sinal negativo nos dois períodos e mais negativo no segundo período. Ou seja, a pauta de exportação pernambucana é, basicamente, composta por setores cuja taxa de crescimento é menor quando comparada



à taxa de crescimento dos mesmos setores para o mundo, já que esse efeito se define como o valor que o estado conseguiu exportar por conter em sua pauta setores com taxa de crescimento abaixo da taxa de crescimento dos mesmos setores para o mundo.

O efeito homotético foi nulo somente no primeiro período, já no segundo registrou valor negativo, significando o valor em termos absolutos que o estado exportaria se a estrutura de sua pauta de exportação fosse idêntica a do mundo. O valor relativamente pequeno pode ser atribuído à baixa participação desse estado nas exportações mundiais e, por fim, tem-se o efeito alocação negativo, refletindo a distorção na alocação setorial de recursos desse estado, que aumentou no segundo período.

### **Piauí**

O estado do Piauí está entre os que apresentaram a pauta mais concentrada no período em análise. Observando a composição desta pauta, constatou-se que, no primeiro período, somente três setores respondiam por cerca de 80% da pauta desse estado: gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais; produtos químicos orgânicos; peles, exceto a peleteria (peles com pelo) e couros.

**Tabela 33**  
**Principais Setores da Pauta de Exportação do Estado do Piauí**  
**1995-1997 e 2000-2002 – (Em %)**

NCM	SETORES	1995-1997	2000-2002
15	Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc.	36,14	26,65
41	Peles, exceto a peleteria (peles com pelo), e couros	28,17	13,68
8	Frutas, cascas de cítricos e de melões.	2,12	13,67
29	Produtos químicos orgânicos	23,89	12,33
3	Peixes e crustáceos, moluscos e outs. invertebr. aquáticos	-	10,77
12	Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc.	1,63	10,43
62	Vestuário e seus acessórios, exceto de malha.	7,09	9,35
68	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica, etc.	-	1,71

**Fonte: MDIC – Elaboração Própria, 2005.**

No segundo período, essa pauta tornou-se um pouco menos concentrada, mas os produtos que entraram nesta pauta são de baixo valor agregado (peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos; obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica, etc.). Entretanto, deve-se ressaltar que, dos setores que compõem a pauta de exportação do mundo, o Piauí só possui dois em sua pauta, que são: produtos químicos orgânicos e vestuário e seus acessórios, exceto de malha. Esta concentração em poucos

setores e os impactos disto para o comércio exterior desse estado podem ser observados pela análise diferencial-estrutural.

**Tabela 34**  
**Análise Diferencial-Estrutural das Exportações do Estado do Piauí**  
**1995-1997 e 2000-2002 - (Em US\$ 1.000)**

<b>Efeitos</b>	<b>1995-1997</b>	<b>2000-2002</b>
Efeito Estrutural Setorial	-10,00	-8,00
Efeito Geográfico	9.563,00	8.231,00
Efeito Competitividade	-14.423,00	-19.039,00
Efeito Alocação	-14.423,00	-19.039,00
Efeito Homotético	0,00	0,00

**Fonte:** MDIC e PCTAS – Elaboração Própria, 2005.

O efeito estrutural setorial para o estado do Piauí, como previsto, refletiu a fragilidade da estrutura de sua pauta de exportação, demonstrando sinais negativos nos dois períodos, sendo que, no último período, esse sinal tenha-se tornado menos negativo, o que deve ter sido resultado da presença dos dois setores citados acima que fazem parte da pauta mundial.

O efeito geográfico foi positivo nos dois períodos, mas sofreu uma queda no segundo período, indicando que o estado passou a exportar para regiões de destino pouco dinâmicas.

O efeito competitividade foi negativo nos dois períodos, revelando uma piora em termos de sinal no último período, quando se tornou mais negativo, o que pode estar refletindo a especialização desse estado em produtos que tenham uma taxa de crescimento menor quando se comparada à do mundo.

O efeito homotético foi nulo nos dois períodos, e o efeito alocação também foi negativo nos dois períodos, o que era previsível pelas características apresentadas pela estrutura da pauta de exportação desse estado.

### **Rio Grande do Norte**

O estado do Rio Grande do Norte tem uma estrutura produtiva simples, o que resulta em uma significativa concentração da sua pauta de exportação. Como se pode constatar pela tabela acima, mais de 50% das exportações desse estado, no período de 1995-1997, foi composta por dois setores: frutas, cascas de cítricos e melões e açúcares e produtos de confeitaria.

No período de 2000-2002, houve uma redução da participação desses setores na pauta de exportação do Rio Grande do Norte, mas isto não foi acompanhado por uma ampliação da pauta, pois, ao mesmo tempo em que entram dois novos setores na pauta, dois setores que estavam no período inicial saem no período final.

**Tabela 35**  
**Principais Setores da Pauta de Exportação do Rio Grande do Norte**  
**1995-1997 e 2000-2002 – (Em %)**

NCM	SETORES	1995-1997	2000-2002
20	Preparações de produtos hortícolas, de frutas, etc.	1,52	-
56	"Pastas ("ouates"),feltros e falsos tecidos,etc."	1,05	-
8	Frutas, cascas de cítricos e de melões.	41,04	29,72
3	Peixes e crustáceos, moluscos e outs. invertebr.aquáticos	6,42	23,89
61	Vestuário e seus acessórios, de malha	-	15,99
17	Açúcares e produtos de confeitaria	25,69	11,6
25	Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento.	3,15	5,15
27	Combustíveis minerais, óleos minerais, etc.ceras minerais.	-	4,3
52	Algodão	4,16	2,19
15	Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc.	1,59	1,83
41	Peles, exceto a peleteria (peles com pelo),e couros	12,52	1,36

Fonte: MDIC – Elaboração Própria, 2005.

Comparando a pauta de exportação do Rio Grande do Norte com a pauta mundial, verifica-se que esse estado só possui um setor que faz parte da pauta mundial, que é o de combustíveis minerais, óleos minerais, etc. e ceras minerais, ou seja, além de concentrar sua pauta em poucos setores, estes não são significativos para a pauta mundial.

**Tabela 36**  
**Análise Diferencial-Estrutural das Exportações Rio Grande do Norte**  
**1995-1997 e 2000-2002 – (Em US\$ 1.000)**

Efeitos	1995-1997	2000-2002
Efeito Estrutural Setorial	-16,00	-19,00
Efeito Geográfico	17.757,00	12.984,00
Efeito Competitividade	90.398,00	99.741,00
Efeito Alocação	90.398,00	99.741,00
Efeito Homotético	0,00	0,00

Fonte: MDIC e PCTAS – Elaboração Própria, 2005.

Por meio do resultado do efeito estrutural setorial, podemos constatar o baixo dinamismo externo pelos setores de exportação do Rio Grande do Norte, visto que esse efeito foi negativo nos dois períodos e mais negativo ainda no segundo período.

Entretanto o efeito geográfico foi positivo nos dois períodos, indicando que, mesmo com uma pauta concentrada, o Rio Grande do Norte está conseguindo exportar para regiões de destino em que a demanda por seus setores de exportação é maior que a média mundial.

O efeito competitividade foi positivo nos dois períodos, o que talvez resulte da atuação da Petrobrás, que aumentou a produção de gás e petróleo, e isto se refletiu no efeito alocação, que também foi positivo nos dois períodos, indicando uma melhor alocação setorial de recursos em comparação com o mundo. No entanto o efeito homotético foi nulo nos dois períodos, pois a estrutura da pauta de exportação desse estado, como visto, ainda diverge bastante da estrutura mundial.

### Sergipe

O estado de Sergipe assinalou uma significativa mudança na composição de suas exportações, pois, em 1995-1997, contava com apenas quatro setores como principais em sua pauta, mas, no período de 2000-2002, o leque de setores considerados mais importantes para as exportações da economia de Sergipe foram dez. Entretanto mais de 50% da participação no total da pauta ainda ficaram com um único setor nos dois períodos, o setor preparações de produtos hortícolas, de frutas, etc.

**Tabela 37**  
**Principais Setores da Pauta de Exportação do Estado de Sergipe**  
**1995-1997 e 2000-2002 – (Em %)**

NCM	SETORES	1995-1997	2000-2002
20	Preparações de produtos hortícolas, de frutas, etc.	50,84	51,55
31	Adubos ou fertilizantes	15,02	11,6
83	Obras diversas de metais comuns	-	9,06
62	Vestuário e seus acessórios, exceto de malha.	-	6,47
63	Outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos, etc.	3,02	5,24
41	Peles, exceto a peleteria (peles com pelo), e couros.	-	5,18
52	Algodão	27,33	3,96
33	Óleos essenciais e resinóides, prods. de perfumaria, etc.	-	2,01
64	Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes.	-	1,71
55	Fibras sintéticas ou artificiais, descontinuas.	-	1,02

Fonte: MDIC – Elaboração Própria, 2005.

Comparando a pauta de exportação de Sergipe com a pauta mundial, observamos que apenas o setor vestuário e seus acessórios, exceto de malha, é comum

às duas pautas, refletindo em resultados pouco favoráveis dos efeitos que compõem a análise diferencial-estrutural.

**Tabela 38**  
**Análise Diferencial-Estrutural das Exportações do Estado de Sergipe**  
**1995-1997 e 2000-2002 – (Em US\$ 1.000)**

<b>Efeitos</b>	<b>1995-1997</b>	<b>2000-2002</b>
Efeito Estrutural Setorial	-5,00	-3,00
Efeito Geográfico	13.835,00	-5.897,00
Efeito Competitividade	-16.802,00	-37.933,00
Efeito Alocação	-16.802,00	-37.933,00
Efeito Homotético	0,00	0,00

**Fonte:** MDIC e PCTAS – Elaboração Própria, 2005.

O efeito estrutural setorial, para o estado de Sergipe, foi o que mostrou o menor valor em termos absolutos de todos os estados do Nordeste, evidenciando o baixo dinamismo desse estado em relação ao mundo, visto que o montante adicional exportado pelo estado por conta da estrutura produtiva de sua pauta foi somente de US\$ 5,00 (mil) e US\$ 3,00 (mil).

O efeito geográfico indicou de forma mais explícita as dificuldades do estado em exportar produtos que apresentem regiões de destino que comprem acima da média mundial, registrando valor negativo para este efeito no segundo período.

O efeito competitividade não só evidenciou valores negativos nos dois períodos, como ampliou, significativamente, esse valor negativo no último período, mostrando o montante que o estado exportou por apresentar setores com taxa de crescimento abaixo da taxa mundial para os mesmos setores.

O efeito homotético, como seria previsto, foi nulo nos dois períodos, e o efeito alocação também foi negativo nos dois períodos, refletindo não somente as discrepância na alocação setorial de recursos, como o significativo aumento dessas discrepâncias pelo aumento do valor negativo no segundo período.

#### **4.4 – Considerações Finais**

Os resultados da aplicação do método diferencial-estrutural, para a região Nordeste como um todo e para seus nove estados, foram apenas parcialmente positivos. No mesmo sentido, os resultados obtidos pelo critério dos “pontos fortes” e por meio do

cálculo dos demais indicadores já apontavam um desempenho pouco satisfatório para o comércio exterior da região.

O efeito estrutural-setorial foi negativo, nos dois períodos, não somente para a região Nordeste como também para os nove estados que a compõem. Este resultado é consequência da composição da pauta de exportação nordestina, que, de modo geral, é constituída por setores com baixa taxa de crescimento nos fluxos de comércio mundiais.

Por outro lado, o efeito geográfico registrou resultados satisfatórios para quase todos os estados da região, exceção feita a Paraíba e Sergipe, tendo o primeiro estado sinal negativo no primeiro período, e Sergipe, sinal negativo para esse efeito no segundo período. Isto denota, de certa forma, a região está exportando para países mais dinâmicos no comércio internacional.

O efeito competitividade, que está associado a um ambiente favorável a geração e manutenção de vantagens competitivas mediante políticas macroeconômicas, industriais e de comércio exterior, foi positivo apenas para os estados do Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte. Os demais estados apresentaram resultados com sinais negativos no primeiro período e se tornaram mais negativos no segundo período, refletindo a baixa capacidade concorrencial da região Nordeste. Deve-se destacar que, dos três estados que obtiveram sinais positivos nesse efeito, somente o Ceará e o Rio Grande do Norte aumentaram o valor deste efeito no segundo período.

O efeito alocação também foi positivo apenas para os estados do Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte, sendo isto a consequência de uma alocação setorial de recursos da região não convergente com a alocação setorial de recursos no mundo.

Por fim, o efeito homotético foi nulo para quase todos os estados, com exceção dos estados da Paraíba e Pernambuco, que mostraram um valor negativo para este efeito no segundo período. O fato de a maioria dos estados da região apresentarem um valor nulo para esse efeito está associado à baixa participação da região no comércio exterior mundial.

Vale salientar que, apesar de o efeito estrutural setorial ter sido negativo nos dois períodos para a região e todos os estados que a constituem, tais resultados tornaram-se mais negativos no segundo período apenas para os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Por fim, em relação ao efeito geográfico, apesar de ter sido positivo para quase todos os estados, tornou-se mais positivo somente para o estado do Paraíba.

## CONCLUSÕES

A consolidação do processo de abertura comercial brasileiro ocorrido nos anos 1990 trouxe grandes mudanças para a estrutura produtiva nacional, a qual teve que se adaptar aos novos padrões internacionais de comércio, fortemente intensivo em novas tecnologias e diferenciação de produtos.

No caso da economia brasileira, a abertura comercial ocorreu de forma rápida e intensa, não dando tempo o suficiente para que o aparelho produtivo nacional ajustasse ao novo padrão de concorrência, assim, a pauta de exportação brasileira continua sendo basicamente constituída por *commodities* e bens de baixo conteúdo tecnológico, o que não significa dizer que não esteja havendo esforços dos agentes econômicos envolvidos nesse processo no sentido de melhorar a qualidade dessa pauta, e tais esforços estão gerando resultados positivos para a pauta de exportação brasileira.

Deve-se ressaltar que a abertura comercial brasileira trouxe, inicialmente, um aumento significativo das importações, ocasionando sucessivos déficits da balança comercial, não só pelo aumento das importações como também pelo fraco desempenho das exportações. Com relação às regiões de destino e origem do comércio exterior brasileiro, a abertura comercial explicitou duas assimetrias: as importações originaram-se crescentemente das áreas desenvolvidas, e as exportações destinavam-se cada vez mais para países em desenvolvimento.

O processo de abertura comercial brasileira também trouxe uma reconfiguração da participação das regiões brasileiras no comércio exterior, havendo uma desconcentração do comércio das regiões mais ricas em direção as regiões mais pobres ou periféricas. Entretanto vale ressaltar que essas regiões ainda possuem muitos gargalos que dificultam uma integração maior ao comércio internacional. Nesse sentido, torna-se indispensável a formulação de políticas que dêem condições às regiões mais periféricas do país de continuar ampliando sua participação no comércio externo brasileiro.

Contudo, mesmo levando em conta os problemas específicos a cada região do país, a abertura comercial abriu a possibilidade de ampliar os mercados de exportação e importação dessas economias, propiciando o surgimento de oportunidades que pudessem gerar crescimento econômico, visto que, para países em desenvolvimento como o Brasil, o comércio exterior é de grande importância para seu crescimento.

Analisando especificamente a região Nordeste, percebe-se que o Estado desempenhou um papel central como indutor do seu crescimento e desenvolvimento, e esta atuação estatal na região se consolidou na década de 60 com a criação do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste). Tal documento tinha por objetivo identificar os gargalos e eleger soluções para reduzir as assimetrias de crescimento entre as regiões Nordeste e Centro-Sul do país, geradas pela política econômica, principalmente a política cambial, para acelerar o processo de industrialização do Centro-Sul.

Mesmo que o Estado não tenha conseguido dinamizar a estrutura produtiva da região, e necessário destacar que a evolução apresentada pela economia do Nordeste, nas últimas décadas, esteve associada à presença do Estado como indutor do desenvolvimento, que se consolidou com a criação do Banco do Nordeste, da SUDENE, e do papel que os incentivos fiscais tiveram na evolução da estrutura produtiva nordestina.

Apesar de a região não registrar uma taxa de crescimento satisfatória, destaca-se a existência de áreas consideradas com um nível de crescimento significativo, ou seja, dentro do Nordeste, existem vários Nordestes, que devem ser qualificados. A região pode ser dividida em nichos de desenvolvimento com destaque para os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, apenas estes três estados respondem por mais da metade da dinâmica da região, tanto em termos de produção como em termos de comércio. O fenômeno da guerra fiscal ainda é bastante exacerbado na região, principalmente entre esses três estados, que se deu em consequência da realocização industrial na região na década de 1990.

Em relação a sua estrutura de exportação, a região Nordeste ainda deixa muito a desejar, pois, como destaca a literatura que trata do assunto, a pauta de exportação se compõe basicamente de *commodities* e/ou de produtos de baixo valor agregado. A região possui uma pauta bastante concentrada em poucos setores, embora as regiões de destino das exportações sejam dinâmicas. Mesmo assim, a região é bastante vulnerável às oscilações da demanda externa.

Ressalta-se que a melhor *performance* de alguns estados da região em relação aos demais é resultado de uma ação decisiva dos governos estaduais. Desse modo, mesmo com uma menor atuação e capacidade de investimento, o Estado, em nível federal e estadual, tem um papel decisivo de estímulo e de coordenação para o desenvolvimento das regiões mais pobres. Assim, constata-se que a presença do Estado



tem sido de extrema importância para o desenvolvimento da região Nordeste, visto que sua infra-estrutura ainda é precária e mal distribuída entre os estados que a compõem, dessa forma, políticas industriais que incentivem as exportações e criem possibilidades de crescimento para a região ainda são necessárias.

Em relação ao comércio exterior, a região Nordeste, de uma forma geral, constitui-se de uma estrutura simples, com uma pauta bastante concentrada e composta por produtos de baixo conteúdo tecnológico. Ou seja, aqueles que mais dificuldades enfrentam na inserção internacional, pelo fato de esses produtos serem mais sensíveis a oscilações da demanda e sofrerem com a questão das barreiras comerciais impostas, na maioria das vezes, pelos países desenvolvidos. A região pode ser dividida em dois grupos: o primeiro é composto por aqueles que registraram, tanto em 1995 quanto em 2004, resultados favoráveis ao comércio exterior (Bahia, Ceará e Pernambuco), e o segundo é formado pelo restante dos estados (Alagoas, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe). Ressaltando-se que o estado da Paraíba, mesmo fazendo parte do segundo grupo, apresentou resultados favoráveis para o critério dos “pontos fortes”.

A aplicação do método diferencial-estrutural confirmou os resultados demonstrados pelo cálculo dos indicadores de competitividade revelada, visto que, para a região Nordeste em sua totalidade e para seus nove estados, os efeitos foram apenas parcialmente satisfatórios, evidenciando o desempenho pouco dinâmico da região no comércio exterior.

No entanto houve uma melhora, tanto qualitativa quanto quantitativa, no comércio exterior da região, particularmente nos pólos de desenvolvimento, que estão solidificando a estrutura produtiva de alguns estados, tais como Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco. A partir dessa constatação, percebe-se que a atuação estatal na região ainda é decisiva para alavancar o crescimento e melhorar a qualidade da pauta de exportação.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1888-1989**. Rio de Janeiro: Campos, 1989. 445p.

ARAÚJO, T.B **Herança de diferenciação e futuro de fragmentação**. Revista de Estudos Avançados. São Paulo, v. 11, n. 29, p. 7-35, set. 1997.

ARBACHE, J.S. **Comércio Internacional, Competitividade e Políticas Públicas no Brasil**. IPEA, **Texto para Discussão, nº 903**, Brasília, agosto de 2002.

CAMPOS, F.M. **O Comércio Exterior Brasileiro: Potencialidade e Avanços Sob a Ótica da Competitividade Revelada (1999-2003)**. Universidade Federal do Ceará – FEAAC, Monografia, Fortaleza, 2004.

CANUTO, O.; XAVIER, C.L. **Padrões de Especialização e Competitividade no Comércio Exterior Brasileiro: uma análise estrutural-diferencial**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, nº 97, p. 33-47, set/dez. 1999.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em Crise: A Economia Brasileira no Último Quarto do Século XX**. São Paulo, Editora UNESP, IE-Unicamp, 2002.

CEPAL. **Estatísticas básicas da economia brasileira**. 1999. Disponível na internet: [www.cepal.org](http://www.cepal.org).

COIMBRA, R.A.; ROSA, Lisboa T. da. **Determinantes da Localização Industrial no Ceará: 1991-1995**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, volume 30, nº especial, p. 668-664, dezembro de 1999.

DINIZ, C.C (1993), "**Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização**". *Nova Economia*, 3 (1): 35-64, Belo Horizonte.

DINIZ, C.C; CROCCO, M. A., "**Reestruturação Econômica e Impacto Regional: O Novo Mapa da Indústria Brasileira**". *Nova Economia*, 6 (1): 77-103, Belo Horizonte, julho de 1996.

FERREIRA, M.F.S; LEMOS, M.B. **Localização industrial e Fatos Estilizados da Nova Reconfiguração Espacial do Nordeste**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, volume 31, nº especial, p. 484-507, novembro de 2000.

FONTENELE, A.M.C; MELO, M.C.P. **Inserção Internacional da Economia Cearense: Potencialidades e Limites para o Crescimento**. Fortaleza, Banco do Nordeste S/A, 2003.

FONTENELE, A.M.C.; MELO, M.C.P; DANTAS, A.L.A. **Inserção Internacional da Região Nordeste do Brasil. Reações as Políticas de Incentivo e Transformações Recentes**. Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, 2001.

FONTENELE, A.M.C; MELO, M.C.P; ROSA, A.L.T. **A Indústria Nordestina Sob a Ótica da Competitividade sistêmica.** Fortaleza, EUFC/SUDENE/ACEP, 2000.

GALVÃO, J.O.A. **Globalização e Regionalização do Comércio Internacional: Impactos sobre o Brasil e o Nordeste.** *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, volume 27, nº 3, p. 375-414, jun/set, 1996.

GALVÃO, J.O.A; VIRGOLINO, J.R.O. **O Comércio e a Inserção Competitiva do Nordeste no Exterior e no Brasil.** Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil S.A, 2004.

GOMES, G.M; VIRGOLINO, J.R. **A Macroeconomia do Desenvolvimento Nordestino: 1960/1994.** IPEA, Texto para Discussão, nº 372, Rio de Janeiro, maio de 1995.

GOMES, T.C.L; REIS, J.N.P. **A Inserção da Economia Cearense no Comércio Internacional no Período de 1970 a 1994.** *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, volume 32, nº 4, p. 932-949, out-dez de 2001.

GTDN – **Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.** *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, volume 28, nº 4, p.387-432, reedição out-dez de 1997.

GUIMARÃES, L.N. **Trajetória econômica de uma região periférica.** *Revista de Estudos Avançados.* São Paulo, v. 11, n. 29,p. 7-35, set. 1997.

HADDAD, P.R (org); FERREIRA, C.M.C; ANDRADE, A.T. **Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise.** Fortaleza, BNB/ETENE, 1989.

HERZOG, H.W.J.; OLSEN, R.J. **Shift-Share Analysis Revisited: The Allocation Effect and Stability of Regional Structure.** *Journal of Regional Science*, vol.17, nº 3, 1977.

HIDALGO, A.B. **Especialização e Competitividade do Nordeste no Mercado Internacional.** *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, volume 29, nº especial, p. 491-515, julho de 1998.

HIDALGO, A.B. **Exportações do Nordeste do Brasil. Crescimento e Mudança na Estrutura.** *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, volume 31, nº especial, p.560-574, novembro, 2000.

HIDALGO, A.B; VIRGOLINO, J.R.O. **Exportações do Nordeste Brasileiro para os Blocos Econômicos.** *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, volume 28, nº 2, p.143-161, abr/jun, 1997.

HIDALGO, A.B.; MATA, D. **Exportações do Estado de Pernambuco: Concentração, Mudança na Estrutura e Perspectivas.** *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, volume 35, nº 2, p. 264-283, 2004.

KRUGMAN, P. **Increasing returns, monopolistic competition and international trade,** *Journal of International Economics*, v. 9, n. 4, p. 469-479, 1979.

\_\_\_\_\_. **Scale Economics, Product Differentiations, and the Pattern of Trade.** American Economic Review, 1980.

\_\_\_\_\_. **A Technology Gap Model of International Trade.** In: JUNGENFELT, K. e HAGUE, D. (Eds.). Structural Adjustment in Developed Open Economics. London: MacMillan Press, 1986.

LAVINAS, L; GARCIA, E.H; e AMARAL, M.R. **Desigualdades Regionais e Retomada do Crescimento num Quadro de Integração Econômica.** IPEA, Texto para Discussão, nº 466, Rio de Janeiro, março de 1997.

LIMA, P. **Economia do Nordeste: Tendências Recentes das Áreas Dinâmicas.** Análise Econômica, ano 12, p. 55-73, março e setembro de 1994.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço.** Tradução de Manoel Fernando Gonçalves Seabra. São Paulo: Nobel, 1988a. 209 p. (Coleção Espaços).

LOVE, J. **Trade Concentration and Export Instability.** The Journal Development Studies, volume 15, nº 3, 1979.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Vários acessos.

OHLIN, B. **The Theory of Trade.** In: HECKSCHER, E.F. e OHLIN, B. Heckscher-Ohlin trade Theor. Cambridge, MA: The MIT Press, 1991.

ORENSTEIN,L ; SOCHACZEWSKI, A.C. **Democracia com desenvolvimento:1956-1961.** In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989.** Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 171-195.

PEREIRA, André da Silva. **O Método Estrutural-Diferencial e Suas Reformulações.** Teo. Evid. Econ., Passo Fundo, volume 5, nº 9, p. 91-103, maio, 1997.

ROBBINS, D.J. **HOS Hits Facts: Facts Win; Evidence on Trade and Wages in the Developing Countries.** Development Discussion Paper n. 557, Harvard Institute for International Development, 1996.

ROLIM, Cássio Frederico Camargo. **Desempenho Industrial da Região Metropolitana de Curitiba: Uma Análise Shift and Share.** Análise Conjuntural, v. 18, nº 11-12, nov/dez 1996.

ROSA, A.L.T; SANTOS, S.M e ALEXANDRINO, G. **Análise das mudanças da economia cearense a partir do método diferencial – estrutural no período de 1990-2000.** (org) MOUTINHO, L.M.G; ROSA, A.LT e S, M.S. **Recortes setoriais da economia nordestina.** Banco do Nordeste, CAEN. Fortaleza,2004.

RYBCZYNSKI, T.M. **Factor endowment and relative commodity prices.** *Economica*, v. 22, p. 336-341, 1955.

SAMPAIO, Elias de Oliveira. **Regulação e Desenvolvimento Regional: Uma Abordagem para o Nordeste do Brasil.** *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, volume 30, nº 4, p. 952-576, out-dez de 1999.

SAMUELSON, P.A. **International trade and the equalization of factor prices.** *Economic Journal*, v. 58: p. 163-184, 1948.

SUDENE. **I Plano diretor de desenvolvimento econômico e social do Nordeste.** Recife, 1966.

TÁVORA, J.L.J; RAMOS, F.S. **Localização Industrial no Nordeste do Brasil – Uma Perspectiva em Termos de Oferta e Demanda por Fatores Locacionais.** *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, volume 30, nº especial, p. 686-699, dezembro de 1999.

UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd> . Vários Acessos.

VERNON, R. **International Investment and International Trade in the Product Cycle.** *Quarterly Journal of Economics*, v. 80, p. 190-207, 1966.